



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Escola Politécnica

Programa de Engenharia Urbana

Ana Carolina Barreto da Silva Couto

**ASPECTOS CONCEITUAIS DE EMPREENDEDORISMO
SOCIAL EM CIDADES BRASILEIRAS**

Rio de Janeiro

2020

Ana Carolina Barreto da Silva Couto

**ASPECTOS CONCEITUAIS DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL EM
CIDADES BRASILEIRAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientadora: Elaine Garrido Vazquez, D. Sc.

Coorientador: Roberto Machado Corrêa, D. Sc.

Rio de Janeiro

2020

Couto, Ana Carolina Barreto.
Aspectos conceituais de empreendedorismo social em cidades
brasileiras / Ana Carolina Barreto Couto – 2020.
120f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal
do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Programa de Engenharia Urbana,
Rio de Janeiro, 2020.

Orientadora: Elaine Garrido Vazquez / Coorientador: Roberto Machado
Corrêa

1. Empreendedorismo Social. 2. Inovação social. 3. Escolas de
Pensamento. 4. Iniciativas urbanas. I. Vazquez, Elaine Garrido. II
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola Politécnica. III. Título



ASPECTOS CONCEITUAIS DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL EM CIDADES BRASILEIRAS

Ana Carolina Barreto da Silva Couto

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Aprovada pela Banca:

Presidente, Prof^a Elaine Garrido Vazquez, D. Sc., UFRJ

Prof^o Roberto Machado Corrêa, D. Sc., UFRJ

Prof^o Leandro Torres Di Gregorio, D. Sc., UFRJ

Prof^a Sylvia Meimaridou Rola, D. Sc., UFRJ

Rio de Janeiro

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, sem a qual eu não teria superado os momentos mais exaustivos da produção desta pesquisa.

Ao meu pai, que de maneira gentil me incentivou a seguir em frente. Aos meus amigos, que sempre acreditaram no meu potencial.

RESUMO

COUTO, Ana Carolina Barreto. **Aspectos conceituais de empreendedorismo social em cidades brasileiras**. Rio de Janeiro, 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A complexidade dos problemas enfrentados pela sociedade e o déficit de subsídios estatais para enfrentá-los tem levado a busca por soluções mais eficazes, tendo dissolvido os limites entre os setores sociais pré-estabelecidos. Portanto, passou-se a considerar atividades comerciais que sustentem financeiramente atividades não lucrativas. Assim, ocorre um movimento de conexão entre objetivos sociais, sempre relacionado a organizações sem fins lucrativos e aspectos dinâmicos, inovadores e empreendedores do setor de negócios. Desta forma, identifica-se o nascimento de um novo campo teórico e experiências práticas de empreendedorismo sociais, que podem ser compreendidas como ações empreendedoras, para a geração de impacto socioambiental positivo. Este trabalho buscou compreender o campo em duas etapas. Inicialmente, realizou-se a construção teórica das escolas de pensamento internacionais e sua influência no Brasil. Num segundo momento, voltou-se o olhar para a prática desenvolvida pelos agentes integrantes do ecossistema de empreendedorismo social, sendo eles os Atores de Suporte e as Iniciativas. Com este pano de fundo considerou-se relevante trabalhar a temática no contexto brasileiro, dada a incipiência da discussão, principalmente por acreditar que tenha elementos que possam contribuir com reflexões voltadas para os problemas enfrentados pelas cidades. Assim, esta pesquisa tem como principal objetivo compreender o ecossistema - Iniciativas e Atores de Suporte - de empreendedorismo social, buscando identificar possíveis soluções para lidar com problemas vivenciados pelas cidades brasileiras. As fontes bibliográficas utilizadas na pesquisa foram artigos e livros, assim como, fontes eletrônicas, que tiveram papel central neste trabalho de revisão e levantamento de dados. No tipo de pesquisa apresentada, os procedimentos de análise dos dados coletados a partir do levantamento dos Atores de Suporte foi predominantemente quantitativo. Ao que se refere às Iniciativas, trabalhou-se numa lógica qualitativa para compreender o cenário do empreendedorismo social no Brasil, tendo como recorte aquelas cujas atividades são voltadas para problemas urbanos.

Palavras-chave: Empreendedorismo Social. Inovação social. Escolas de Pensamento. Iniciativas urbanas.

ABSTRACT

COUTO, Ana Carolina Barreto. **Aspectos conceituais de empreendedorismo social em cidades brasileiras**. Rio de Janeiro, 2020. Dissertation (Master) – Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The complexity of the problems faced by the society and the deficit of governmental subsidies to address them has led to the search for more effective solutions, having dissolved the limits between the pre-established social sectors. Therefore, commercial activities that financially support non-profit activities started to be considered. Thus, it originated a movement of connection between social objectives, always related to non-profit organizations, and the dynamic of the market. Therefore, it identifies the birth of a new theoretical field and practical experiences of social entrepreneurship, which can be understood as entrepreneurial actions, to generate a positive socio-environmental impact. This work sought to understand the field in two stages: the study of the theoretical construction of international schools of thought and their influence in Brazil; followed by the analysis of the practice developed by the agents that are part of the social entrepreneurship ecosystem, Support Actors and the Initiatives. In this context, it was considered relevant to research about the theme in Brazilian context, given the incipience of the discussion, mainly because it believes that it has elements that can contribute with reflections focused on urban problems. Thus, this research has as main objective to understand the ecosystem - Initiatives and Support Actors - of social entrepreneurship, seeking to identify possible solutions to deal with problems experienced by Brazilian cities. The bibliographic sources used in the research were articles and books. As well as websites, which played a central role in this work of reviewing and collecting data. In the type of research presented, the procedures for analyzing the data collected from the survey of Supporting Actors were predominantly quantitative. Regarding the Initiatives, a qualitative logic was used to understand the scenario of social entrepreneurship in Brazil, focusing on those whose activities seek to mitigate urban problems.

Key words: Social Entrepreneurship. Social innovation. Schools of Thought. Urban initiatives

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema da estrutura da pesquisa.....	17
Figura 2 - Setor de Empreendedorismo	39
Figura 3 - Empresas sociais como a combinação de diferentes atores, atividades e recursos	45
Figura 4 - Total de Publicações	52
Figura 5 Evolução da publicação sobre Empreendedorismo Social de 2000 a 2012.....	53
Figura 6 - Nível de detalhamento da definição.....	66
Figura 7 - Taxa de influência das Escolas de Pensamento	67
Figura 8 – Distribuição dos Negócios por ODS	73
Figura 9 – Áreas de Impacto por verticais.....	74
Figura 10 - Faturamento dos Negócios alocados na Vertical CIDADES	75
Figura 11 – Medição dos quatro critérios determinados pela Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil – Parte 1	77
Figura 12 - Medição dos quatro critérios determinados pela Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil – Parte 2	78

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Setores sociais	28
Quadro 2 – Espectro de Empreendimentos Sociais.....	29
Quadro 3 – Ações essenciais pra os empreendedores sociais	40
Quadro 4 – Dimensões e Indicadores EMES	43
Quadro 5 - Resumo da revisão de literatura	51
Quadro 6 - Termo usado pelas organizações.....	64
Quadro 7 – Parâmetros da análise de construção conceitual.....	66
Quadro 8 – Definições usadas no Mapa de Negócios de Impacto	72
Quadro 9 – Síntese dos empreendimentos sociais urbanos estudados	81
Quadro 10 – Atores de suporte que apoiaram as Iniciativas pesquisadas	88

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Fatores característicos do Ecossistema de Empreendedorismo Social.....	68
-----------------------------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. CAMPO DE PESQUISA EM EMPREENDEDORISMO SOCIAL	19
2.1 Origem do conceito.....	19
2.1.1 Diálogo entre o empreendedorismo tradicional e social	25
2.1.2 Setores sociais: repensando suas fronteiras.....	27
2.2 Escolas de Pensamento do Empreendedorismo Social.....	30
2.2.1 Escola de Empreendedorismo Social	31
2.2.2 Escola de Inovação Social.....	36
2.2.3 Abordagem EMES	41
2.2.4 Resumo e análise comparativa das Escolas de Pensamento	46
2.3 Empreendedorismo Social no Brasil	52
3. ATORES DE SUPORTE	56
3.1 O papel do Governo.....	56
3.2 Visão geral dos atores de suporte	63
4. INICIATIVAS: Empreendimentos Sociais e Problemas Urbanos.....	71
4.1 Mapa do empreendedorismo social	71
4.2 Experiências de Empreendimentos Sociais na área urbana	79
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
Referências Bibliográficas.....	93
ANEXO A	97
ANEXO B	98

1. INTRODUÇÃO

O campo do empreendedorismo tem sua origem conceitual no início do século XIX, a partir do economista Jean-Baptiste Say (1983). O campo tem como finalidade, trazer subsídios que ajudem a diferenciar o “empreendedor” do “empresário”.

O empreendedor pode ser considerado um agente econômico, capaz de identificar novos arranjos produtivos, transferindo recursos de áreas de baixa produtividade para áreas de alta produtividade (DEES, 2001, DEES e ANDERSON, 2006 e MARINS, 2018).

Agregando ao formulado por Say, Joseph Schumpeter (1961, 1997) utiliza-se do termo criado no século anterior, ampliando sua compreensão e passando a entender o empreendedor como alguém que produz valor, revolucionando os padrões de produção, ou seja, inovando. Será com Schumpeter que se constituirá a conexão entre os conceitos de “empreendedorismo” e “inovação” (DEES, 2001 e DEES e ANDERSON, 2006).

A construção conceitual não se suporta na limitação da figura do empreendedor como o agente que abre uma empresa, independentemente de sua dimensão. Ela está mais interessada na capacidade criativa deste indivíduo, do que no lucro gerado. Por esta razão, vivencia-se o acréscimo do fator moral a esta equação.

O campo do empreendedorismo vem crescendo no mundo inteiro, porém a partir dele nasce a questão: seria possível utilizar toda esta capacidade criativa e conhecimento sobre a eficiência organizacional e sustentabilidade financeira para produzir impacto social? Considerando o foco da pesquisa, cabe ainda questionar: É possível ver no empreendedorismo social encaminhamentos para os principais problemas enfrentados pelas cidades brasileiras?

O exposto acima aponta para o nascimento de um novo campo teórico e experiências práticas de empreendedorismo sociais, que podem ser compreendidas como ações empreendedoras, para a geração de impacto socioambiental positivo no mundo. Neste caso, compreende-se que o termo social, agrega também ações de preservação ambiental, e considera que um meio ambiente preservado é essencial para a vida humana, além de ser um direito fundamental.

Portanto, a discussão é atual e não se limita apenas a um recorte temporal, mas objetiva-se refletir sobre a garantia de qualidade de vida a todos os habitantes da terra,

atuais e gerações futuras. Sendo assim, a temática tem potencialidade em contribuir com os gestores das cidades brasileiras. Uma vez que o quadro teórico traz elementos substanciais para embasamento de ações práticas mais consistentes.

O aumento do fenômeno do empreendedorismo social é frequentemente vinculado, pelos autores da área, ao agravamento de crises e dos desafios sociais, econômicos e ambientais (PARENTE, et al., 2011). A busca por soluções mais eficazes tem dissolvido os limites entre os setores sociais então estabelecidos. Por consequência, passou-se a considerar atividades comerciais que sustentem financeiramente atividades não lucrativas. Assim, por perceber-se que ocorre um movimento de conexão entre objetivos sociais, sempre relacionado a organizações sem fins lucrativos e aspectos dinâmicos, inovadores e empreendedores do setor de negócios.

Sobre a construção de conceitos, Dees e Anderson (2006) apresentam o empreendedor social como um tipo de empreendedor, uma vez que as características individuais, base da sua definição, se mantêm ocorrendo apenas a agregação da missão social, como razão de ser desses empreendimentos.

Desta forma, uma vez que os empreendimentos tradicionais são mensurados pelo seu retorno financeiro, no caso dos empreendimentos sociais, o sucesso passa a ser medido também pelo impacto social produzido. A visibilidade financeira é importante para a sustentação do negócio, mas não se encontra no lugar central.

Marins (2018) parte da compreensão do *homo aeconomicus*, como o agente econômico isento de moralidade e regido pela racionalidade que visa a maximização de riquezas e obtenção de bens materiais, seguindo uma lógica de garantia de interesses individuais. Assim, o empreendedor social apresenta um caráter transformador deste conceito, contribuindo para a aceitação da tridimensionalidade do ser humano. Devolve ao agente econômico o seu papel moral e consequentemente social em busca de interesses, não mais individuais, mas coletivos. A lógica de cooperação se encontra sempre presente, por vezes trazida pela razão de existir da organização, ou pela estrutura interna dela.

Assim como no caso do empreendedorismo tradicional, o empreendedorismo social teve uma origem prática. Inicialmente, nasceram empreendimentos e organizações de fomento. Somente após isto, nasce o interesse da academia pelo tema, o que justifica a

pouca produção. Este processo levou a uma pluralidade, no que se refere a definições e focos de interesse.

Fundações e pesquisadores atuantes na área, frequentemente, definem “empreendedorismo social”, “empreendimento social” e “empreendedor social” de formas diferentes. Este processo difuso também foi vivenciado no campo do empreendedorismo no começo de sua estruturação. Diante do exposto, alguns autores passaram a trabalhar visando identificar as principais correntes que definem esses termos, a fim de melhor compreendê-las.

No ano de 2006, os autores Gregory Dees e Beth Anderson formalizaram, duas principais linhas teóricas oriundas dos Estados Unidos: a Escola de Empreendedorismo Social e a Escola de Pensamento de Inovação Social (BACQ e JANSSEN, 2011; PARENTE, et al., 2011; DEES e ANDERSON, 2006).

Na Europa, em consonância com seu contexto histórico, social e econômico, muito distinto do americano, identificou-se características diferentes nestas iniciativas. Isto foi apresentado em um estudo executado pela *European Research Network* com o título *Emergence des Enterprises Sociales en Europe (EMES)*. Após o levantamento e análise de empreendimentos sociais em diversos países da União Europeia, estabeleceram-se os parâmetros necessários para a definição de uma Abordagem Europeia de empreendedorismo social (BACQ e JANSSEN, 2011; PARENTE, et al., 2011).

Diante desta diversidade de interpretações, há também uma variedade de possibilidades juridicamente aceitas nos países nos quais esse assunto tem sido tratado. Identifica-se, portanto, que a complexidade dos problemas sociais enfrentados e a criatividade destes empreendedores, levaram a formulação de inúmeros modelos de negócios, muitas vezes partindo de premissas bem distintas.

Entretanto, o avanço do campo teórico e de criação de iniciativas não se restringiram aos Estados Unidos e Europa. Num terceiro ambiente de grande relevância estão os países em desenvolvimento. Um importante exemplo disto é a pesquisa do professor e economista bengalês, Muhammad Yunus, vencedor do prêmio Nobel da Paz de 2006 pela criação do microcrédito. Ele estruturou e testou um modelo de negócio denominado Negócio Social, difundido através de diversos livros, o que ampliou seu alcance e influenciou iniciativas em diversos países.

Nos países em desenvolvimento criaram-se modelos conhecidos como: Negócios Inclusivos, Negócios Sociais e Negócios de Impacto. Estas categorias de empreendimentos sociais costumam apresentar um enfoque de atuação na base da pirâmide social, o que está diretamente ligado ao contexto social destes países. Uma vez que eles vivenciam quadros de desigualdade social alarmantes, é uma consequência natural que as experiências, formuladas com o objetivo de fomentar soluções para os problemas mais graves enfrentados, visem garantir uma vida digna às populações mais pobres, de forma que a justiça social permeie suas missões.

O movimento de crescimento do empreendedorismo social no Brasil vem sendo guiado pelos Atores de Suporte, que são fonte de conhecimento e investimento para os empreendedores. Estes atores, assim como dentro da academia, apresentam definições diferentes do que seria empreender socialmente. Muitas destas organizações tiveram, ou ainda têm, influência de organizações estrangeiras. Além, da presença direta de fundações americanas e europeia no país. Isto promove um contexto difuso, onde organizações e pesquisadores são influenciados por estas Escolas de Pensamento, sem que necessariamente estejam conscientes disto.

Com este pano de fundo considerou-se relevante trabalhar a temática no contexto brasileiro, dada a incipiência da discussão, principalmente por acreditar que tenha elementos que possam contribuir com reflexões voltadas para os problemas enfrentados pelas áreas urbanas.

Assim, esta pesquisa tem como principal objetivo compreender o ecossistema - composto pelas iniciativas e pelos atores de suporte - de empreendedorismo social, buscando identificar possíveis soluções para lidar com problemas vivenciados pelas cidades brasileiras.

Para isso, faz-se necessário traçar como objetivos específicos: apresentar as principais escolas teóricas que têm guiado a construção do campo de pesquisa a respeito do empreendedorismo social; analisar a influência destas linhas de pensamento sobre o ecossistema brasileiro; o que possibilitou culminar na pesquisa por iniciativas produzidas neste ecossistema atuantes na resolução de problemas urbanos.

O empreendedorismo social é um conceito novo e, assim, apresenta-se como um campo em formação. Ele é estruturado como um campo interdisciplinar e tende a usufruir

da fundamentação teórica de diversas áreas, além de agregar a eles conhecimentos suportados por dados empíricos fornecidos por atores externos ao meio acadêmico.

O caráter atual e interdisciplinar que marca este trabalho se conecta fortemente com complexidade dos problemas enfrentados pela população, administração pública e sociedade civil nas cidades brasileiras. A ampliação do diálogo e das trocas de conhecimento entre os setores sociais proposta neste trabalho, favorece a inserção de novos agentes. Estes, trazem com referência, a busca pela promoção de melhorias na qualidade de vida da população, agregado a esta equação a sustentabilidade financeira destas iniciativas. O que pode levar a avanços positivos, no que se refere a gestão e a produção de infraestrutura urbana.

No que se refere a metodologia, a pesquisa realizada classifica-se como exploratória, por meio de um levantamento bibliográfico. Para Gil (2002, p. 41) “Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]”. Tendo ainda, segundo Gil (2002) em um dos seus objetivos, “o aprimoramento de ideias” (p. 41).

A pesquisa em formato bibliográfico ocupa lugar de relevância, entretanto por si só não é suficiente. Para que esta atenda de forma mais satisfatória, faz-se necessário reflexões críticas em torno da temática abordada, “[...] de forma tal que seja possível identificar controvérsias entre os diferentes autores, identificar abordagens teóricas relevantes para o estudo de fenômeno [...]” (GIL, 2002, p. 63).

As fontes bibliográficas utilizadas na pesquisa foram artigos, livros, dissertações e teses. Além destas, serviu-se de outras fontes não acadêmicas, que trazem informações importantes sobre a temática, que também ocupam lugar num estudo que tem como centralidade o empreendedorismo social e a inovação social. Algumas práticas podem ser visitadas e agregarem valor ao estudo proposto.

Com o advento tecnológico, fontes eletrônicas foram centrais neste trabalho de revisão e levantamento de dados, buscando maior aprofundamento do tema.

No tipo de pesquisa apresentada, os procedimentos de análise dos dados coletados a partir do levantamento dos Atores de Suporte foi predominantemente quantitativo. Ao que se refere às Iniciativas, trabalhou-se numa lógica qualitativa para compreender o cenário do empreendedorismo social no Brasil, tendo como recorte àquelas cujas atividades são voltadas para problemas urbanos.

A fim de criar uma estrutura metodológica que leve a uma melhor compreensão do que se pretende na pesquisa, elaborou-se o esquema apresentado abaixo:

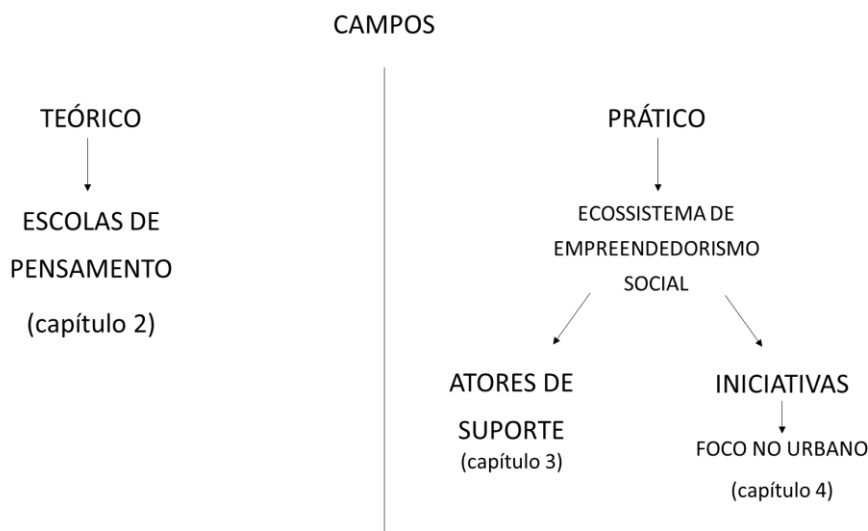


Figura 1 – Esquema da estrutura da pesquisa

A busca pela compreensão dos campos deu-se numa primeira etapa teórica, tendo como objetivo embasar a segunda etapa, que era analisar o campo prático.

Sendo assim, construiu-se um arcabouço teórico que para que houvesse clareza a respeito do tema discutido na pesquisa. E partir disto, levantou-se dados que fossem suficientes para uma avaliação inicial sobre o empreendedorismo social como um caminho a ser considerado no tratamento de questões urbanas em larga escala no Brasil.

Diante disto, discutiu-se no Capítulo 2 os conceitos necessários à compreensão do que vem a ser “Empreendedorismo Social”. Realizou-se, também, a descrição das “Escolas de Pensamento” americanas e europeias, dada a consistência de discussões nelas encontradas e influências exercidas no cenário brasileiro. Devido a carência de produção acadêmica no Brasil, foi necessário elaborar exaustivo trabalho de levantamento para construção de um suporte que levasse a análise dos problemas urbanos.

Na sequência, no Capítulo 3, realizou-se um levantamento e análise da influência destas Escolas sobre 59 atores de suporte atuantes no Brasil. Isto, por considerar que estes em conjunto com os pesquisadores e o próprio governo são agentes multiplicadores das iniciativas. O estudo foi realizado por estes serem o elo que compõem o ecossistema de

empreendedorismo social junto aos negócios sociais. Para melhor entendimento olhou-se a influência do Estado sobre este cenário e na sequência os demais atores.

Finalmente, no Capítulo 4 estabeleceu-se como foco as iniciativas de empreendedorismo social, promotoras de possíveis soluções para problemas urbanos, recorte central dessa dissertação de mestrado. Num primeiro momento é apresentado o mapa de negócios de impacto da Pipe Social, extraindo os dados relevantes para a análise. Num segundo momento elencou-se 15 iniciativas encontradas no Brasil que se propõem a solucionar problemas urbanos.

O principal mapeamento de Empreendedorismo Social foi publicado no primeiro semestre de 2019 pela PIPE Social. Neste mapa, trabalhou-se com uma amostra de 1002 negócios, que foram organizadas em seis categorias, dentre elas, a categoria CIDADES que englobou 226 iniciativas, o que representa cerca de 23% do total da amostra. O relatório também apresenta a distribuição dos empreendimentos por ODS, neste caso, o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis representaria 37% da amostra, ou seja, 370 negócios.

Isto demonstra uma grande incidência de empreendimentos sociais atuando nas cidades brasileiras, visando complementar a ação do Estado e buscando garantir justiça social de maneira financeiramente sustentável. No que se refere às iniciativas estudou-se algumas empresas como: Colab, Triciclos, HomeBiogas, dentre outras.

Nas Considerações Finais retoma-se o objetivo da pesquisa, aspectos centrais do desenvolvimento dos capítulos que estruturam este trabalho, bem como os resultados apontados a partir da investigação realizada. Neste tópico apresenta-se alguns apontamentos para pesquisas futuras.

2. CAMPO DE PESQUISA EM EMPREENDEDORISMO SOCIAL

2.1 Origem do conceito

O empreendedorismo social vem ganhando espaço no cenário mundial desde a década de 90 e, com isso, chamando a atenção de agentes dos mais diversos setores sociais para a compreensão de sua origem e formulação de conceitos.

Parente, et al. (2011) consideram que a concepção da “caridade científica”¹, no século XIX, foi um marco importante para o surgimento dos primeiros empreendimentos sociais. Este conceito compreende uma mudança importante no modelo de filantropia vigente. Isto representaria uma alteração da atuação filantrópica focada em um modelo assistencialista, que frequentemente representava “dar de esmola aos pobres”, passando a agir em favor de mudanças estruturais que buscassem gerar impactos sistêmicos e de longo prazo. Esta nova visão filantrópica remodelou o terceiro setor e serviu de guia para empreendedores sociais desde então.

O foco de atuação voltado ao alcance regional, ou até nacional, resultante de mudanças estruturais na forma como a sociedade se organiza costuma ser um objetivo dos empreendedores sociais, aparecendo inclusive entre os requisitos no processo seletivo da Fundação Ashoka.

A fim de contribuir,

Acrescenta-se a isso a importância do empreendedorismo social enquanto temática de política pública, que tem sido pauta recorrente de discussões em diferentes estratos da sociedade como proposta de melhoria da qualidade de vida das pessoas, contribuindo para a geração de desenvolvimento sustentável. (ITELVINO, et al., 2018, p.109)

Como citado no trecho anterior, a visão sistêmica e a busca por soluções que atinjam questões estruturais da sociedade levam a um diálogo entre o empreendedorismo social e a formulação e implementação de políticas públicas. Neste caso, aponta-se para a

¹ Parente, et. al. (2011) atribuem o conceito “caridade científica” a historiadora americana Gertrude Himmelfarb.

possibilidade de ampliação de escala de impacto de uma inovação social para níveis locais, regionais e, ainda, nacionais.

Os empreendimentos sociais foram fundados anteriormente à construção deste termo e formulação do conceito, uma vez que diversos indivíduos inconformados com os muitos problemas sociais dedicaram suas vidas a encontrar soluções autossustentáveis para os mesmos. Alguns exemplos de pessoas que empreenderam e continuam a ser estudadas e devidamente valorizadas por suas ideias, devido ao impacto produzido por elas, são:

[...]a inglesa Florence Nightingale, fundadora da primeira escola de enfermagem que desenvolveu práticas de enfermagem modernas na Segunda Guerra Mundial através de reformas profundas nos hospitais do exército inglês (STRACHEY in BORNSTEIN, 2007, p. 76; NICHOLLS, 2006; apud PARENTE, et. al., 2011, p. 270)

Ainda, se pode fazer referência a,

Michael Young, fundador do “*Institute for Community Studies*” em 1953 e da “*School for Social Entrepreneurs*” (SSE) em 1997, no Reino Unido, apontado como tendo desempenhado um papel central na promoção e legitimação do campo do empreendedorismo social (LEADBEATER, 1997; apud PARENTE, et. al., 2011, p. 270, grifo da autora)

E, por fim, no campo educacional,

Maria Montessori, a primeira médica italiana que, nos anos 60 do século XX, criou um método de educação revolucionário que consistia na defesa de que cada criança tinha um desenvolvimento único. O sucesso do seu método conduziu à criação de diversas Escolas Montessori (NICHOLLS, 2006; apud PARENTE, et. al., 2011, p. 270)

O principal fator que diferencia estes empreendedores dos atuantes desde os anos 80 é a escala de impacto que vem sendo alcançada. Com esta visibilidade, o número de pessoas engajadas socialmente e que optam por empreender tem aumentado. Desta forma, amplia-se a quantidade de abordagens de resolução de problemas sociais criadas, testadas e implementadas (PARENTE, et al., 2011), assim como, o nível de escalabilidades das propostas dentro do contexto de globalização e acesso à *internet*.

Isto posto, o que fica claro é a intensificação do número de empreendimentos sociais a partir dos anos 80 nos Estados Unidos e anos 90 na Europa. Nos Estados Unidos, isto se dá em decorrência da fundação de organizações fomentadoras do empreendedorismo

social no 3º setor. Já na Europa, a criação de leis buscando adequar e incentivar a criação de novos modelos organizacionais emergentes desencadeou esse movimento (DEFOURNY e NYSSSENS, 2009; PARENTE, et al., 2011; BACQ e JANSSEN, 2011; DEES E ANDERSON, 2006).

Resumidamente, o crescimento das Organizações não Governamentais nos Estados Unidos ocorreu em decorrência do aumento orçamentário direcionado a saúde, educação e desenvolvimento de comunidades nos anos 60. Isto estimulou o surgimento de organizações sem fins lucrativos dispostas a atuar nestas áreas de interesse público. A administração pública direcionou recursos para o terceiro setor pretendendo fugir da burocracia estatal. Já na década de 70, diante de um quadro de crise econômica, que provocou o enfraquecimento do Estado de Bem-estar Social americano, viu-se o montante de recursos disponíveis sofrer consideráveis reduções (DEFOURNY e NYSSSENS, 2009).

Ao perceberem-se diante de uma brusca perda de receita, as organizações sem fins lucrativos começaram a buscar novos caminhos para sustentar suas atividades. Isso levou à aderência de funções comerciais, visando a diversificação da fonte de renda. Fica claro que esse objetivo era identificar novas fontes de renda, não precisando necessariamente estar diretamente conectada a missão da organização (DEFOURNY e NYSSSENS, 2009).

A etapa seguinte a este processo de migração do setor sem fins lucrativos, em busca de recursos necessários para sustentação de sua missão social, foi a percepção de que seria possível unir diretamente esta missão ao desenvolvimento de atividades comerciais. E o principal marco desta etapa, também considerado a origem das Escolas de Empreendedorismo Social americanas, foi a fundação da *New Ventures*, por Edward Skloot e colegas, e da *Ashoka*, por Bill Drayton, ambas em 1980 (DEES E ANDERSON, 2006).

A *New Ventures* se estrutura como uma empresa de consultoria cujo objetivo seria auxiliar organizações sem fins lucrativos a explorarem oportunidades correlatas às suas missões sociais como empreendimento comercial (DEES E ANDERSON, 2006; DEFOURNY e NYSSSENS, 2009). Já a Fundação *Ashoka*, se posiciona como uma organização sem fins lucrativos que visa identificar inovadores públicos, ou seja, identificar e auxiliar estes indivíduos que apresentam potencial para realizar mudanças estruturais de grande impacto social e auxiliá-los em sua missão. A importância destas organizações para o nascimento de escolas de pensamento vigentes quatro décadas depois

será analisada com maior profundidade no tópico 2.2. No entanto, é necessário citá-las devido à sua relevância para a construção histórica do conceito e conseqüentemente do campo de pesquisa.

A partir da fundação da New Ventures e da Fundação Ashoka, outros atores foram aos poucos ingressando esta arena e consigo levando contribuições carregadas de suas formações e vivências anteriores. Nenhuma destas organizações utilizavam o termo empreendedorismo social. A proposta foi o nascimento de uma nova forma de produzir impacto social, que vai levar toda a década de 80 e início de 90 para emergir. Uma miscelânea de expressões e definições eram consideradas pelas instituições fomentadoras e pelos principais agentes do campo.

Apenas depois de ganhar força dentro da academia, na segunda metade dos anos 90, é que se começa a buscar uma compreensão deste fenômeno, definir princípios, limites e conceitos. Algo que auxiliou este processo de construção conceitual do campo foi a uniformidade na adoção do termo empreendedorismo social, ainda que mantendo ligeiras variações de interpretação dele. Isto só foi possível após o abandono das outras expressões utilizadas como por exemplo; “empreendedores públicos” e “empreendedores sem fins lucrativos”. Porém, em alguns espaços, ainda se identifica o uso do termo inovadores sociais como um sinônimo de empreendedor.

Dois autores relevantes, que se debruçaram sobre o cenário do empreendedorismo social nos Estados Unidos, foram Dess e Anderson que, em 2006, publicaram o artigo *Framing a theory of social entrepreneurship: building on two schools of practice and thought*. Em sua pesquisa, os autores puderam identificar a existência de não uma, mas duas principais correntes de interpretação do empreendedorismo social vigentes nos Estados Unidos. As Escolas de Pensamento propostas pelos autores em seu trabalho foram adotadas pelos demais pesquisadores atuantes no campo e serão apresentadas neste trabalho.

Na Europa Ocidental, o processo de surgimento deste movimento tende a ser distinto ao americano, uma vez que o empreendedorismo apresenta forte conexão com o 3º setor (ou economia social em alguns países europeus, ou ainda, setor sem fins lucrativos, no caso dos EUA). Ainda que este setor europeu e americano apresentem grande similaridades em sua essência, a visão do papel do Estado nos países da Europa Ocidental diverge da americana, impactando na atuação dos demais setores sociais.

Além disto, a história Europeia no século XX foi marcada por guerras em seu território e consequente necessidade de ações para sua reconstrução. Este quadro grave gerou a necessidade de suporte à população e às organizações do 3º setor passaram a ter um importante papel, atuando, principalmente, na redução do *déficit* habitacional e dos níveis de pobreza.

Este setor marcou a história na década de 50 através de iniciativas de grande relevância e reconhecimento, como pode ser visto a seguir.

Na França, o Abbot Pierre e seu movimento de Emmaüs tornaram-se famosos e desenvolvidos internacionalmente. Na Bélgica, o padre D. Pire, um monge dominicano, recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1958 por suas inúmeras iniciativas em favor dos mais necessitados, especialmente os refugiados. Na Espanha, as primeiras empresas do que se tornaria o enorme complexo cooperativo de Mondragon foram fundadas no início dos anos 50 para reconstruir atividades econômicas que atendessem às necessidades e fossem controladas pela própria comunidade basca. (DEFOURNY e NYSSSENS, 2009, p. 2, tradução da autora)

Nos anos 60 e 70, experimentou-se a ampliação dos movimentos sociais em busca de avanços na democracia e por equidade. Estes movimentos se deram através da oferta de serviços e de por meio de *advocacy*². Já no final dos anos 70 e início dos 80, o principal problema a ser enfrentado é um quadro persistente de desemprego, levando a elaboração de projetos que atuassem de maneira estrutural na sociedade europeia. Neste momento, as organizações do terceiro setor voltaram-se para a inserção no mercado do grande número de pessoas que não conseguiam ingressar nos postos de trabalho disponíveis. Estes frequentemente apresentavam baixa qualificação, estavam desempregadas a muitos anos e/ou eram parte de grupos socialmente vulneráveis (DEFOURNY e NYSSSENS, 2009).

Resumindo, poderíamos dizer que na maioria dos países da Europa Ocidental, as organizações do terceiro setor - tais como organizações sem fins lucrativos, cooperativas e sociedades - sempre desempenharam um papel significativo na provisão do bem-estar, apesar de suas ligações com a administração pública variarem de acordo com o tipo de Estado de Bem-estar Social. Nas décadas de 1970 e 1980 (duas décadas marcadas por uma crise estrutural dos modelos

² “O Termo é utilizado como sinônimo de defesa e argumentação em favor de uma causa. É um processo de reivindicação de direitos que tem por objetivo influir na formulação e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população.” (Texto extraído de <<https://www.politize.com.br/advocacy-o-que-e/>> visualizado em 20 de maio de 2019.

socioeconômicos europeus), novas dinâmicas de empreendedorismo associativo e cooperativo surgiram para atender às necessidades sociais não atendidas pelo mercado e pelo Estado. A maioria destas organizações também foi apoiada por financiamento público, num contexto caracterizado por uma mudança nas formas de financiamento público e não no volume deste financiamento (DEFOURNY e NYSSSENS, 2009, tradução da autora).

Diferente da visão americana de empreendedorismo social, mais focada nas características do inovador social ou no uso de ferramentas de gestão de negócios, assim como apropriação de mecanismos de mercado por organizações sem fins lucrativos. O empreendedorismo social nasce na Europa a partir da ampliação da dinâmica de enfrentamento dos problemas sociais de maneira colaborativa e fundamentada em uma tradição cooperativista (DEFOURNY e NYSSSENS, 2009).

Se pode considerar também que apesar das divergências entre a compreensão e construção de conceitos de cada Escola de pensamento, este processo tem enriquecido o espaço de discussão, contribuindo para ampliação do interesse a respeito do tema e alcançado a consideração dos agentes envolvidos em prol da inovação na forma de estabelecimento de soluções para problemas sociais (DEES e ANDERSON, 2006).

Dentro deste contexto, um *case* de grande importância para o tema, devido a visibilidade alcançada e por ter origem fora do eixo EUA-Europa, são os empreendimentos idealizados por Muhammad Yunus. Ph.D em Economia pela Universidade de Vanderbilt nos EUA, tornou-se professor no Departamento de Economia da Universidade de Chittagong, em Bangladesh e foi vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 2006, pela criação do Microcrédito (SHARRA e NYSSSENS, 2010; PETRINI, SCHERER e BACK, 2016).

Em 1976, Yunus começou a oferecer empréstimos a juros baixos, facilitando as formas de pagamento para mulheres de áreas rurais de Bangladesh que se encontravam abaixo da linha da miséria. Tendo um custo inicial de 27 dólares, Yunus fundou oficialmente o *Grameen Bank*, em 1983, e mudou a vida de milhares de pessoas. Ele não parou e seguiu fundando negócios sociais partindo do modelo de negócio replicável (YUNUS NEGÓCIOS SOCIAIS BRASIL, 2018).

Com a criação do *Grameen Bank*, formulou-se um novo modelo de negócio adequável a diversos setores e que visava solucionar problemas sociais urgentes de forma autossustentável e inovadora. O modelo que o Professor Yunus defende não permite a

distribuição de dividendos, e desta forma os lucros são reinvestidos no negócio podendo ser utilizado para alavancar o crescimento e ampliar a área de atuação da empresa gerando mais impacto positivo na sociedade (PETRINI, SCHERER e BACK, 2016; YUNUS NEGÓCIOS SOCIAIS BRASIL, 2018).

Enquanto o Empreendedorismo social se mostra um grande guarda-chuva capaz de aceitar diversos modelos de empreendimentos e estilos de empreendedores sociais. Os Negócios Sociais, definidos por Yunus, apresentam um enquadramento mais rígido, com parâmetros fortemente estabelecidos. Yunus não propõe um campo de atuação, mas um modelo de negócio a ser seguido. Portanto, os Negócios Sociais representam um modelo, entre outros também aceitos pelo campo do empreendedorismo social. Devido ao grande alcance deste, por consequência do Prêmio Nobel e da existência de livros muito difundidos de autoria de Yunus, os negócios sociais representam um modelo de substancial relevância para a temática e para o campo.

2.1.1 Diálogo entre o empreendedorismo tradicional e social

Buscando contextualizar o nascimento deste campo de pesquisa, faz-se necessário apontar o fato de que, assim como o campo do empreendedorismo, este vivenciou um nascimento empírico, seguido da construção teórica do conceito.

Existe uma forte relação entre os campos do empreendedorismo tradicional e o social de maneira que Dees e Anderson (2006) chegam a considerar o empreendedorismo social uma subcategoria do grande campo do empreendedorismo. Ainda assim, este tende a apresentar uma série de particularidades que precisam ser consideradas para a devida compreensão dos conceitos, princípios, motivações e origens.

Bacq e Janssen (2011) apontam três pontos de similaridade entre os campos do empreendedorismo e empreendedorismo social, são eles:

- a) Sua origem prática, tendo atraído a atenção da academia apenas na década de 90. A construção do conceito se deu posteriormente a existência de empreendimentos sociais e da criação de organizações de fomento deste tipo de empreendimento.

- b) Múltiplas interpretações dos conceitos, uma vez que o campo ainda muito jovem apresenta parâmetros nebulosos.
- c) Campo ainda em formação. O campo do empreendedorismo teve origem muito similar, experimentou uma variedade de interpretações do conceito, fronteiras e parâmetros e conseguiu romper esta indefinição inicial e se estabeleceu como um campo de pesquisa acadêmica respeitado. Espera-se que este processo ocorra também no campo do empreendedorismo social.

Os autores também identificam similaridades entre as características dos empreendedores sociais e comerciais no que se refere ao foco na visão e nas oportunidades. Além disso, ambos apresentam a mesma capacidade de mobilizar pessoas para transformar suas ideias em realidade. Portanto, pode-se considerar o que irá distinguir o empreendedor social dos demais, como sendo a sua motivação social-moral, uma vez que este apresenta como objetivo a criação de valor social e não econômico.

Nessa abordagem, também se destaca que a construção deste novo campo de conhecimento exigiu a colaboração de pesquisadores oriundos de diversos campos, formulando uma área de pesquisa interdisciplinar. É algo que tende a ampliar a relevância prática da área, uma vez que os problemas reais enfrentados apresentam alto nível de complexidade e a busca de soluções raramente exigem conhecimentos oriundos apenas de um campo. Por esta razão, Dees e Anderson (2006) consideram o caráter interdisciplinar do empreendedorismo um fator essencial para a evolução do campo de um lugar de marginalização até um nível de respeitabilidade e dinamismo. O viés interdisciplinar favorece um olhar mais holístico sob o objeto investigado e pode, com isto, colaborar com resultados mais consistentes, sem perder de vista as pessoas.

Visando ampliar a discussão posta, busca-se apoio conceitual em Thalhuber (1998, apud BACQ e JANSSEN, 2011) que distingue empreendedores tradicionais e sociais de acordo com forças, foco, missão e suas forma de levar o lucro em consideração. O empreendedor social retira suas forças do conhecimento compartilhado, tem **foco** na capacidade de longo prazo não nos ganhos financeiros próximos. Suas ideias são limitadas por sua missão. A desta forma, ele vê o lucro como um caminho para ajudar pessoas.

Propõe-se que o melhor caminho para distinguir quem é o empreendedor social dos demais agentes envolvidos em iniciativas sociais pode se dar a partir dos

questionamentos: “Como o empreendedor age?”, ao invés de “Quem é o empreendedor?” (GARTNER, 1985, apud BACQ e JANSSEN, 2011). É a forma de lidar com os problemas e oportunidades que distingue o empreendedor das outras pessoas.

Após a exposição dos aspectos similares dos conceitos de empreendedorismo tradicional e social, considera-se relevante destacar dois pontos de distinção apresentados por Boschee e McClurg (2003). O primeiro fator discute a perspectiva de que mesmo sendo socialmente responsável, o empreendedor tradicional tem como objetivo final a geração de lucro. Ainda que uma parcela deste valor seja direcionada a ações sociais, a missão social não está diretamente ligada atividade desenvolvida pelo empreendimento. Enquanto o empreendimento social tem como razão de existir sua missão social.

O segundo fator, de acordo com estes autores, seria a mensuração do sucesso do empreendimento. Nos casos dos empreendimentos comerciais, a avaliação do nível de êxito se dá com base nos resultados financeiros. Ou seja, a saúde de um negócio depende de quanto lucro ele é capaz de produzir. Já um empreendimento social utiliza indicadores de impacto social, além dos financeiros para avaliar o seu sucesso.

Conclui-se que ficam mantidas as características apontadas como essenciais para distinguir um empreendedor das demais pessoas. No entanto, estas não são mais empregadas visando a produção de lucro, mas a produção de impacto social. Isso não é apenas de maneira pontual, mas busca para atingir questões estruturais capazes de produzir mudanças de longo prazo.

2.1.2 Setores sociais: repensando suas fronteiras

Neste tópico pretende-se apresentar alguns autores que discutem a desconstrução das fronteiras entre os setores sociais estabelecidos. O conceito de “empreendedorismo” é alocado, historicamente, no segundo setor – o mercado. Já os aspectos relativos ao “social”, que se davam no primeiro e terceiro setor – governo e sociedade civil organizada. Para Dees e Anderson (2006) a união dos termos “empreendedorismo” e “social” representam um movimento de desconstrução das barreiras que separam os setores sociais até então estabelecidos.

O que se compreende com o termo “empreendedorismo social” é o processo de mudança da compreensão organizacional existente. As estruturas legais vigentes se baseiam em três setores sociais. Os nomes e suas conceituações podem variar um pouco de acordo com o país, mas o estabelecido legalmente no Brasil, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Setores sociais

1º setor	2º setor	3º setor
Se refere ao governo, ou seja, órgãos da administração pública direta ou indireta. É formado por organizações de direito público, incluindo autarquias, agências e fundações públicas, entre outras entidades da administração pública indireta.	Se refere ao mercado, portanto, organizações de direito privado que visam lucro, e para isso utilizam-se de capital privado para o desenvolvimento de suas atividades.	Se refere a organizações de direito privado e interesse público, comumente conhecidas como Organizações não Governamentais (ONGs) ou também Organizações sem fins lucrativos. O terceiro setor inclui entidades como Fundações privadas, Associações, Cooperativas, Sindicatos, Instituições religiosas, Partidos Políticos, Instituições de educação e de assistência social.

O Terceiro Setor também é conhecido como Setor sem fins lucrativos nos Estados Unidos, e Economia Social, Setor Social ou Terceiro Setor na Europa. Na essência teria definições próximas, havendo variações de delimitação e função de acordo com as diferenças de compreensão do papel do Estado nestes lugares.

No Brasil o relacionamento entre o Estado e o Terceiro Setor é estreito, uma vez que ambos têm conceitualmente a finalidade de promover o interesse público. Assim, o setor se suporta na responsabilidade civil sobre questões sociais atuando em paralelo com o Estado. Por esta razão, é dado a elas o nome de Entidades Paraestatais (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). A proximidade entre estes setores fica clara ao serem analisadas as possibilidades de parcerias entre órgãos estatais e entidades da sociedade civil organizada, algo que ocorre com maior facilidade e cumprimento de um menor número de exigências do que a contratação de serviços no mercado.

Foi dentro do mercado que se viveu o nascimento dos empreendedores e inovadores que atraíram o interesse de pesquisadores, serviram de estudo de caso e fundamento para

linhas de pesquisa já estabelecidas na academia. Ao terceiro setor, foi garantido o espaço de militância e ação com a perspectiva de problematização e resolução de questões sociais. Por esta razão, ao conectar essas expressões já altamente apropriadas por cada setor, o que ocorre é o rompimento das fronteiras que os separavam.

Levando a uma conseqüente necessidade de reformulação de conceitos, não só sobre o que seria empreendedorismo social, mas também sobre o que seria o terceiro setor. O que aconteceu foi a transformação do que se compreende como Setor Social, que mantém sob a sua tutela a sociedade civil organizada, mas passa a ampliar suas barreiras tomando como base a motivação da existência destas organizações, ao invés do lucro. De acordo com Dess e Anderson (2006), o que passou a ser levado em consideração para a categorização da organização é o interesse público dela, que tem como razão de existir, ou seja, tem como missão a resolução ou mitigação de problemas sociais.

Esta mudança de entendimento abre espaço para diversos novos modelos de negócios transformando o entendimento de dois setores fortemente segregados, passando a aceitar um espectro de modelos que vão desde o puramente comercial (segundo setor) até o modelo completamente filantrópico (terceiro setor). Como pode ser visto no quadro a seguir.

Quadro 2 – Espectro de Empreendimentos Sociais

	Puramente filantrópico	←————→ Puramente comercial	
Motivações, métodos e objetivos	Apelo à boa vontade Orientação pela missão Criação de valor social	Motivação mista Equilíbrio entre missão e mercado Criação de valor social e econômico	Direcionado pelo interesse pessoal Orientado pelo mercado Criação de valor econômico
<u>Principais interessados</u> Segmento de mercado	Não pagam	Valor subsidiado e/ou misto de pagantes e não pagantes	Valor de mercado
Provedores de capital	Doações e concessões	Abaixo da taxa de mercado e/ou misto de doações e capital concedido à taxa de mercado	Taxa de mercado

Força de trabalho	Voluntários	Remunerações abaixo do mercado e/ou misto de voluntários e equipe plenamente remunerada	Remuneração praticada no mercado
Fornecedores	Donativos	Descontos especiais e/ou misto de doações e produtos comprados com valor integral	Aquisição com valor integral de mercado

Dees e Anderson, 2006, p. 51, tradução da autora

O empreendedorismo social passa a ocupar um local de transversalidade entre o campo econômico e o social (DEES e ANDERSON, 2006), buscando produzir valor econômico e valor social simultaneamente (BACQ E JANSSEN, 2011).

O que se experimenta é o somatório do arcabouço teórico do empreendedorismo vigente nas escolas de administração de empresas com a ampla fundamentação oriunda do terceiro setor. Uma vez que o empreendedorismo social busca encontrar soluções efetivas para as questões sociais, o que representaria executar mudanças estruturais, não apenas atuar de maneira assistencialista, torna-se primordial a compreensão da estrutura social vigentes, dos problemas e de suas raízes, demarcando a importância do aprofundamento e amplo entendimento do problema que se propôs a resolver, ou ao menos, mitigar.

2.2 Escolas de Pensamento do Empreendedorismo Social

Nestas escolas, retoma-se o exposto ao longo do tópico anterior, destacando a discussão em torno da evolução histórica do empreendedorismo social nos Estados Unidos e na Europa, objetivando compreender esse campo, que é essencialmente dominado por três escolas de pensamento. Duas delas originam-se nos Estados Unidos: Escola de empreendedorismo social e Escola de inovação social. Conforme exposto por Dees e Anderson (2006),

Estas duas correntes práticas resultaram em duas principais escolas de pensamento no que diz respeito a natureza do “empreendedorismo social”. Uma escola focada na geração de receita para servir uma missão social. De acordo com uma convenção emergente, podemos

chamá-la “*Social Enterprise*” *School* ³. A outra escola é focada em estabelecer formas novas e melhores de resolver problemas sociais e atender necessidades sociais. Nós podemos chamá-la de “*Social Innovation*” *School* ⁴. (DEES E ANDERSON, 2006, p. 41, tradução e grifos da autora)

Na outra abordagem, destaca-se a experiência do empreendedorismo social europeia estudada pela Rede EMES.

A fim de compreender as escolas, estruturou-se um estudo mais detalhado nos tópicos que se seguem.

2.2.1 Escola de Empreendedorismo Social

Os fatores propulsores do empreendedorismo social foram as mudanças estruturais vivenciadas pelo setor sem fins lucrativos nos anos 80 e 90. Neste período, em que ocorreu a elevação de custos, redução dos recursos disponíveis e aumento no número de organizações do setor, gerando um ambiente de competição por subsídios e doações. Simultaneamente a este quadro verifica-se um agravamento de problemas sociais a serem tratados (BOSCHEE e McCLURG, 2003).

Este novo panorama motivou a inserção de ferramentas comerciais no setor, apesar do incômodo do setor com a lógica do mercado de maximização de lucros. O pretendido com este processo foi a ampliação da sustentabilidade financeira das organizações sem fins lucrativos através do desenvolvimento de atividades geradoras de receita. Conclui-se que o foco desta linha é o uso de estratégias de mercado para o desenvolvimento de atividades que produzam receitas para organizações sem fins lucrativos (DEFOURNY e NYSSSENS, 2009).

De acordo com Dees e Anderson (2006), a escola de Empreendedorismo Social originou-se de duas motivações distintas que eventualmente convergiram para a fundação desta Escola.

³ Tratada neste trabalho como Escola de Empreendedorismo Social.

⁴ Tratada neste trabalho como Escola de Inovação Social.

A primeira motivação teria se dado pela necessidade das organizações sem fins lucrativos de encontrarem novas fontes de recursos que não as doações privadas e fundos governamentais. Um marco deste processo foi a fundação da *New Ventures* por Edward Skloot e colegas no ano de 1980. Esta organização se propunha a prestar consultoria a organizações sem fins lucrativos que pretendiam enfrentar os riscos de abrir um negócio (DEES E ANDERSON, 2006).

A segunda motivação parte de executivos que identificaram nas necessidades sociais oportunidades para o desenvolvimento de negócios. Além disso, defendiam que o mercado assumisse também uma parcela de responsabilidade sobre os problemas sociais. As empresas que iniciaram esta discussão foram inicialmente a *Control Data Corporation*, fundada por William Norris e, posteriormente, a *Alpha Center* (DEES E ANDERSON, 2006).

Aos poucos, os líderes dos dois campos foram aproximando seus discursos. Skloot que partiu do setor sem fins lucrativos e que se mostrava reticente à incorporação de mecanismos de mercado por estes empreendimentos, passou a considerar que os empreendimentos sem fins lucrativos existiam no espectro entre o mercado e o setor sem fins lucrativos. Por outro lado, a Alpha Center liderada por Jerr Boschee passou gradativamente a mover sua definição de empreendimentos sociais para o setor sem fins lucrativos (DEES E ANDERSON, 2006).

No final dos anos 80 e início dos 90, ocorre uma ampliação de ações e atores importantes nesta arena. Um exemplo disto foi a fundação da *Homeless Economic Development Fund* (HEDF - Fundo de Desenvolvimento Econômico para Desabrigados) por Jed Emmerson e a Fundação Roberts (DEES E ANDERSON, 2006). Este fundo foi pensado com o objetivo de testar a gestão de negócios por entidades sem fins lucrativos através do treinamento de seus colaboradores em ferramentas de mercado. Estes negócios visavam impactar a vida de populações vulneráveis. Mesmo tendo um foco mais restrito de atuação, a HEDF foi de extrema relevância para a defesa do uso de metodologias de negócios para a criação de um setor social mais eficiente, não se restringindo apenas a produção de receita destas organizações.

Um movimento do Setor sem fins lucrativos se originou em busca de fontes de receita para compensar as perdas de subsídios governamentais para a sustentação de suas missões sociais. Aos poucos, ele foi se ampliando para uma mudança de mentalidade dos

agentes do setor no enfrentamento dos problemas sociais e, principalmente, no seu olhar para a dinâmica interna da organização. Uma consequência disto foi a aderência de ferramentas e metodologias de gestão em busca da ampliação de sua eficiência.

Defourny e Nyssens (2009), em revisão de literatura, retomam alguns autores, a fim de fundamentar o processo de discussão que resultará numa visão de duplo resultado: geração de renda e aumento da eficiência na organização social.

Também deve ser notado que alguns autores, como Emerson e Twersky (1996), forneceram uma análise que mudou de uma pura orientação para o mercado para uma visão mais ampla de métodos de negócios como um caminho para alcançar maior eficácia (e não apenas melhores formas de financiamento) nas organizações do setor social. Ao fazê-lo, eles já prepararam o caminho para trabalhos posteriores dos anos 2000, que enfatizariam cada vez mais uma visão de "duplo resultado", bem como a criação de um "valor combinado" em um esforço para realmente equilibrar e integrar melhor a economia, os propósitos sociais e estratégias (Emerson, 2006). De certa forma, esses trabalhos recentes contribuem para reduzir a lacuna existente, desde a década de 1980, entre a Escola de "Geração de Renda" (e suas duas abordagens) e a segunda escola de pensamento, com a qual vamos lidar agora. Ainda assim, tal lacuna parece permanecer entre as práticas no campo, por um lado, escritores oriundos das universidades, por outro lado, fundações ou grandes organizações de consultoria (DEFOURNY e NYSSENS, 2009, p.14, tradução da autora).⁵

Como apontado por Defourny e Nyssens (2009), existe um domínio da Escola de Empreendedorismo Social fora dos espaços acadêmicos. Consequentemente, nota-se um predomínio da Escola de Inovação Social nestes espaços.

Boschee e McClurg (2003), referências nesta escola, utilizam-se de definições estabelecidas no dicionário do Webster e de texto publicado na *Inc Magazine* para a construção do conceito de empreendedorismo, o que demonstra a característica típica desta linha de pensamento, altamente empírica e que evita o aprofundamento e problematizações teóricas na conceituação.

Neste sentido, relacionam o ato de empreender com a capacidade de um negócio de se sustentar e para isso, compreendem como modelos válidos a serem enquadrados como

⁵ Os autores utilizam o termo "*earned income*" *school of thought*, traduzida na citação como Escola de "Geração de Renda", ao se referirem a Escola de Empreendedorismo Social. Eles também optam pelo uso da expressão Negócios com Propósito Social (*social-purpose business approach*), invés de empreendimentos sociais.

empreendimentos (inclusive sociais), apenas aqueles que alcançam níveis de sustentabilidade ou autossuficiência (BOSCHEE e McCLURG, 2003).

Os autores apresentam algumas definições, como é o caso das supracitadas, sustentabilidade financeira e autossuficiência, que aparecem na contramão do modelo filantrópico tradicional, financeiramente dependente, comum ao setor. Por conseguinte, a incorporação da lógica empreendedora pelo setor sem fins lucrativos teria retirado a filantropia e voluntariado do local de centralidade. Dessa maneira, a combinação de atividades geradoras de rendimento, subsídios e doações representam um modelo de negócio sustentável, por não ser inteiramente dependente de uma única fonte de renda. Já os casos em que existe a completa independência e toda a entrada do balanço financeiro tem como origem atividades desenvolvidas pela organização, configura um empreendimento autossustentável.

Para isso, os autores compreendem a existência de dois caminhos para a apropriação do termo empreendedorismo social, sendo eles as estratégias de geração de renda e as empresas com propósito social.

Boschee e McClurg (2003) visaram tranquilizar os agentes atuantes no Terceiro Setor que por vezes temem que empreender socialmente significaria estritamente a abertura de uma empresa, uma vez que os mesmos podem não estar dispostos ou preparados para isso. Para estes casos, os autores indicam a aderência de estratégias de geração de renda, o que não significaria alterar por completo suas fontes de receita. Isso representa explorar oportunidades relacionadas ao programa da organização e que são desperdiçadas por falta de uma mentalidade empreendedora. Ainda, estimam um acréscimo de 15% da receita dessas organizações com incorporação destas estratégias.

Estes orientam que, caso o desenvolvimento de estratégia de geração de renda seja bem sucedida e que ocorra a identificação de oportunidades capazes de representar um crescimento considerável de rendimento, aí uma organização sem fins lucrativos pode considerar a abertura de uma empresa com propósito social. Tendo em vista que, uma estratégia de geração de renda pretende, apenas, ampliar as fontes de receita, diferentemente de como ocorreria após a criação de um empresa.

Este empreendimento pode ser um braço de uma organização sem fins lucrativos. No entanto, Boschee e McClurg (2003) acreditam ser indicado que exista um alto nível de autonomia e independência entre as organizações.

Vale ressaltar que existem influências das escolas americanas na Europa, e isso fica mais evidente no Reino Unido onde as marcas, principalmente, da Escola de Empreendedorismo Social são mais fortes. No final dos anos 90 e início de 2000, diversas organizações foram criadas no Reino Unido, como foi o caso da *Community Action Network*. A primeira foi fundada em 1998 pela fusão de duas grandes organizações de cúpula do movimento cooperativista, denominada *Social Enterprise London (SEL)*. Posteriormente, ela evoluiu para *Social Enterprise Coalition (SEC)* (DEFOURNY e NYSSSENS, 2009; BULL, 2008). Seu crescimento não parou e a SEC se transformou em *Social Enterprise UK (SEUK)*, a principal rede de empreendedorismo social do Reino Unido.

Estas organizações também tiveram um crescimento significativo após a criação da Unidade de Empresas Sociais (SEU) pelo Departamento de Comércio e Indústria em 2001, transferida para o Gabinete do Terceiro Setor em 2006, renomeado em 2010, como Gabinete da Sociedade Civil. “A formação da Unidade de Empresa Social teve um papel claro de (i) coordenar a política de empreendimento social, (ii) defender o setor e (iii) identificar e atacar as barreiras ao crescimento de empreendimentos sociais.” (BULL, 2008, p. 7)

A SEU implementou diversas ferramentas de incentivo a criação de empresas sociais. Dentre elas, a concepção de uma nova forma jurídica, a *Community Interest Company (CIC)* que em menos de dois anos após a aprovação do Parlamento em 2004, alcançou a marca de 1000 novas companhias. “De fato, como mencionado anteriormente, o modelo britânico enfatiza o caráter empresarial das empresas sociais.” (DEFOURNY e NYSSSENS, 2009, p. 14, tradução da autora)

Esses desenvolvimentos sugerem que a primeira escola de pensamento e prática já identificada na década de 1980 continuou a crescer até os dias atuais nos EUA e, mais recentemente, no Reino Unido, focando no setor sem fins lucrativos ou por meio de uma abordagem que abranja um conjunto mais amplo de iniciativas (DEFOURNY e NYSSSENS, 2009, p.14, tradução da autora).

A Escola de Empreendedorismo Social não aprofunda a definição teórica do que seria um empreendedor social, ela parte da construção empírica desta figura. Possivelmente, isto ocorra devido a sua construção realizada predominantemente por fundações, instituições de fomento e empresários, tendo pouca influência no campo acadêmico. Ou seja, o que ela pretende é incorporar ferramentas de mercado e modelos

de gestão a fim de se produzir empreendimentos que gerem impacto social de forma autossustentável e eficiente.

Enquanto isso, a Escola de Inovação Social se propõe a problematizar a figura do empreendedor social, que tem seu conceito construído a partir de uma construção teórica do campo. Neste caso, o foco passa a ser a capacidade criativa destes indivíduos de pensarem soluções inovadoras para os problemas sociais enfrentados, conforme detalhado no tópico a seguir.

2.2.2 Escola de Inovação Social

Com base em Dees (2001) e Dees e Anderson (2006) a fundamentação conceitual do empreendedorismo tem como ponto de origem o trabalho de Jean Baptist Say, economista francês, conhecido como pai do empreendedorismo. Ele cunhou o termo em 1803, atribuindo a este agente a função de transferir recursos de áreas de baixa produtividade para áreas de alta, e conseqüentemente, sendo capaz de gerar valor (DEES E ANDERSON, 2006; DEES, 2001).

Já no século XX, Schumpeter revisita a construção teórica do empreendedor, e deixa claro que sua compreensão deste agente não confronta com a visão de Say. Apenas vai além.

Em particular, há a definição bem conhecida, que remonta a J. B. Say: a função do empresário é combinar os fatores produtivos, reuni-los. Como isso é uma atuação de tipo especial apenas quando os fatores são combinados pela primeira vez — ao passo que é mero trabalho de rotina quando feito no curso da operação de um negócio —, essa definição coincide com a nossa. (SCHUMPETER, 1997, p. 84)

Schumpeter foi capaz de se estabelecer como a origem de uma linha teórica dominante no campo do empreendedorismo. Esta se orienta pela interpretação do empreendedor como um ser capaz de inovar e aproveitar oportunidades.

Chamamos “empreendimento” à realização de combinações novas; chamamos “empresários” aos indivíduos cuja função é realizá-las. [...] Como a realização de combinações novas é que constitui o empresário, não é necessário que ele esteja permanentemente vinculado a uma empresa individual; muitos “financistas”, “promotores” etc. não são e ainda podem ser empresários no sentido que lhe damos. Por outro lado,

nosso conceito é mais restrito do que o tradicional ao deixar de incluir todos os dirigentes de empresas, gerentes ou industriais que simplesmente podem operar um negócio estabelecido, incluindo apenas os que realmente executam aquela função. (SCHUMPETER, 1997, p. 83)

Portanto, o autor aproxima o empreendedor do inovador, distanciando o empreendedor do empresário e gestor. Conforme exposto abaixo.

[...] a função do empresário é reformar ou revolucionar o sistema de produção através do uso de uma invenção ou, de maneira mais geral, de uma nova possibilidade tecnológica para a produção de uma nova mercadoria ou fabricação de uma antiga em forma moderna, através da abertura de novas fontes de suprimento de materiais, novos canais de distribuição, reorganização da indústria, e assim por diante. (SCHUMPETER, 1961, p. 166)

O autor deixa claro que, em sua compreensão, o empreendedor como inovador existe estritamente durante o processo de criação destas “novas combinações”, não sendo esta, uma classe profissional. Uma vez que testada e implantada, o inovador tende a adquirir a rotina de um gestor.

No mesmo ano em que Edward Skloot fundou a *New Ventures*, Bill Drayton deu início a *Ashoka: Innovators for the Public*. A Ashoka exerceu o mesmo papel de fomentar do empreendedorismo social, partindo de uma perspectiva diferente do conceito, o que originaria esta escola posteriormente. (DEES E ANDERSON, 2006)

A Ashoka funciona como fomentadora do empreendedorismo social e se prontifica a auxiliar, com formação e monetariamente, líderes em que vejam as características essenciais para a promoção de mudanças estruturais na sociedade.

Os empreendedores sociais concentram seu talento empreendedor na solução de problemas sociais. [...] Eles preveem uma mudança sistêmica, identificando os pontos que lhes permitirão direcionar toda a sociedade para esse novo caminho, e então persistir e persistir até que o trabalho esteja concluído. (DRAYTON, 2002, p. 123, tradução da autora)

Os critérios apontados por Drayton (2002) e utilizados pela Ashoka como método de avaliação sobre qual dos candidatos merecem o apoio da instituição, são:

- a) Nova ideia - O empreendedor existe para fazer sua visão o novo padrão da sua sociedade.

- b) Criatividade – dois tipos necessários: definição de metas e resolução de problemas.
- c) Impacto estrutural (escalabilidade) – o foco neste caso está na ideia, não nas características pessoais. A ideia é tão boa que tende a ser replicada, e neste caso, qual seria o impacto disso na sociedade.
- d) Qualidade empreendedora – é necessária para projetar mudanças sociais sistêmicas em larga escala. Apresentando um traço de personalidade que o motiva a não parar até que um padrão importante em toda a sua sociedade tenha mudado.
- e) Fibra ética - Primeiro, frequentemente é necessário que os afetados façam vários saltos de fé e confiem no defensor da mudança proposta. Segundo, o mundo precisa de mais líderes públicos dignos de confiança. Finalmente, é importante que a profissão construa uma comunidade onde seus principais profissionais possam se unir e compartilhar abertamente, o que só é possível em uma atmosfera de confiança.

Os autores Dees e Anderson (2006) afirmam que Drayton eventualmente utilizava o termo empreendedor social. No entanto, oficialmente, durante muitos anos, a Ashoka se referiu a estes indivíduos como empreendedores públicos, demarcando a importância que os mesmos dariam às suas missões estabelecidas em favor do interesse público.

O uso do termo “empreendedor social” por estas organizações para descrever inovadores em busca de mudanças sociais ajudou a reforçar a ideia de que o empreendedorismo social não precisa ser enquadrado em termos de renda. Poderia se tratar mais dos resultados, do impacto social. (DEES E ANDERSON, 2006, p. 45, tradução e grifos nosso)

Outro autor que marcou a linha Schumpeteriana do empreendedorismo foi Peter Drucker. Ele partiu da relação entre empreendedorismo e inovação, para defender a possibilidade de se inovar socialmente em qualquer setor social. Uma defesa marcante do autor é o conceito de *Public service entrepreneur* (DEES E ANDERSON, 2006).

Dees e Anderson (2006) demarcam a influência do trabalho de Drucker sobre a compreensão de empreendedorismo de Drayton, e conseqüentemente no trabalho desenvolvido pela Ashoka.

Seguindo na construção teórica do campo, identifica-se no Britânico Charles Leadbeater um ponto de união da perspectiva de Say e Schumpeter (DEES E ANDERSON, 2006).

Esses empreendedores sociais estão criando maneiras inovadoras de enfrentar alguns dos nossos problemas sociais mais prementes e intratáveis [...] pegam recursos subutilizados e muitas vezes descartados - pessoas e edifícios - e os reenergizam, encontrando novas maneiras de usá-los para satisfazer necessidades não atendidas e muitas vezes não reconhecidas. (LEADBEATER, 1997, p.8, tradução da autora)

Ao considerar o aspecto da inovação e da capacidade de mover recursos subutilizados para locais de maior produtividade, o autor deixa claro a possibilidade de coexistência das definições estabelecidas pelos autores antecessores a ele. Este também reafirma a perspectiva de Drucker e Drayton de ser possível inovar, e conseqüentemente, empreender em todos os setores sociais. Indo além de Dees e Anderson (2006), que depositam ao empreendedorismo social o espectro entre os segundo e terceiro setor (vide Quadro 2), Leadbeater (1997), como pode ser visto na figura abaixo, atribui ao empreendedorismo social as zonas de intercessão entre os 3 setores sociais previamente estabelecidos.

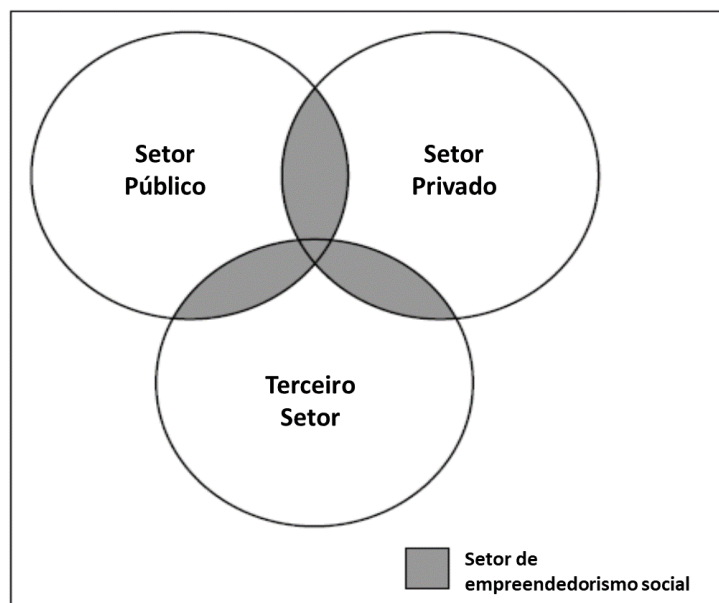


Figura 2 - Setor de Empreendedorismo
Leadbeater, 1997. Adaptado pela autora.

Para chegar a esta conclusão, Leadbeater (1997) realizou uma análise do cenário do empreendedorismo social no Reino Unido. Portanto, ele avalia evoluções no modelo de gestão do Sistema Nacional de Saúde (NHS) e na gestão escolar, como inovações dentro do setor público. No que se refere ao mercado, identifica um crescente interesse de seus agentes no que se refere a questões sociais, realizando uma troca de aprendizado entre os setores sociais. E finalmente, no que o autor denomina de setor voluntário, ele identifica a aderência de uma mentalidade inovadora e a apropriação de aptidões para negócios por pequenas organizações voltadas para o cenário social.

O empreendedorismo, inovação, criatividade e dinamismo desses projetos mostram como pode se promover um tipo moderno de Estado de Bem-estar Social para o século XXI. Esses esquemas mobilizam as pessoas para enfrentar os problemas sociais de forma colaborativa. Eles são carinhosos e compassivos, mas profissionais. Eles estabelecem altas expectativas e padrões. Eles demandam muito de seus usuários e clientes. Eles preenchem a lacuna entre os setores público e privado, o estado e o mercado, para desenvolver soluções eficazes e eficientes para nossos problemas sociais mais complexos e prementes. (LEABEATER, 1997, p. 8, tradução da autora)

A partir das definições estabelecidas anteriormente pelos autores da Escola de Inovação Social, Dees (2001, p. 4) elaborou uma lista de ações essenciais para que “os empreendedores sociais desempenhem o papel de agentes de mudança no setor social”. São elas:

Quadro 3 – Ações essenciais pra os empreendedores sociais

Adotar uma missão para criar e manter valor social (não apenas valor privado)
Reconhecer e implacavelmente buscar novas oportunidades para servir essa missão
Engajar-se em um processo contínuo de inovação , adaptação e aprendizado
Agir ousadamente sem ser limitado por recursos disponíveis no momento
Expor maior responsabilidade aos públicos atendidos e aos resultados criados

Dees, 2001

Após detalhamento da visão americana sobre o empreendedorismo social, retomou se a concepção europeia do referido conceito no tópico seguinte.

2.2.3 Abordagem EMES

A primeira vez que o termo Empresa Social foi usado na Europa, se deu na revista italiana denominada *Impresa sociale* em 1990 (DEFOURNY e NYSSSENS, 2008 e 2012). A revista se referia a novas formas de cooperativas que vinham ganhando espaço na Itália desde o final dos anos 80. Estas iniciativas foram contempladas pela criação da estrutura legal aprovada pelo Parlamento italiano em 1991, com o nome de “Cooperativa Social” (DEFOURNY e NYSSSENS, 2008).

A estrutura legal associativa não permitia que estas organizações desenvolvessem atividades econômicas. Desta forma, as cooperativas sociais possibilitaram o desenvolvimento deste tipo de atividade por organizações do terceiro setor (DEFOURNY e NYSSSENS, 2012). Em 2005, esta mesma lei foi alterada, a fim de ampliar o conceito de empresa social para além da estrutura de cooperativa (DEFOURNY e NYSSSENS, 2008).

As cooperativas tradicionais e as cooperativas sociais se distinguem sob dois aspectos: O primeiro é que as cooperativas sociais não tinham como missão a simples garantia dos interesses dos seus membros, mas sim a geração de benefícios para a comunidade. O segundo aspecto se refere à composição de membros dessas organizações, que contavam com diversos *stakeholders*. Desta forma, as resoluções tendiam a levar em consideração o ponto de vista de pessoas de diferentes origens e posicionamentos (DEFOURNY e NYSSSENS, 2008).

Seguindo os passos da Itália, diversos países Europeus criaram ao longo dos anos 90 e inícios de 2000 estruturas legais voltadas para organizações consideradas empreendimentos sociais. O Reino Unido criou em 2004 as *Community Interest Company* (CIC). Enquanto, França (2002), Portugal (1997), Espanha (1999) e Grécia (1999), a exemplo da Itália, estabeleceram-se novos modelos de cooperativas sociais. Na Bélgica, em 1996, ocorreu a criação de um selo denominado Empresa com Propósito Social. Neste caso, não se estabeleceu uma nova forma legal, nem ocorreu a restrição a modelos cooperativos (DEFOURNY e NYSSSENS, 2008).

No entanto, mesmo com a criação de formas legais específicas para empreendimentos sociais, em alguns países, o uso destes formatos é baixo. Isto ocorre devido a possibilidade de utilizar-se de formatos legais tradicionais do terceiro setor e,

ainda assim, agir de forma a garantir a autonomia financeira da organização. (DEFOURNY e NYSSSENS, 2008).

Nas últimas décadas, o cenário europeu apresentou altas taxas de desemprego que, somadas à baixa qualificação de algumas comunidades específicas, levou à criação das *Work Integration Social Enterprises* (WISEs). Estas organizações voltadas a inserção de profissionais no mercado de trabalho foram criadas em diversos países e ganharam tanta importância que, em alguns casos, o conceito de empreendimentos sociais e WISEs passaram a se confundir (DEFOURNY e NYSSSENS, 2008 e 2010).

Todo o levantamento e análise da abordagem europeia foi iniciada com a pesquisa denominada EMES - *EMergence des Enterprises Sociales* desenvolvida pela Comissão Europeia através da Rede Europeia de Pesquisa. Esta pesquisa contemplou os 15 países membros da União Europeia, no momento de realização da mesma. Posteriormente esta rede de pesquisadores optou por adquirir a estrutura formal de Associação Internacional, contando com membros e instituições parceiras de diferentes países. Em 2013, a EMES passou associados originários de países fora da União Europeia. Além do trabalho simultâneo de diferentes projetos e linhas de pesquisa, a organização desenvolve treinamentos e cursos de doutorado em algumas das doze instituições parceiras (DEFOURNY e NYSSSENS, 2018)

A primeira fase da pesquisa teve início em 1996, antes mesmo que a maioria das estruturas legais fossem criadas pelos governos europeus. A pesquisa se desenrolou até o ano de 2000 e teve como objetivo a compreensão das práticas do empreendedorismo social europeu culminando no estabelecimento de parâmetros para o que seria um tipo ideal de empreendimento social, culminando na construção do conceito.

Já a segunda fase, desenvolvida entre os anos de 2001 e 2004, recebeu o título de PERSE e teve como objetivo a performance das empresas sociais no campo da integração ao mercado de trabalho, realizada pelas WISEs (DEFOURNY e NYSSSENS, 2010).

O produto da primeira fase de pesquisa desenvolvida pela EMES resume a sua definição de empreendimento social da seguinte forma:

As empresas sociais são organizações privadas, sem fins lucrativos, que fornecem bens ou serviços diretamente relacionados ao seu objetivo explícito de beneficiar a comunidade. Eles dependem de uma dinâmica

coletiva envolvendo vários tipos de partes interessadas (*stakeholders*) em sua estrutura administrativa. Elas valorizam sua autonomia e assumem riscos econômicos ligados à sua atividade. (DEFOURNY e NYSSSENS, 2008, tradução da autora)

Parente, et. al. (2011) considera que a proposta de transformação social se utilizando de um olhar para o coletivo, atinge um ponto máximo na lógica cooperativista de empreendedorismo social europeia. Isto ocorre devida a incorporação deste princípio não apenas na missão social desta organização, mas também, no modelo de gestão interno dela,

[...] que é na vertente *colectiva*⁶ e organizacional que o empreendedorismo social atinge o seu verdadeiro impacto de transformação social, quer social e economicamente, perante os públicos alvo, quer ao nível endógeno, no exercício dos princípios de cidadania organizacional. (PARENTE, et al., 2011, p.272)

Vê-se que, o objetivo da pesquisa EMES não foi construir indicadores que tivessem como função serem requisitos para uma certificação do que viria a ser um empreendimento social, mas sim estabelecer um tipo ideal de empresa social europeia. Com isto estabelecem nove características para esse modelo ideal.

O total de nove indicadores apontados pelos pesquisadores foram organizados inicialmente em duas dimensões. Porém, em 2012, estas sofreram uma recategorização em três dimensões, que contam com três indicadores cada. As dimensões e indicadores apresentados no documento da EMES, produzido no ano de 2012, são:

Quadro 4 – Dimensões e Indicadores EMES

Dimensão Econômica e Empreendedora	Desenvolvimento de atividade constante de produção de bens e/ou venda de serviços Um empreendimento social desenvolve diretamente atividades de produção e venda de bens e serviços de maneira contínua, sendo esta, a principal ou uma das principais razões da existência da organização. Nível significativo de risco econômico Assim como a criação de empresas tradicionais, os empreendimentos sociais apresentam riscos econômicos inerentes a sua existência. Portanto, os responsáveis pela fundação de uma organização deste tipo assumem totalmente ou parcialmente estes riscos. A viabilidade financeira destas instituições é dependente do esforço de membros e
------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

⁶ Palavra extraída em seu formato original do português de Portugal.

	<p>trabalhadores para a garantia dos recursos necessários para sua subsistência.</p>
	<p>Quantidade mínima de mão-de-obra assalariada</p> <p>Assim como as Organizações sem Fins Lucrativos, as empresas sociais também podem desenvolver seu trabalho contando com o uso combinado de mão-de-obra assalariada e voluntários, assim como recursos comprados e doados. No Entanto, a EMES considera que os empreendimentos sociais precisam contar com um número mínimo de força de trabalho paga, sendo que não é estabelecido de maneira clara este quantitativo.</p>
Dimensão Social	<p>A missão explícita de beneficiar a sociedade</p> <p>As empresas sociais devem buscar promover responsabilidade social em nível local, servindo a comunidade ou um grupo específico de pessoas.</p> <p>Iniciativa criada por um grupo de cidadãos ou Organização da Sociedade Civil</p> <p>As empresas sociais devem nascer do compartilhamento de necessidades e/ou objetivos de um grupo de pessoas pertencentes a uma comunidade. Esta dinâmica coletiva deve ultrapassar a fundação, permanecendo de alguma forma no trabalho desenvolvido, mesmo ocorrendo a estruturação de uma liderança individual ou num formato de conselho.</p> <p>Distribuição de lucros limitada</p> <p>Em essência, a manutenção de um objetivo social representaria a restrição na distribuição de lucros. Porém, este grupo engloba organizações, como são os casos das cooperativas em alguns países, que realizam o dividendo. Fica estabelecido a possibilidade de distribuição de maneira limitada, de forma a não incentivar uma dinâmica de maximização de lucros.</p>
Administração participativa	<p>Alto nível de autonomia</p> <p>Estas organizações são criadas e geridas por cidadãos. Desta forma, mesmo com o recebimento de subsídios, não é permitida a administração diretamente ou indiretamente por autoridades públicas ou outras instituições. Estes empreendimentos devem garantir sua autonomia, mantendo o direito a posicionamentos, tomadas de decisão e encerramento de atividade, caso desejado pelos membros.</p> <p>Sistema de tomada de decisão baseado no princípio de “um membro, um voto”</p> <p>Estabelecimento de um critério de tomada de decisão participativo em que não exista desbalanceamento entre membros proveniente de distribuição acionária. O capital não deve ser um influenciador do processo decisório. Indica-se a aderência de modelos como o de “um membro, um voto”.</p>

	<p>Uma natureza participativa que envolve as várias partes afetadas pela atividade</p> <p>Nestas organizações, as tomadas de decisão são caracterizadas por levar em consideração todos os <i>stakeholders</i>, incorporando mecanismos de representatividade e participação de usuários e clientes, além das demais partes interessadas. As empresas sociais frequentemente têm como meta a promoção de democracia em nível local e este princípio democrático, também se encontra presente na estrutura administrativa da organização.</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

EMES, 2012, tradução e adaptação da autora

A EMES constatou que pesquisadores do 3º setor vinham desenvolvendo de discussão sobre o posicionamento do Empreendedorismo social, no que se refere aos setores sociais partem de três aspectos de análise: as empresas com fins lucrativos caracterizadas pela apropriação de mecanismos de mercado; a reciprocidade inata de relações familiares e fraternais desenvolvida nas comunidades; e o Estado como o agente executor de políticas de redistribuição.

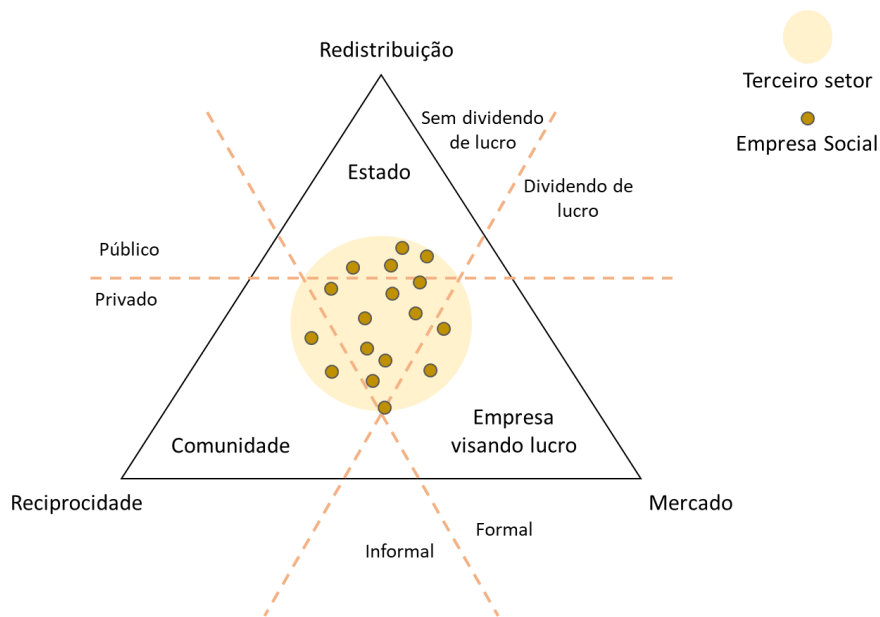


Figura 3 - Empresas sociais como a combinação de diferentes atores, atividades e recursos
Pestoff, 1998; apud DEFOURNY e NYSSSENS, 2012. Adaptado pela autora.

Pestoff (1998, apud DEFOURNY e NYSSSENS, 2012) considera o terceiro setor a intercessão entre o Estado, comunidade e mercado, representado pelo círculo salmão na figura acima. Inseridos no terceiro setor, podem ser encontrados diferentes modelos de negócio considerados empreendimentos sociais (pequenos círculos amarelos), frequentemente estabelecidos como associações ou cooperativas.

[...] é possível argumentar que o empreendedorismo social pode ser encontrado no setor privado com fins lucrativos e no setor público. No entanto, no que diz respeito às empresas sociais, as diferentes abordagens em toda a Europa as localizam, principalmente, no terceiro setor ou na economia social, abrangendo organizações sem fins lucrativos, bem como cooperativas e formatos de empresas privadas sem fins lucrativos (DEFOURNY e NYSSSENS, 2008, tradução da autora).

Pode-se observar na Figura 3 e na citação referente ao documento da Rede de Pesquisadores - DEFOURNY e NYSSSENS (2008), que os autores produtores do documento consideram os empreendimentos sociais, majoritariamente como sendo organizações formais, sem fins lucrativos e privadas, sem que estas sejam restrições. Isso significa que mesmo com menor incidência, é possível estas empresas realizarem dividendo de lucro, sejam públicas ou que se estabeleçam como coletivos informais.

Os autores, também, apontam uma maior frequência de atividades empreendedoras desenvolvidas de maneira informal ou na fronteira entre a formalidade e informalidade em países em desenvolvimento, em específico na América Latina.

2.2.4 Resumo e análise comparativa das Escolas de Pensamento

Todas as Escolas de Pensamento partem da necessidade de se buscar novas soluções para questões sociais. No entanto, elas tendem a divergir no que tange às prioridades, às perspectivas e até mesmo valores defendidos (DEES E ANDERSON, 2006).

Se na Europa os movimentos sociais, pesquisadores envolvidos principalmente em ciências sociais e órgãos públicos foram os atores-chave na divulgação do debate, nos EUA, o debate foi fortemente moldado por forças motrizes entre as quais fundações e escolas de administração desempenharam um papel central. (DEFOURNY e NYSSSENS, 2009, p. 13, tradução da autora)

Para fundamento da análise busca-se Bacq e Janssen (2011) que apresentam em seu artigo um resumo comparativo entre as abordagens Americana e Europeia. Esta análise foi realizada dentro de três principais aspectos: o indivíduo, o processo e a organização. Para melhor interpretação da Quadro 5 apresentado posteriormente, serão desenvolvidos, a seguir os pontos explorados pelos autores.

2.2.4.1 Indivíduo

Este ponto trata da visão de cada uma das Escolas de Pensamento sobre a figura do Empreendedor, que para os autores poderia “[...] ser amplamente definido como um indivíduo cujo principal objetivo não é a produção de lucro, mas a criação de valor social. Para isso, ele ou ela irá adotar uma atitude empreendedora” (BACQ e JANSSEN, 2011, p. 381).

No entanto, este é o principal ponto de distinção entre as Escolas, que em alguns casos interpretam como sendo um papel a ser desenvolvido de maneira individual ou através de mecanismos coletivos de governança.

A Escola de Inovação Social destaca-se pelo enfoque dado a figura do empreendedor. Esta Escola vem trabalhando na identificação de características marcantes deste indivíduo e que o distingue dos demais agentes sociais. Desta forma, os autores apontando os seguintes atributos: inovativo e visionário; apresenta fibra ética; é habilidoso na detecção de oportunidades; assume papel chave como agente de transformação social; não se limita aos recursos disponíveis e circunstâncias estabelecidas.

A Escola de Empreendedorismo Social tem seu olhar voltado para o empreendimento social e a forma como este se desenvolve. Isto, não significa que a figura do empreendedor não exista. No entanto, neste contexto, esta assume um lugar secundário.

Não existe uma preocupação de restrição e categorização deste personagem. Apenas, assume-se que o empreendedor é aquele ou aqueles que organizam e gerenciam as atividades desenvolvidas com um propósito social.

No caso da EMES, compreende-se que empreender socialmente é uma ação coletiva. Acreditam que ainda que exista um líder carismático que encabece e seja o rosto da iniciativa, é essencial que um grupo dê suporte a ele. Este grupo deve se responsabilizar pela garantia de alcance da missão social.

2.2.4.2 Processo

Neste tópico, o foco passa a ser no empreendedorismo social, compreendido como um processo de comprometimento com uma missão social, ou seja, com a geração de valor social e transformação da sociedade. Portanto, o processo trata do objetivo da

organização e, conseqüentemente, do impacto decorrente do desenvolvimento desta atividade.

Sobre este tema, existe em certo nível de unanimidade quanto ao lugar central da missão social para o empreendedorismo social. Para a Escola de Inovação Social a criação de valor e impacto social sustentável devem ser mais importantes que uma produção de lucro. A Escola de Empreendedorismo Social acredita que a garantia do cumprimento da missão social está na restrição de que o empreendimento social se desenvolva como uma organização sem fins lucrativos. Já a EMES, acredita que, frequentemente, os empreendimentos sociais estão inseridos no terceiro setor, mas não ocorre uma restrição clara. Porém, é essencial que exista clareza na missão desta organização, que deve ter como razão de existir a geração de benefícios para a comunidade.

Este ponto de vista similar não permanece unânime no que se refere a relação entre a missão social assumida pela organização e a(s) atividade(s) de produção de bens e serviços realizada pela organização com o objetivo de garantir sua sustentabilidade financeira. As perspectivas da EMES e da Escola de Inovação Social tendem a considerar que é necessária uma relação direta entre a missão e a atividade desenvolvida. No caso da Escola de Empreendedorismo Social, a organização sem fins lucrativos está livre para atuar no mercado através de oferta de bens e serviços, sem que necessariamente estejam relacionados a missão social. Neste caso, estas atividades são entendidas apenas como fontes de receita.

2.2.4.3 Organização

O último aspecto se refere a visão e o lugar ocupado pelo conceito de empreendimento social na discussão desenvolvida por cada uma das escolas.

A primeira questão de análise é a relevância da construção deste conceito para cada uma das escolas. No Caso da EMES, o principal foco da primeira fase da pesquisa teve como objetivo o desenvolvimento de um conceito capaz de estabelecer um tipo-ideal de empreendimento social. Por esta razão, pode-se considerar sua centralidade para esta Escola.

A Escola de Empreendedorismo Social também se estrutura a partir do conceito do empreendimento social. Considerado pela Escola como sendo, fundamentalmente, uma organização sem fins lucrativos que desenvolve atividades geradoras de receita visando sua sustentabilidade financeira, de maneira a adquirir algum nível de autossuficiência e

independência das fontes tradicionais filantrópicas. Tudo isto, com o objetivo de alcançar sua missão social, equilibrando a geração de valor social e econômico.

Por último, a Escola de Inovação Social que tem como foco a figura do empreendedor social dando menor relevância para a definição do que seria um empreendimento social.

A segunda questão considerada pelos autores para diferenciar as características estabelecidas pelas Escolas de Pensamento é a forma legal que estes empreendimentos poderiam assumir de acordo com cada abordagem. A Escola de Inovação Social acredita que é possível empreender socialmente em qualquer setor social, logo, diversas estruturas legais são possíveis e aceitas. O formato legal vai depender do que melhor se adequa para a missão definida.

A Escola de Empreendedorismo Social é marcada pela defesa de que estas organizações devem ser estruturadas dentro de formatos legais sem fins lucrativos, ou seja, no terceiro setor. Existe um movimento de problematização desta exigência, mas ainda assim, não ocorre no mesmo nível de compreensão ampla e fluida da Escola de Inovação Social.

Já os países europeus vivenciaram a criação de estruturas legais específicas para empreendimentos sociais. No entanto, a aderência destas organizações de formas legais tradicionais é comum. Como visto na seção que apresentou a pesquisa da EMES, existe uma maior incidência de empreendimentos sociais ligados ao terceiro setor, utilizando formatos de associação, fundação e cooperativa. Mas, este não é um limitante, pois empreendimentos sociais podem ser identificados nos demais setores sociais.

O quadro apresentado a seguir foi finalizada com a análise referente a distribuição de dividendos. De maneira coerente ao apresentado até este ponto, a Escola de Inovação Social não estabelece restrições a esse respeito. Esta considera preferencial que o lucro seja, preferencialmente, reinvestido na geração de benefícios sociais, não sendo estabelecido como uma regra em qualquer momento.

No caso da Escola de Empreendedorismo Social, a distribuição de lucros é considerada um mecanismo de incentivo a tomadas de decisão voltadas para maximização de lucro. A flexibilização na concepção do que seria um empreendimento social feita por alguns autores da Escola, tornam nebuloso o cumprimento desta regra.

A EMES considera que a distribuição de dividendos para membros, sócios e diretores é opcional e a organização tem liberdade para definir como irá se comportar. No entanto, não existem dúvidas sobre os cuidados a serem tomados a fim de evitar comportamentos voltados para a maximização de lucro.

Concluindo esta análise comparativa das Escolas de Pensamento, buscou-se apresentar as características de cada escola, assim como suas compreensões da figura do empreendedor, da organização como empreendimento e do processo de empreendedorismo. Na sequência, é apresentado o quadro demonstrativa da discussão realizada até então, de forma compilada.

Quadro 5 - Resumo da revisão de literatura

Variáveis	Critérios	Tradição Americana		Tradição Europeia
		Escola de Inovação Social	Escola de Empreendedorismo Social	Rede EMES
Indivíduo	1.O empreendedor	Figura principal	Papel secundário	Ação coletiva: iniciativa iniciada por um grupo de cidadãos
Processo	2.A missão	Missão está no centro do processo de inovação social	O principal propósito do empreendedorismo social é a busca por objetivos sociais	Intenção explícita de beneficiar a comunidade
	3.Conexão missão - atividade produtiva	Direta	Sem restrições: o empreendedorismo social consiste na implementação da dinâmica comercial por entidades sem fins lucrativos a fim de financiar suas atividades sociais	Direta: a natureza da atividade econômica deve estar conectada com a missão social
Organização	4.O empreendimento	Importância secundária: atividade criada por um empreendedor social	Central: ênfase nos riscos associados ao rendimento de mercado	Central: Nível de riscos econômicos significativos
	5.A forma legal	Sem restrições claras: a escolha no que diz respeito ao formato legal é definida pela natureza das necessidades sociais e a quantidade de recursos necessários	Empreendimentos sociais são organizações sem fins lucrativos Segundo momento: qualquer negócio que comercializa em favor de propósitos sociais	Algumas restrições: algumas novas formas legais foram criadas para incentivar e apoiar empreendimentos sociais + em alguns casos utiliza-se formas legais tradicionais de mercado
	6.Distribuição de lucro	Sem restrições	Sem distribuição de lucro Segundo momento: alguma distribuição de renda permitida	Limitação: organizações que evitem um comportamento de maximização de lucro

DEGROOTE, 2008, apud BACQ e JANSSEN, 2011, tradução da autora

2.3 Empreendedorismo Social no Brasil

A partir do levantamento bibliográfico sobre a temática, identificou-se recorrência ao referir-se ao conceito de empreendedorismo social como algo difuso e sem limites bem estabelecidos. Além de trazer a compreensão de que boa parte dos autores lidos tinham influência das escolas, não havendo clareza em sua origem teórica. Pode-se, ter a mesma percepção no campo prático, em programas de incubadoras, aceleradoras e fomentadoras do empreendedorismo social.

Conforme exposto pelos autores Rosolen, Tiscoski, Comini (2014, p. 86), “Como novo campo de estudo, os negócios sociais também carecem de definições e consenso a respeito de uma terminologia única”. Toma-se, tal questão, como reforço para enfatizar a relevância desse estudo.

As pesquisas de levantamento bibliográfico sobre o tema mostram como o campo do empreendedorismo social é jovem. Rosolen; Tiscoski e Comini (2014) realizaram um levantamento de pesquisas científicas em três bases de dados Internacionais e três Brasileiras sobre o tema entre os anos de 1997 e 2012. Eles buscaram por quatro termos frequentemente utilizados dentro do campo e a disparidade no volume de publicações entre as bases internacionais e brasileiras era enorme, como pode ser visto na figura abaixo.

Internacional					
Base	Social Entrepreneurship	Social Enterprise	Social Business	Inclusive Business	Total sem repetições
Scopus	874	1107	206	32	1901
EBSCO	828	687	90	29	1538
ISI	142	121	18	10	273
Nacional					
Base	Empreendedorismo Social	Empresa Social	Negócios Sociais	Negócios Inclusivos	Total sem repetições
SciELO	5	1	1	1	7
EnANPAD	9	1	0	0	10
SPELL	0	0	0	0	0

Figura 4 - Total de Publicações
ROSOLEN, TISCOSKI, COMINI, 2014, p. 93

No entanto, a análise temporal realizada pelos autores permitiu identificar uma tendência crescente neste número.

Esta tendência também apareceu na pesquisa realizada por Campos, et. al. (2012), ao realizar o levantamento das publicações com tema empreendedorismo social em periódicos científicos ligados a administração que apresentassem classificação da CAPES igual ou superior à B3. Foram identificados em 31 periódicos entre os anos 2000 e 2012, um total de 76 artigos, distribuídos cronologicamente, como pode ser visto na figura abaixo:

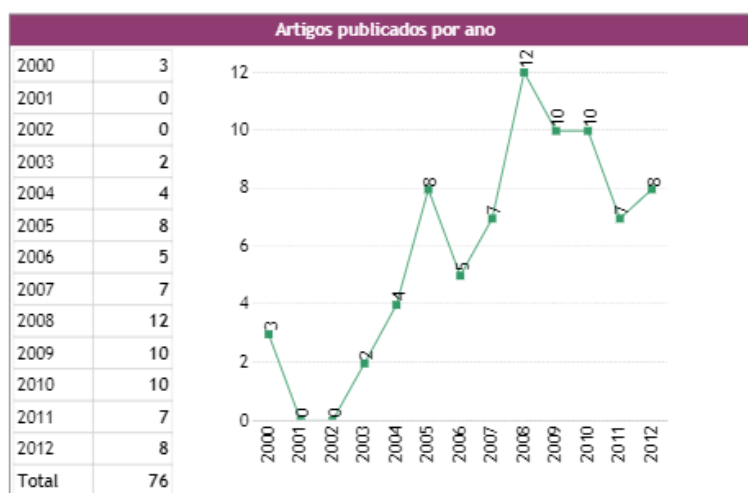


Figura 5 Evolução da publicação sobre Empreendedorismo Social de 2000 a 2012

CAMPOS, et. al, 2012

O volume de publicações em periódicos (76 artigos) pesquisados por Campos et. Al. (2012) é consideravelmente superior aos identificados nas três bases digitais (17 artigos) analisadas por Rosolen, Tiscoski e Comini (2014). Porém, ainda assim, o número se mostra aquém do identificado no exterior quando comparados com as 3.712 publicações nas três bases digitais internacionais.

A pesquisa realizada por Rosolen, Tiscoski e Comini (2014) destacou outra questão, talvez ainda mais relevante do que a conhecida incipiência do campo no Brasil, a adaptação do empreendedorismo social à realidade brasileira. Isto, resultou na criação de novos modelos de negócios voltados para problemas sociais característicos desta realidade.

O empreendedorismo social na América Latina traz para a discussão a questão da desigualdade social tendo como foco principal a base da pirâmide, fato que não ocorre com a mesma intensidade na Europa e Estados Unidos. Isto é destacado no trecho citado

a seguir que se refere a respeito das características do empreendedorismo social nos países em desenvolvimento.

As visões da América Latina e da Ásia têm vários fatores comuns. Ambas as visões consideram os negócios inclusivos ou sociais com uma forte preocupação por iniciativas de redução da pobreza, que devem ter um impacto social positivo, efetivo e especialmente de longo prazo. (COMINI, BARKI, AGUIAR, 2012, p.390, tradução nossa)

O empreendedorismo social vai ganhar novas nomenclaturas nestes países, como Negócios Sociais, Negócios Inclusivos, Negócios com Impacto Social ou Negócios Socioambientais.

Na América Latina, isto pode ocorrer utilizando-se da determinação do nicho de mercado das empresas sociais que buscam desenvolver atividades de produção de bens ou oferta de serviços com a missão de garantir justiça social de maneira estrutural para grupos excluídos. Outra possibilidade é ver o empreendedorismo social como uma forma de geração de renda para essa população. Estes grupos, que passariam a ser responsáveis pela sua própria geração de recursos e renda, seriam levados a uma redução de dependência de fontes assistencialistas e filantrópicas, garantindo sua emancipação e cidadania. Nasce a partir disto o conceito de Negócios Inclusivos (JOÃO, 2014). Ainda, com referência à questão,

Os negócios sociais aproximam-se de negócios tradicionais em aspectos como produtos, serviços, clientes, mercados, custos e receitas, porém difere no seu propósito principal que é servir à sociedade e melhorar as condições de vida de populações de baixa renda. [...] A importância atribuída à solução de problemas sociais, principalmente envolvendo a pobreza, por meio da utilização de mecanismos de mercado fez com que o termo negócio social ganhasse mais espaço na realidade dos países em desenvolvimento. Assim, essa terminologia passa a ser mais frequente no Brasil e em outros países latino-americanos, além de outras variações como negócios com impacto social ou negócios socioambientais. (ROSOLEN, TISCOSKI, COMINI, 2014, p. 90)

Reafirmando o conceito de “negócios inclusivos”, este pode ser considerado como um termo recente, mas que ganha força, conforme exposto por Rosolen, Tiscoski e Comini (2004), em revisão de literatura sobre a temática.

Vale destacar um termo que surgiu mais recentemente, mas que também passa a ganhar relevância nesse campo de estudos: os negócios inclusivos. Essa vertente, assim como a dos negócios sociais, adquiriu mais espaço no contexto dos países em desenvolvimento, uma vez que

coloca grande ênfase na inclusão social por meio do consumo. [...] A questão principal que essa corrente abrange é a oferta de produtos e serviços para a “base da pirâmide” (ROSOLEN, TISCOSKI, COMINI, 2014, p. 90).

Os avanços do campo do empreendedorismo social vêm se dando através do incentivo oferecido por diversos Atores de Suporte, como fundações, aceleradoras e instituições de fomento. Dentre elas, a administração pública aparece como um ator que vem ampliando seus esforços para promover o aumento de negócios deste tipo. Estes atores de suporte serão o tema o capítulo a seguir.

3. ATORES DE SUPORTE

3.1 O papel do Governo

Em 2013, os países membros do G8 criaram a Força-Tarefa de Investimento de Impacto Social, que se seguiu da elaboração de relatórios nacionais estabelecendo metas para garantir o crescimento da agenda de investimento em negócios de impacto. Este movimento culminou na fundação da Global Steering Group (GSG) com o objetivo de coordenar o campo de investimentos de impacto dos países membros. (ENIMPACTO, 2018)

Brasil, Índia, Portugal, México e Israel foram convidados a integrar o GSG, que, em 2019 contava com 23 países e a União Europeia no quadro de membros (GSG, 2019). As diretrizes determinadas pelo GSG levaram a criação Força Tarefa Brasileira de Finanças Sociais (FTFS). Definida como sendo:

um movimento criado em 2014 com a crença de que modelos de negócios podem resolver problemas socioambientais. De forma complementar às políticas públicas e ao terceiro setor, temos fomentado o ecossistema em torno de empreendedores, investidores e organizações intermediárias comprometidos em desenvolver produtos e serviços que sejam soluções de mercado que melhorem a qualidade de vida de populações de menor renda. (FTFS, 2017, p. 3)

A FTFS conjuntamente com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, através da Secretaria de Inovação e Novos Negócios (SIN/MDIC), formulou a Estratégia Nacional de Investimento e Negócios de Impacto (ENIMPACTO) oficializada em 2017, por meio do Decreto nº 9.244, revogado em 2019 pelo Decreto nº 9.977, de 19 de agosto de 2019. E que foi criada com o objetivo de:

fomentar um ambiente favorável ao desenvolvimento de Investimentos e Negócios de Impacto no Brasil, de forma a promover desenvolvimento econômico, resolução de complexos problemas socioambientais e oferta de melhores serviços públicos para a população. (ENIMPACTO, 2018, p. 2)

No decreto nº 9.977 encontra-se a definição oficial do governo brasileiro para negócio de impacto, sendo ela:

Art. 2º - Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - Negócios de impacto: empreendimentos com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivo de forma sustentável;

II - Investimentos de impacto: mobilização de capital público ou privado para negócios de impacto; e

III - Organizações intermediárias: instituições que facilitam e apoiam a conexão entre a oferta por investidores, doadores e gestores e a demanda de capital por negócios que geram impacto socioambiental.
(BRASIL, 2019)

Portanto, de acordo com a lei, a definição estabelecida para Negócios Sociais pelo governo brasileiro apresenta similaridades com a compreensão estabelecida pela Escola de Empreendedorismo Social, onde o foco se dá na organização. Como apresentado anteriormente, de acordo com esta linha de pensamento, a organização para se enquadrar na definição de empreendimento social deve ter como razão de existir produção de impacto social de forma autossustentável e eficiente. Destaca-se que não entrou em discussão na lei fatores como a permissão, ou não, de distribuição de lucros.

As organizações intermediárias definidas também em lei, serão tratadas neste trabalho como atores de suporte. Estas são organizações essenciais para a compreensão do ecossistema de empreendedorismo social no Brasil.

No entanto, antes de desenvolver a análise geral sobre os atores de suporte, ainda se apresentam ações importantes do Governo Federal como forma de incentivo ao empreendedorismo social.

O ENIMPACTO é formado por 16 órgãos governamentais e 41 organizações da sociedade civil organizados em grupos de trabalho (PIPE SOCIAL, 2019). Estas entidades visam alcançar objetivos estabelecidos pela força-tarefa e, que também foram formalizados no Decreto 9.977, eles são:

Art. 3º - São objetivos da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto:

I - Ampliar a oferta de capital para os negócios de impacto, por meio da mobilização de recursos públicos e privados destinados ao investimento e ao financiamento de suas atividades;

II - Aumentar a quantidade de negócios de impacto, por meio:

a) da disseminação da cultura de avaliação de impacto socioambiental; e

b) do apoio ao envolvimento de empreendimentos com as demandas de contratações públicas e com as cadeias de valor de empresas privadas;

III - Fortalecer organizações intermediárias que:

a) ofereçam apoio ao desenvolvimento de negócios de impacto e capacitação aos empreendedores;

b) gerem novos conhecimentos sobre negócios de impacto; ou

c) promovam o envolvimento dos negócios de impacto com os investidores, os doadores e as demais organizações detentoras de capital;

IV - Promover um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto; e

V - Promover a geração de dados que proporcionem mais visibilidade aos investimentos e aos negócios de impacto.

(BRASIL, 2019)

A busca por avanços no setor vem trazendo alguns resultados:

a) Articulação entre BNDES, Caixa Econômica Federal, Fundação Banco do Brasil e Sebrae para constituição de um fundo contábil para investir em negócios de impacto;

- b) Ampliação do programa InovAtiva de Impacto de aceleração para startups de impacto, liderado pelo antigo MDIC, Fundação Certi e Sebrae;
- c) Inclusão de critérios de impacto na metodologia de gestão de incubadoras e aceleradoras CERNE (Anprotec/Sebrae);
- d) Avanço do projeto de lei PLS N°338/2018 para regulamentação dos Contratos de Impacto Social.

(PIPE SOCIAL, 2019)

A FTFS trabalha para que todas as instâncias governamentais assumam papéis de incentivo ao empreendedorismo social. Ela indica que isso ocorra através da atuação estruturada de órgãos da administração pública como compradores, reguladores e fomentadores.

a) Como COMPRADOR de produtos e serviços provenientes de Negócios de Impacto;

b) Como REGULADOR: buscando um ambiente legal favorável à alocação de capital em investimentos que tenham impacto socioambiental, parcerias público-privadas de impacto, proteção a investidores, etc;

c) Como FOMENTADOR: promovendo o empreendedorismo social, aceleração e incubação de negócios e avaliação de impacto.

(FTFS, 2017, p. 9)

Em 2017, a Força Tarefa de Finanças Sociais (FTFS) mudou de nome e passou a ser conhecida como Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto, mas continua tendo como missão promover o alcance das 15 recomendações estabelecidas em 2015, cujo prazo é o ano de 2020.

Simultaneamente, ganha força no país uma discussão referente a Inovação na Gestão Pública, objetivando identificar soluções para problemas sociais cada vez mais complexos e influenciado pelo movimento de outros países voltado a modernização do aparelho estatal, chamado de Nova Gestão Pública. Inicia-se uma busca por ampliação da eficiência da administração pública, por meio de mudanças estruturais e inovadoras (CAVALCANTE e CUNHA, 2017; SOUZA, 2018). Como pode ser visto no trecho de Souza apresentado a seguir:

a inovação emerge como estratégia do setor público para lidar com falhas de governo (intervenção do Estado que leve a uma alocação mais ineficiente de bens e recursos, do que uma não intervenção); com

problemas públicos cada vez mais complexos, transversais e incertos (Conhecidos como *wicked problems*, são, por exemplo: aquecimento global, migrações populacionais, consumo e tráfico de drogas, envelhecimento populacional); e com a crescente demanda por mais participação social na construção de políticas públicas e por qualidade nos serviços públicos. (SOUZA, 2018, p. 8)

Esta procura por caminhos de inovação dentro da estrutura do Estado tende a se suportar na interpretação da Escola de Inovação Social, que identifica o empreendedorismo como um processo de criação inovadora. E em concordância com os conceitos desenvolvidos no tópico 2.2.2, esta Escola se utiliza da autores como Drucker e Drayton para defender a possibilidade de inovação social em qualquer setor, inclusive no primeiro setor (governo).

Cavalcante e Cunha (2017, p. 23), identificaram uma heterogeneidade no arcabouço teórico que trata do tema e apontou quatro principais tendências norteadoras das inovações na gestão pública:

- a) aperfeiçoamento de mecanismos de transparência, governo aberto e responsabilização (*accountability*);
- b) promoção do governo eletrônico (*e-government*) como estratégia de ampliação e facilitação do acesso e da participação cidadã na administração pública;
- c) novos arranjos de políticas públicas que fomentem papel mais ativo dos cidadãos na produção de bens públicos;
- d) atuação em redes e parcerias com atores estatais, sociais e da iniciativa privada; e ampliação na utilização tecnologia de informação tanto para ampliar a qualidade e eficiência na prestação de serviços públicos.

As estratégias identificadas, em maior ou menor nível, demonstram um foco no fortalecimento da participação e do controle social, assim como uma busca por eficiência e desburocratização da administração pública. Neste sentido, Souza (2018, p. 17) afirma que “a inovação não só tem partido de dentro da administração pública para o cidadão, mas também tem sido encarada como forma de responder ao crescente aumento de expectativa dos cidadãos e ao crescente controle ativo da sociedade”.

Este diálogo entre inovação e participação também é percebido em uma formação oferecida pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), denominado Inovação Social para aperfeiçoamento de políticas públicas. Esta formação é aberta ao público e tem como foco a formação de servidores públicos. Ao longo dos quatro módulos propõe-se a discutir a inserção da inovação no ciclo de políticas públicas dada, frequentemente,

por meio da presença de diversos *stakeholders* no processo de formulação, implantação e avaliação das políticas.

Em total acordo com o discutido sobre o tema, no material disponibilizado na formação, pode-se destacar o seguinte texto:

Políticas inovadoras são aquelas que, entre outros fatores, privilegiam a participação. [...] Enquanto a comunidade está identificando os problemas, ela também está entendendo as soluções porque este processo de autoconhecimento é também um processo de auto-organização e de autogestão. [...] o governo precisa olhar para fora de si mesmo, ver toda esta inovação social que está acontecendo e aprender com ela. O governo também precisa inovar a si mesmo dentro das suas estruturas ainda muito fragmentadas. Inovar não é sinônimo de mera modernização, mas é pensar o econômico em conjunto com o social (FERRARINI, 2018 apud ENAP, 2019, p. 16)

Pode-se observar que a participação social é importante para a produção de políticas inovadoras, para a valorização dos saberes locais e auto-organização, no que se refere a identificação de soluções.

Além disto, a disposição da administração pública a aprender com a sociedade é relevante, num processo de diálogo e aprendizagem coletiva.

Para finalizar, faz-se necessário aceitar um processo de reinvenção da estrutura governamental, com fins de correlacionar um crescimento que não seja apenas econômico, mas também social.

Este caráter colaborativo de construção de soluções levando em consideração a necessidade de ter múltiplos olhares para a superação de problemas complexos conquistado através da presença de diversos *stakeholders* nos grupos de trabalhos e nas tomadas de decisão, parece sofrer influência da abordagem europeia de empreendedorismo social.

Nesta formação, trabalha-se com a inovação categorizada em dois tipos, a inovação social e a tecnológica. Esta última frequentemente vinculada ao conceito de *e-government*. No entanto, estabelece que estas tipologias de inovação tendem a se complementar, dando origem a tecnologia social.

A tecnologia social, no que concerne à gestão social, incorpora a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico às novas metodologias e sistematizações de gestão e de processos caracterizados por novas habilidades, aspectos intangíveis ou mensuráveis do conhecimento,

internalizados por pessoas, comunidades, culturas ou organizações.
(ENAP, 2019, p.23)

O tema da Inovação Social na administração pública também é incipiente no Brasil, mas assim como o campo do Empreendedorismo Social, vem ganhando cada vez mais espaço, por se mostrar um caminho de diálogo entre os setores sociais visando promover impacto positivo na sociedade.

3.2 Visão geral dos atores de suporte

A análise das ações governamentais de incentivo ao empreendedorismo social, analisada no tópico anterior, apresentou a influência das Escolas de Pensamento sobre estas ações. Neste tópico, pretendeu-se ampliar o processo de análise ao olhar para os demais Atores de Suporte que compõem o ecossistema de empreendedorismo social.

Estes atores são categorizados pelas principais redes de relacionamento do ecossistema das mais variadas formas de acordo com o serviço que oferecem, como: formação e conhecimento, informação, investimentos, assim como, aceleração e incubação, dentre outras coisas. No entanto, não teria valor para esta pesquisa trabalhar com estas categorizações. Por isso, será analisada a influência das Escola de Pensamento sobre Atores de Suporte, independentemente, das mais diferentes áreas de atuação.

Estas organizações são responsáveis por fomentar o empreendedorismo no país incentivando a criação e auxiliando no crescimento das Iniciativas, que são o foco do Capítulo 4 deste trabalho. Compreender o que elas entendem como “empreendedorismo social”, “empreendedor social” e “empreendimento social” é relevante para identificar quais são as correntes teóricas atuantes no ecossistema brasileiro, assim como, possivelmente, apontar a mais utilizada, uma vez que estes atores são os pontos de disseminação do conceito.

Para realizar esta análise partiu-se da Quadro 5 – Resumo da revisão de literatura composta pelas características das Escolas de Pensamento apresentada no tópico 2.2.4 e dos *web sites* de uma amostra de 59 organizações atuantes no ecossistema de empreendedorismo social.

A pesquisa objetivou identificar se as 59 organizações apresentam uma definição clara do que seria ao menos um dos conceitos base. Ou seja, se esta trabalha com a definição do conceito de “empreendedorismo social”, “empreendedor social” ou “empreendimento social”, uma vez que frequentemente estas focam em apenas um destes conceitos. Para isso, buscou-se informações a respeito da missão, sua conexão com a atividade principal, relevância dada ao indivíduo ou à organização, qual seria a forma legal indicada para a iniciativa e se é permitido o dividendo de lucros.

Este levantamento pretendia encontrar os 6 indicadores citados anteriormente e apresentado na Quadro 5. Para isso, utilizou-se como fonte os sites oficiais destas

organizações. Os sites são referências de fácil acesso para empreendedores em busca de conteúdo, o que justificou a escolha desta metodologia para a investigação.

Somado aos seis indicadores que compõem o quadro 5, levantou-se qual o termo utilizado pelas organizações. Este levantamento demonstrou o uso de 26 termos distintos, além do uso de mais de um termo (muitas vezes contraditórios) pela mesma organização.

Os termos utilizados e a frequência que apareceram são apresentados no Quadro 6, a seguir.

Quadro 6 - Termo usado pelas organizações

	TERMO USADO	FREQUÊNCIA
Indivíduo	Empreendedor Cívico-social	1
	Empreendedor Social	3
	Empreendedor Social de ONG	1
	Inovador	1
	Inovador Social	1
Processo	Empreendedorismo social	3
	Inovação aberta	1
	Inovação social	4
Organização	Empreendimento Popular e Solidário	1
	Empresa B	1
	Empresa social	1
	Filantropia empreendedora	1
	Iniciativas e Projetos sociais e ambientais	4
	Negócio de Impacto	10
	Negócio de Impacto Ambiental	1
	Negócio de Impacto da periferia	1
	Negócio de Impacto Social	10
	Negócio de Impacto Socioambiental	5
	Negócio de Impacto Sustentável	1
	Negócio Inclusivo	2
	Negócio Social	10
	Negócio Sustentável	1
	Startup	2
	Startup de Inclusão Social	1
	Startup de Impacto	1
Startup Social	1	

A incidência de 26 diferentes termos em sites de 59 organizações é uma demonstração da falta de uniformidade do campo, como foi apontado pelo levantamento bibliográfico realizado. Ainda assim, se somadas as variações de Negócios de Impacto,

Negócios Sociais e Negócios Inclusivos, que são indicados pelos teóricos como os principais conceitos em uso nos países em desenvolvimento, estas representariam quase 80% dos termos usados.

Negócios de Impacto e suas pequenas variações apareceram 29 vezes ao longo do levantamento. Este foi seguido pelo conceito Negócio Social, citado em 21 lugares e para concluir, os Negócios Inclusivos contaram com apenas 3 aparições.

Porém, ocorreu o uso do conceito de Negócio Social e Negócio de Impacto pela mesma organização, o que demonstra que possivelmente as organizações não têm clareza das distinções entre os conceitos, o que os leva a usá-los como sinônimos.

Ao referirem-se aos Negócios de Impacto algumas organizações se utilizam da definição da Força Tarefa, apresentada na sua Carta de Princípios e no decreto 9.977. Isto demonstra a relevância deste agente no ecossistema do empreendedorismo social.

Também foi possível identificar que a penetração do conceito de Negócio de Impacto vem ocorrendo com maior sucesso do que o modelo de Yunus (Negócio Social). De acordo com este levantamento, os Negócios Inclusivos não têm se destacado a ponto de concorrer junto aos demais conceitos.

Um segundo ponto importante, em relação aos dados apresentados no quadro 6, é o foco destes atores nos empreendimentos sociais, que foram recorrentes em 79% dos casos. Apenas 11% se posicionava tendo como foco auxiliar o empreendedor e 10% via no processo do empreendedorismo um ponto de relevância.

As organizações que trabalham em prol do desenvolvimento do indivíduo, majoritariamente, o apresentam como empreendedor. Porém, no caso das que visam o processo, a maioria, por uma pequena margem, se refere à inovação social ou aberta e não o empreendedorismo social.

Ao realizar a busca por informações referentes aos seis indicadores, chamou atenção o fato de que parte considerável das organizações não estabelecem critérios claros sobre o que seria o conceito em uso.

O parâmetro usado nesta classificação foi a seguinte:

Quadro 7 – Parâmetros da análise de construção conceitual

Definição Clara	Definição Razoável	Definição Fraca	Sem definição
capaz de identificar o posicionamento da organização em relação aos 6 indicadores	capaz de identificar o posicionamento da organização em relação aos 4 ou 5 indicadores	capaz de identificar o posicionamento da organização em relação à 3 indicadores ou menos	organizações que expressamente atuam com o empreendedorismo social, no entanto, não apresentam qualquer definição

A análise da definição apresentada pelas organizações através dos critérios apresentados no quadro acima, possibilitaram gerar a Figura 6, a seguir:

Nível de detalhamento da definição

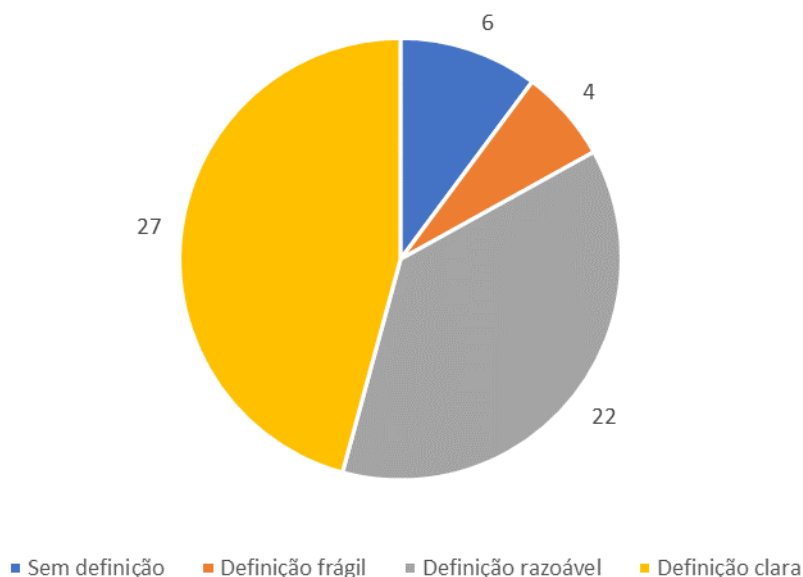


Figura 6 - Nível de detalhamento da definição

Das 53 organizações com definições claras, razoáveis e fracas, todas relacionam o conceito a missão social explícita e apenas uma cujo foco é o processo, não estabelece se tem como foco central o indivíduo ou a organização. Além disto, 5 delas não demonstram clareza sobre a conexão entre missão e a atividade principal desenvolvida, 9 não se referem a existência, ou não, de restrições ao que se refere a forma legal da organização. Finalmente, 25 delas não citam a questão do dividendo de lucros. Este último vem se mostrando o tema mais polêmico dentre os demais.

Para identificar a Escola de Pensamento com maior poder de influência sobre cada organização, buscou-se elencar se o foco se deu no empreendedor ou no empreendimento. Tais fatores aparecem como principal distinção entre a Escola de Empreendedorismo Social e as demais.

No entanto, faz-se necessário demarcar que as influências não se limitam à uma Escola, porém, diante da escolha metodológica dos 6 indicadores e do foco de atuação da organização no indivíduo, na organização ou no processo, foi possível apontar uma Escola principal. O produto desta análise pode ser visto na figura a seguir.



Figura 7 - Taxa de influência das Escolas de Pensamento

Como pode ser observado, a Escola de Empreendedorismo Social vem apresentando maior impacto sobre o ecossistema, seguida da Escola de Inovação Social e finalmente, da Abordagem Europeia.

A presença maciça do indicador de missão corrobora com o apontado no levantamento teórico, estabelecendo que o que caracteriza a iniciativa como empreendimento social, é a intenção explícita de promover impacto social. Somado a isso, a capacidade de produção de renda também aparece de maneira recorrente. Como pontuado anteriormente, a distinção entre o empreendedorismo social e a filantropia tradicional se dá conceitualmente pela sustentabilidade financeira.

Este critério foi confirmado ao longo do levantamento, como pode ser visto na tabela a seguir

Tabela 1 – Fatores característicos do Ecosistema de Empreendedorismo Social

Fatores citados pelas organizações	Percentual (%)
Sustentabilidade Financeira	71
Inovação / Inovação Social	59
Escalabilidade	54
Governança - <i>Stakeholders</i>	44
Base da Pirâmide (BoP)	29
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS	27
Mensuração	25

O levantamento destes fatores não estava previsto no início da pesquisa. Entretanto, identificou-se à medida em que esta foi se dando que havia uma recorrência de inclusão destes critérios de construção dos conceitos. Por isso, optou-se por identificar a frequência em que os fatores eram apontados como fatores relevantes para o empreendedorismo social.

Inicia-se a análise destes fatores extras identificados pelos 71% das organizações estudadas que estabelecem claramente que a sustentabilidade financeira é um aspecto relevante para um empreendimento social. Isto reforça o que foi estabelecido ao longo da construção do levantamento teórico que se deu no capítulo anterior. Uma vez que a sustentabilidade financeira e a missão social explícita se encontram no centro da compreensão do que seria empreender socialmente.

Um segundo ponto de interesse é a frequência com que estas organizações relacionaram empreender socialmente com inovar. Ainda que a Escola de Inovação Social apareça como tendo menor penetração no ecossistema e que num primeiro olhar sofra influência majoritária da Escola de Empreendedorismo Social, 59% delas também consideram o fator inovação importante para o processo.

Algumas organizações se referem à um ecossistema de Inovação Social e que ele incluiria os empreendimentos sociais (Negócios Sociais, de Impacto ou Inclusivos), Inovação na gestão pública e ONGs. Em alguns casos, levavam em consideração até ações de responsabilidade social de empresas. Estas organizações posicionam a Inovação Social como um grande guarda-chuva, ainda mais amplo que o Empreendedorismo Social, que neste caso seria entendido como a criação de um empreendimento social.

Num terceiro ponto, a escalabilidade de um negócio aparece com frequência e é compreendido como necessário para manutenção da sustentabilidade financeira do mesmo. A presença de um nicho de mercado amplo e a capacidade desta organização de ampliar sua atuação para além do nível local garante a capacidade de manutenção e crescimento do negócio. Ainda, para os investidores de impacto representa a capacidade de retorno do investimento realizado.

Além disto, a compreensão de que o empreendedorismo social busca soluções estruturais e sistêmicas para os problemas sociais, dialoga com a preocupação das organizações junto a escalabilidade do negócio e iniciativa.

O quarto fator do *ranking* foi citado por 44% das organizações, foi a atenção à governança e a necessidade de ser levar os *stakeholders* em consideração nas tomadas de decisão. Este aspecto apresenta um importante diálogo com a abordagem europeia, além de incentivar o ato de pensar em toda a cadeia produtiva desta organização e no impacto da mesma nas pessoas ligadas direta, e indiretamente, a ela.

Na sequência, aparecem outros três aspectos mencionados por 29%, 27% e 25% das organizações estudadas. Nestes fatores, ainda que tenham menor impacto que os demais, ainda assim, tem seu lugar de relevância para a pesquisa.

Ainda que os Negócios Inclusivos sejam menos citados que os Negócios de Impacto e os Sociais, o foco na base da pirâmide apareceu explicitamente em 29% das organizações estudadas. Tal fato explicita que a redução de desigualdades realmente é um diferencial do empreendedorismo social brasileiro, em consonância com o que ocorre nos demais países em desenvolvimento.

As organizações aos referirem-se aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como uma meta a ser aderida pela sociedade civil e o mercado, frequentemente apontam o empreendedorismo social como um caminho para o alcance de todos, ou determinados, ODS.

E para concluir, a preocupação com a mensuração do impacto como um fator essencial aparece em um quarto das organizações estudadas. Ao inserir o aspecto social e ambiental à análise do sucesso destas organizações, deu-se notoriedade para uma fragilidade, que é a falta de sistemas de mensuração de impacto socioambiental. Dois principais sistemas vêm ganhando espaço, o GIIRS (Sistema B) e o IRIS. A falta de

implantação de indicadores e sistemas de medição por parte destes empreendimentos dificulta avaliar a escala de impacto destes negócios.

4. INICIATIVAS: Empreendimentos Sociais e Problemas Urbanos

4.1 Mapa do empreendedorismo social

No capítulo anterior foi realizada uma análise dos Atores de Suporte. Neste segundo momento, pretende-se completar o estudo sobre o ecossistema de impacto social ao direcionar o olhar para Iniciativas de Impacto.

A fim de identificar os negócios que têm atuado no mercado, auto declarados empreendimentos sociais, buscou-se o principal Mapa de Negócios de Impacto, elaborado em 2019 pela “Pipe Social”.

A Pipe Social (2019) é uma plataforma de conexão entre empreendedores e investidores que acreditam “que a dinâmica de negócios, com gestão profissional, inovação e lucro trazem sustentabilidade e a escala para soluções que fazem um mundo melhor. Seu objetivo é “otimizar esforços para melhor quantificar e qualificar esse mercado”. A organização vem trabalhando de maneira alinhada aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS).

Ao longo da pesquisa foram identificados diversos levantamentos realizados por diferentes organizações, tendo como objetivo compreender melhor o ecossistema de negócios sociais e identificação dos agentes envolvidos.

Optou-se neste texto, por utilizar os dados destacados no Mapa de Negócios de Impacto de 2019 da Pipe, devido ao número superior de negócios levantados; uso explícito de uma metodologia de pesquisa; número elevado de dados; escala nacional e categorização das iniciativas. Considerou-se que tais elementos trazem credibilidade às informações que serão apresentadas neste capítulo.

O mapa se deu a partir de levantamento e análise de uma amostra de 1002 negócios. Como instrumento de pesquisa aplicou-se entrevistas semiestruturadas *online* contendo 45 perguntas, aplicadas entre outubro e dezembro de 2018. A amostra do setor é não exaustiva e os empreendedores se autodeclararam pertencentes a ele. Desta forma, considerou-se um intervalo de confiança de 95%.

Uma vez que a sustentabilidade financeira é um tópico controverso, mesmo entre teóricos, torna-se importante explicitar, que neste caso, considerou-se aceitável

empreendimentos que dependam de subsídios para arcar com no máximo 50% de suas despesas operacionais.

O Mapa apresenta 3 definições, que como visto até aqui, são de grande importância para a compreensão do Negócio de Impacto que está sendo tratado no documento estudado. As definições são:

Quadro 8 – Definições usadas no Mapa de Negócios de Impacto

Negócios de impacto	Áreas de impacto	Princípios norteadores para negócios de impacto
Empreendimentos que têm a missão explícita de gerar impacto socioambiental ao mesmo tempo em que produzem resultado financeiro positivo de forma sustentável	Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas foram consolidados pela Pipe Social em seis verticais de impacto socioambiental: Cidadania, Cidades, Educação, Serviços Financeiros, Saúde e Tecnologias Verdes.	Conjunto de quatro princípios e critérios que uma organização deve adotar para ser reconhecida como um negócio de impacto pelos signatários da Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil

PIPE SOCIAL, 2019. Adaptado pela autora

Nos conceitos apresentados no mapa percebe-se a influência da Aliança Pelos Investimentos e Negócios de Impacto, organização de grande relevância para o cenário do empreendedorismo social brasileiro (apresentada no Capítulo 3). Assim como, a visão de que toda a sociedade deve agir com o objetivo de alcançar as metas estabelecidas pela Agenda 2030. Desta maneira, o segundo e terceiro setor também passam a se estruturar tomando os ODSs como fatores relevantes.

Os negócios inicialmente foram categorizados partindo-se dos 17 ODS. Como pode ser visto na figura a seguir.

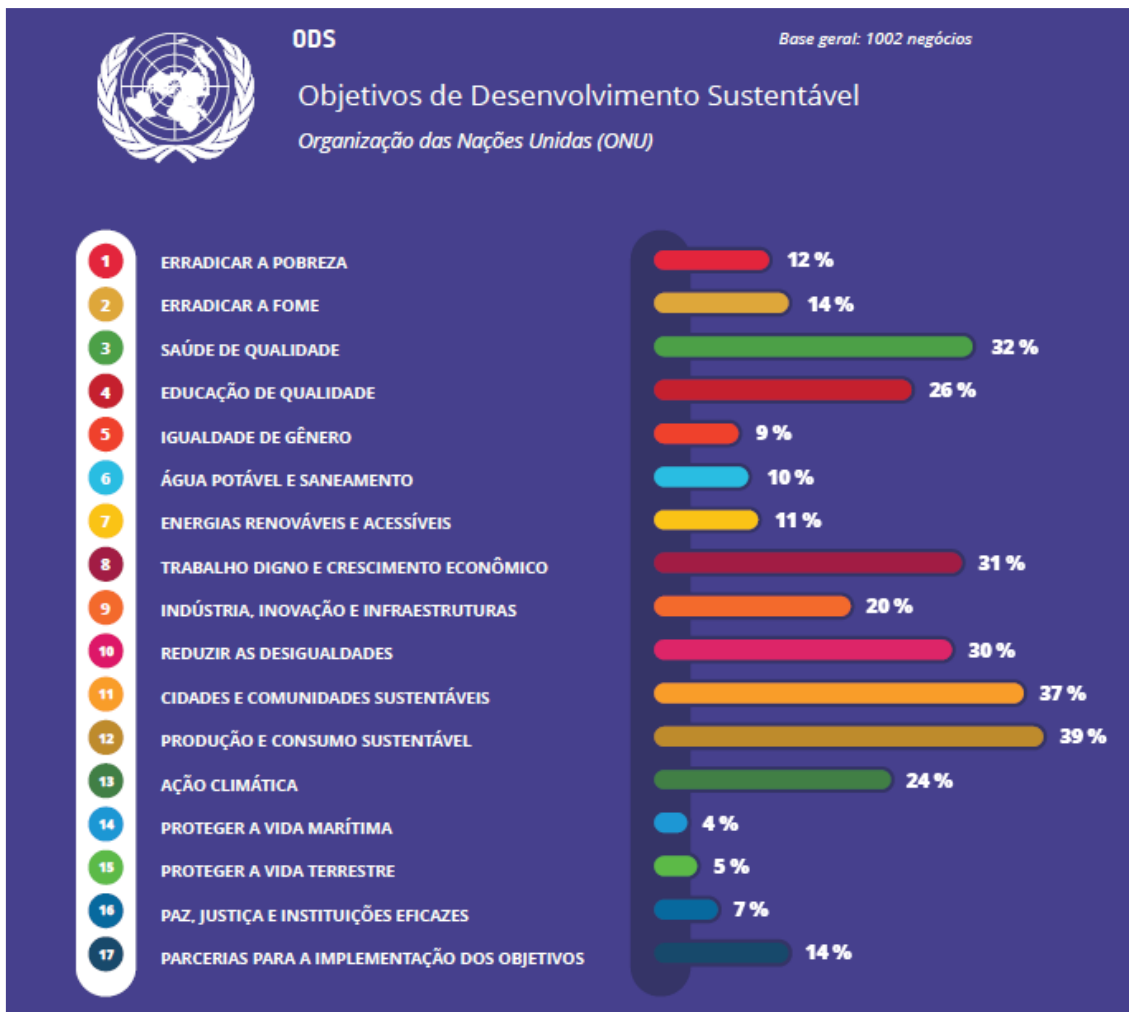


Figura 8 – Distribuição dos Negócios por ODS
PIPE SOCIAL, 2019

Tendo em vista que este estudo tem como enfoque os Empreendimentos Sociais atuantes na resolução de problemas urbanos, identifica-se que aqueles que visam a construção de Cidades e Comunidades Sustentáveis, o ODS 11, estariam condizentes com o pretendido pela pesquisa. Portanto, equivaleriam a 37% da amostra. Representando 371 negócios.

A Pipe também se utiliza de um sistema próprio de categorização dos negócios, chamado de verticais. Neste caso, considera-se 6 grandes verticais, apresentadas a seguir:

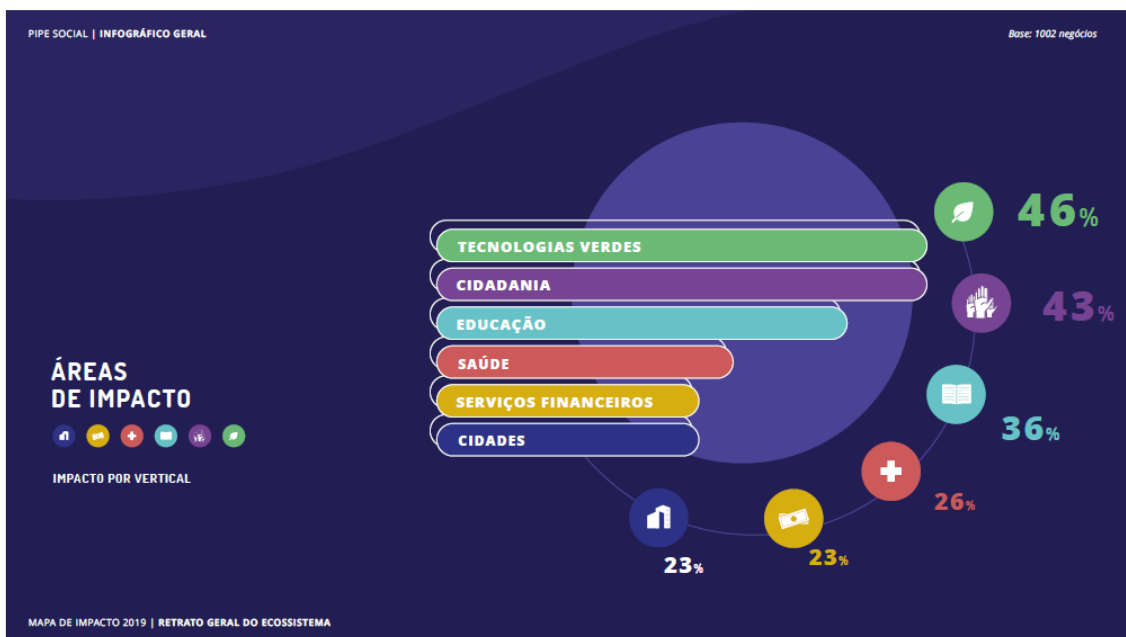


Figura 9 – Áreas de Impacto por verticais
PIPE SOCIAL, 2019

Utilizando-se deste outro modelo de categorização, o número de negócios incluídos na vertical de “Cidades” é de 23%, representando 230 iniciativas.

Ainda que a lógica de organização destas iniciativas leve a um número total distinto, tem-se acesso ao um quantitativo considerável de negócios, que tem encontrado nos problemas urbanos um mercado de atuação. Logo, este mostra-se capaz de sustentar financeiramente seus empreendimentos em consonância com a geração de impacto socioambiental.

O Mapa apresenta uma série de dados que permitem traçar os perfis dos empreendedores e empreendimentos no ecossistema de impacto. Tendo em vista a relevância destes dados para a compreensão do cenário atual, optou-se por citar, pontualmente, algum destes dados.

A grande massa dos negócios estudados ou não apresentam faturamento, ou são microempresas com um faturamento de até 100 mil reais. Ainda assim, como visto na figura apresentada a seguir, dos 230 negócios alocados na vertical Cidades, 20 apresentam um faturamento considerável, de mais de 1,1 Milhão de reais.

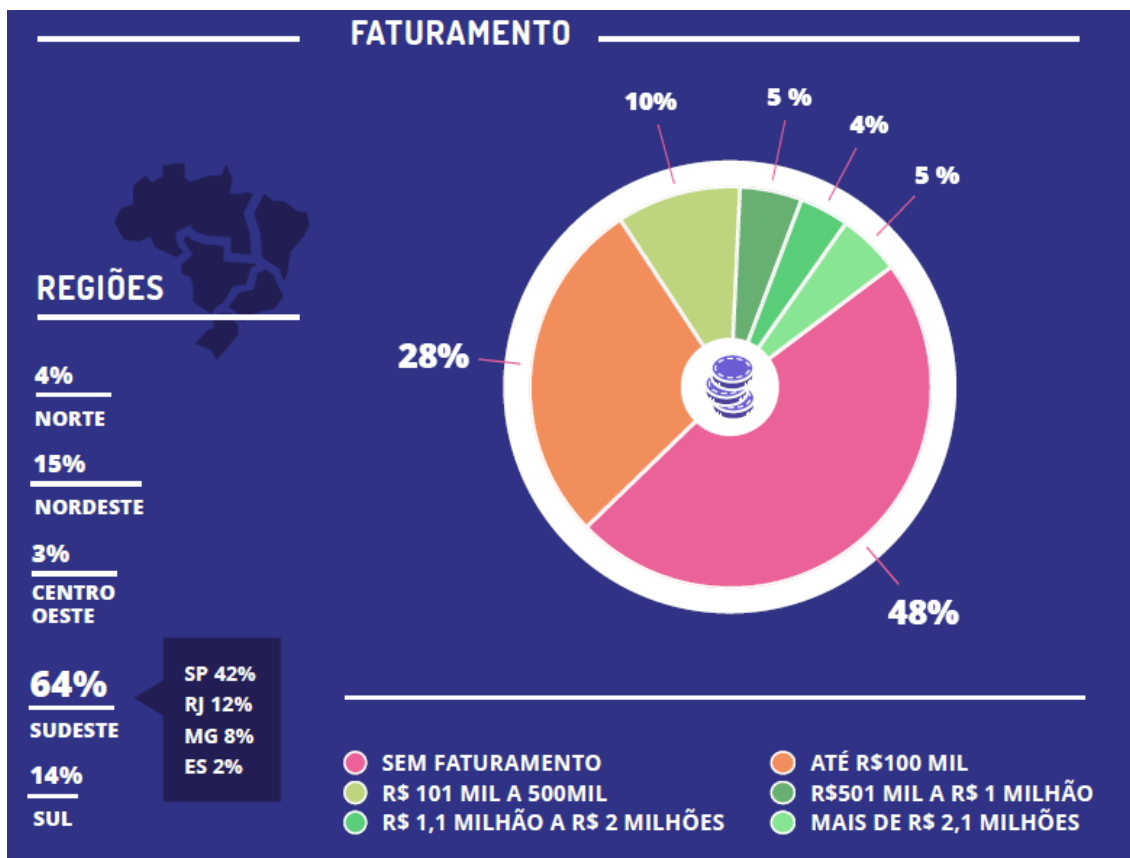


Figura 10 - Faturamento dos Negócios alocados na Vertical CIDADES
PIPE SOCIAL, 2019

Outra questão que pode ser levantada a partir dos dados apresentados pelo Mapa de Negócios de Impacto de 2019 é a concentração de empreendimentos sociais na região Sudeste. Esta região acumula 64% dos Negócios da vertical CIDADES, tendo como principal polo o Estado de São Paulo.

O faturamento baixo possivelmente está relacionado ao tempo de existência destas organizações, levando-se em consideração que 39% foram criadas a menos de 2 anos. Apenas, 27% delas existem a mais de 5 anos, o que representa terem vencido os anos mais difíceis para um negócio.

A figura do empreendedor social é majoritariamente masculina, sendo branco entre 30 e 44 anos de idade. Dito isto, dos 230 negócios de impacto que atuam com foco nas Cidades, 57% têm sua equipe formada totalmente ou em sua maioria por homens. Das seis verticais de impacto consideradas pelo Mapa de Impacto da PIPE, Cidades e Tecnologia Verde são as categorias mais masculinas.

As mulheres acessam menos capital via investidores, obtendo recursos por doação e empréstimos. A maior presença masculina no quadro societário ainda é um padrão dos negócios, que já captaram investimento. Os homens têm mais acesso a Incubadoras/Aceleradoras, Empresas Privadas, Fundos de Venture Capital, Fundos de *Private Equity* e Institutos/Fundações e tendem a acessar recursos por meio de mecanismos de *equity* e dívida-conversível.

Já negócios com maior presença feminina no seu contrato social têm acessado fontes como *Crowdfunding*, Instituições públicas/governo, Bancos de fomento e Bancos comerciais, por meio de empréstimos ou doações.

As mulheres costumam utilizar-se menos de tecnologia na elaboração de soluções, o que as tem levado a perder oportunidades de investimento. Tendo em vista que a tecnologia é um fator que auxilia a escalabilidade de um negócio. Algo essencial ao considerar-se a busca por soluções para problemas urbanos.

O Mapa utilizou os quatro princípios estabelecidos na Carta de Princípios da Aliança Pelos Investimentos e Negócios de Impacto afim de compreender quantos dos negócios autodeclarados, efetivamente enquadravam-se na definição de empreendedorismo social.

Os critérios são:

- a) Compromisso com a Missão Social e Ambiental;
- b) Compromisso com o Impacto Social e Ambiental Monitorado,
- c) Compromisso com a Lógica Econômica
- d) Compromisso com a Governança Efetiva.

A posição dos 1002 Negócios analisados na pesquisa da PIPE Social em relação aos critérios pode ser vista nas figuras 11 e 12 a seguir.

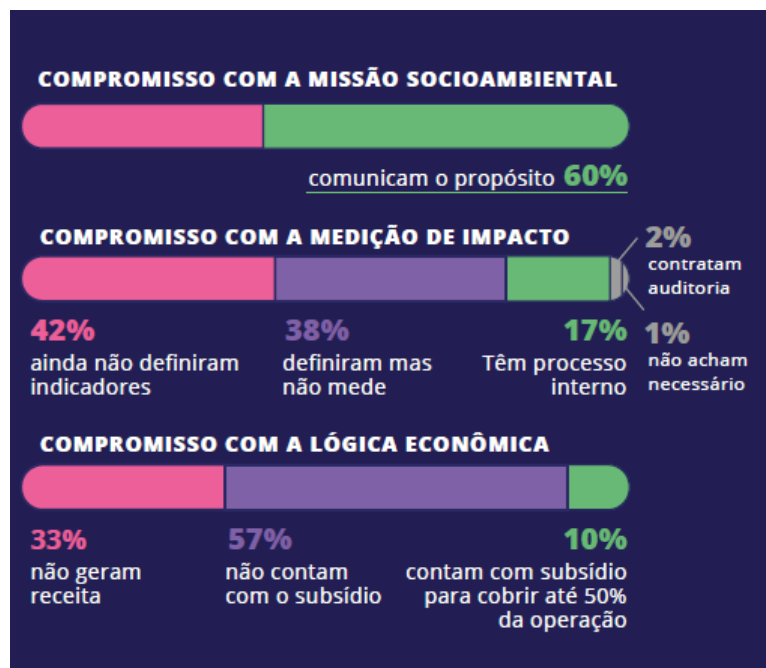


Figura 11 – Medição dos quatro critérios determinados pela Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil – Parte 1

PIPE SOCIAL, 2019

Percebe-se que 40% dos Negócios estudados não expressam de maneira clara sua missão socioambiental, o que tende a ser problemático, tendo em vista que este fator se mostra praticamente unânime dentre os teóricos e as Escolas de Pensamento (ver capítulo 2).

Quanto a Medição de impacto, citado no Capítulo 3 como essencial para a definição de um negócio social, tendo como objetivo identificar a diferença entre o impacto comunicado e o que se efetiva no campo real. Assim como possibilitar a mensuração da escala de ação deste Negócio, que pode ou não estar gerando efeitos estruturais. Apenas 19% dos empreendimentos pesquisados apresentam algum tipo de mensuração, ainda que através da contratação de auditorias.

O terceiro critério traz números importantes. Alguns teóricos mais rígidos considerariam apenas 57% da amostra configura um Negócio Social, uma vez que apenas estes não contam com subsídio. Os 10% daqueles que cobrem a maioria dos seus custos operacionais se encontram numa região cinza, podendo ser chamados de iniciativas empreendedoras, mas não necessariamente seriam um Negócio.

Quanto aos 33% que não geram receita, teriam grandes dificuldades de se enquadrarem nos critérios estabelecidos pelas Escolas de Pensamento do

Empreendedorismo Social. Uma vez que este é um fator importante para a distinção entre os Empreendimentos Sociais e o 3º Setor Tradicional.



Figura 12 - Medição dos quatro critérios determinados pela Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil – Parte 2

PIPE SOCIAL, 2019

Para finalizar, como pode ser visto na figura acima, trata-se do compromisso com a Governança Efetiva. Este critério sofre grande influência da Escola Européia de Empreendedorismo Social e vai tratar a participação da comunidades e demais *Stakeholders* nas tomadas de decisão deste empreendimento.

Neste caso, 44% dos Negócios estudados consideram deixar um legado igual ou superior ao valor econômico extraído. Ou seja, se consideram sustentáveis e ou geradoras de impacto final positivo. A grande maioria consulta a comunidade interessada, no entanto, esta comunidade não tem poder de interferência na gestão do negócio. Dezoito por cento dos negócios têm membros da comunidade nos seus conselhos e comitês e nestes casos, a comunidade, em tese, teria capacidade efetiva de interferência nas decisões.

Com isto, finaliza-se a apresentação do cenário macro do empreendedorismo social no Brasil, analisando os perfis e os dados apresentados pelo Mapa de Negócios de Impacto. Pretende-se realizar no tópico a seguir uma breve apresentação de iniciativas encontradas no mercado brasileiro, que vêm buscando soluções para os principais problemas urbanos enfrentados pela população e administrações públicas.

4.2 Experiências de Empreendimentos Sociais na área urbana

Num primeiro momento apresentou-se a construção teórica do que seria um empreendimento social, e compreendeu-se que este tem sido um caminho utilizado pela sociedade civil para atuar de forma ativa na busca por soluções para os problemas enfrentados.

Partindo da teoria migrou-se para a busca da compreensão de como este movimento tem se efetivado na prática. Identificou-se que o ecossistema se estrutura em dois principais agentes, os atores de suporte e as iniciativas. Os primeiros são essenciais para a saúde financeira, oferta de informação e formação do segundo.

O Mapa de Negócios de Impacto apresentado no tópico anterior permitiu a percepção de que este é um campo fértil e que existem centenas de iniciativas em diversos níveis de implementação, atuando especificamente nas cidades.

Uma vez que se identificou a existência de iniciativas, levanta-se a questão de que iniciativas seriam estas? Em que áreas atuam? E quais são as soluções encontradas?

Assim como em toda a pesquisa desenvolvida até este ponto, não se pretende extinguir o tema, ou as iniciativas atuantes no mercado, mas elencar exemplos de como estes atores têm atuado frente aos problemas urbanos.

Desta forma, partiu-se da ampla listagem de empreendimentos apresentados no site do PIPE SOCIAL e filtrou-se os negócios que constam na vertical Cidades. Buscou-se por negócios que tivessem *sites* com informações suficientes para a compreensão do negócio. Foi acrescentado, também pela autora, alguns casos conhecidos previamente pela mesma.

Ao realizar a busca de informação pretendia-se identificar informações como propósito, atuação no Brasil, ano de fundação, negócios que informassem de maneira explícita seu modelo de negócio, além de informações suficientes para apresentar a empresa. A listagem do Pipe Social é composta por empresas que se auto intitularam negócios de impacto, mas não necessariamente esta informação está explícita nos *sites* das empresas. As informações encontradas nos *sites* de 15 negócios foram organizadas em formato de ficha em anexo e estão analisadas neste tópico.

Desta forma, no quadro 9 podem ser vistas as 15 organizações pesquisadas e as suas áreas de atuação. Tendo em vista a diversidade de problemas urbanos enfrentados pelas populações das cidades brasileiras, buscou-se diversificar a área de atuação destas iniciativas.

Seguindo a apresentação do método de escolha das iniciativas, tem-se um segundo aspecto considerado. Optou-se por apresentar organizações em diferentes níveis de implantação. Dentre elas têm-se empresas em fase de incubação, como a Várzea Engenharia, ainda sem fonte de receita e trabalhando da viabilidade de seu produto. Assim como, organizações como Litro de Luz e HomeBiogas, que atual em diversos países e apresentam uma escala de atuação global.

Ainda neste sentido, pontua-se a preocupação na busca de empreendimentos pensados para periferias e assentamentos irregulares, além de populações ribeirinhas. Também, buscou-se organizações atuantes fora do Sudeste do país, onde ocorre uma concentração de empreendimentos sociais, exemplos disto são a Coopsolar e a Várzea Engenharia, que desenvolvem seu trabalho no Nordeste e Norte do país.

O quadro a seguir permite a visualização de como destes empreendimentos têm se proposto a atuar frente aos problemas urbanos. Estes são problemas comuns, que são, frequentemente, identificados ao analisarmos as cidades brasileiras. Certamente, a pesquisa por mais iniciativas representaria a identificação de novas soluções propostas, no entanto, como foi anteriormente estabelecido, este trabalho se propôs a apresentar os negócios sociais como forma possível de enfrentamento dos problemas, sem que isso represente esgotar as centenas de iniciativas atuantes no mercado.

É possível perceber o uso de tecnologia, a criatividade e a agilidade do mercado atuando ativamente, tendo como objetivo mitigar os problemas e produzir impacto positivo. A possibilidade de contratação destes negócios permite que se reduza o impacto da lentidão burocrática do Estado, a tendência é que seja possível realizar mais testes de soluções propostas e busque-se manter os custos baixos.

Portanto, a realização de parcerias entre empreendimentos sociais e o governo garante a conquista de escalabilidade dos empreendimentos sociais. Reduzindo os riscos políticos da implantação de novas propostas.

O quadro síntese da pesquisa realizada se encontra abaixo:

Quadro 9 – Síntese dos empreendimentos sociais urbanos estudados

Nome	Área de atuação	Local de atuação	Síntese	Problema que se propõe resolver	Soluções
Cidade Sem Fome	Hortas Urbanas / Alimentação	São Paulo (SP) Agudo (RS)	Organização não governamental (ONG) que desenvolve projetos de agricultura sustentável e orgânica em áreas urbanas e rurais, baseados.	Desertos alimentares urbanos e alta taxa de desemprego nas grandes cidades	Construção de hortas em terrenos desocupados e escolas. Contratação de mão de obra local.
Colab	Gestão	Nacional	Colab App é um aplicativo gratuito em formato de rede social focada para cidadania. O Colab.gov é um monitor de gestão de demandas e suporte ao cidadão.	Difícil gestão das demandas feitas pela população pelo poder público e falta de eficiência das ouvidorias	Aplicativo possibilita a população colaborar com zeladoria urbana e participação em tomadas de decisões. Além de oferecer um sistema gestão mais eficientes e inovador na administração pública.
Coopsolar	Energia	Paraíba	Cooperativa trabalhando para difundir e viabilizar a energia solar fotovoltaica no nosso país.	Dificuldade de acesso à energia solar devido aos altos preços	Sistema coletivo de geração de energia solar que dá acesso a consumidores mesmo sem telhado ou imóvel próprio aos benefícios da energia solar. Esta se utiliza da perspectiva de economia de escala
Cuko Condomínios Inteligentes	Habitação	Não Informado	Plataforma que transforma condomínios em espaços eficientes, com comunidades conscientes, que evitam desperdício, reduzem custos e os impactos no planeta.	Modelo de moradia em edificações multifamiliares acarreta a necessidade de gestão dos recursos usados e dejetos gerados	Reduz impacto ambiental e custos de condomínios desenvolvendo um programa baseado em 4 metas: eficiência hídrica, eficiência energética, reciclagem e emissão de CO ₂ .
Ecomat Soluções em Sistemas Construtivos	Habitação	Ceará	Empresa de construção civil que tem como objetivo a redução de entulhos de construção e resíduos do tipo termoplásticos.	Alta quantidade de dejetos gerados pela indústria da construção civil	Reutiliza e recicla resíduos termoplásticos e resíduos de construção, fabrica materiais de base para construções sustentáveis

Enguia	Energia	Online	A primeira ferramenta de relacionamento B2B2C, B2B e B2C para alimentação de repositório de dados através de consultoria eletrônica em eficiência energética.	Dificuldade de entendimento do consumidor a respeito do seu próprio consumo de energia e falta de conhecimento das empresas de energia sobre o mercado	Plataforma que elabora diagnóstico e prognóstico energético apresentando os potenciais de redução de consumo
Gove	Gestão	Nacional	Negócio de impacto social que existe para auxiliar prefeitos, secretários e técnicos a transformarem as administrações públicas municipais em organizações mais eficientes.	Ineficiência da administração pública	Ferramenta que identifica problemas de ordem fiscal do município por meio da coleta de dados públicos e entrevistas e sugere soluções para mitigá-los.
HomeBiogas	Energia	Global	Sistema autônomo que gera energia limpa, renovável e sustentável, que produz gás de cozinha usando, apenas, restos de comida e esterco animal.	Dificuldade de acesso a gás de cozinha por diversas famílias e alta taxa de geração de resíduos orgânicos	Sistema doméstico de biogás que transforma restos de comida e esterco animal em gás de cozinha limpo e fertilizante líquido diariamente.
Litro de Luz	Energia	Nacional	Leva luz para moradores de comunidades locais, que não possuem acesso à energia elétrica.	Deficiência no acesso de algumas comunidades carentes a energia elétrica	Tecnologia simples, econômica e ecologicamente sustentável, composta por garrafas plásticas, painéis solares e lâmpadas LED.
OnBoard	Transporte	São Paulo e Belo Horizonte	Uma plataforma capaz de integrar, em escala global, os sistemas de transporte urbano de passageiros.	Dificuldade de gestão de sistemas de transporte público de forma integrada	Sistema de bilhetagem digital que incluem ferramentas desde o transporte público municipal até o transporte rodoviário.
PliviOn	Monitoramento de clima	São Paulo	Monitoramento climático preciso, que usa rede de estações meteorológicas proprietárias de baixo custo e entrega alertas de	Falta de acesso a dados meteorológicos a população, empresas e ao governo com baixo custo	O sistema permite a configuração de variáveis meteorológicas que fazem sentido para que cada negócio

			risco antecipados para população e empresas.		decida como receber os alertas em tempo real.
Terra Nova	Regularização fundiária	Nacional	Empresa social que trabalha com a mediação de conflitos humanos para a Regularização Fundiária de Interesse Social em áreas urbanas ocupadas irregularmente.	Alto número de áreas ocupadas irregularmente, sem que seus moradores sejam capazes de regularizar a sua situação.	Atua na mediação entre proprietários e ocupantes nas questões envolvendo Regularização Fundiária permitindo que as famílias moradoras do local obtenham o título de propriedade dos lotes, e os proprietários sejam indenizados.
Triciclos Gestão sustentável de resíduos	Resíduos	América do Sul	Empresa de engenharia para uma economia circular que existe para eliminar o conceito de 'lixo'.	Excesso de resíduos gerados, sem que ocorra a implantação de política reversa	Promove a economia circular desde a criação dos produtos, até a logística reversa.
Urban Ideas	Espaço público	Nacional	Empresa que tem como objetivo democratizar o acesso à informação sobre as cidades por meio de cursos e palestras.	Falta de apropriação dos espaços públicos pela população	Presta consultoria, assessoria e realiza projetos urbanos com foco nas pessoas e a interação delas com o espaço público.
Várzea Engenharia	Habitação	Belém (PA)	Construtora de edificações com elevação hidráulica natural, de madeira biossintética com repelente natural, fossa com biodigestores, energia renovável, comunicação Ad-Roc.	Desastres relacionados às cheias e secas enfrentadas pelas populações ribeirinhas	Construção de edificações elevadas pensadas especialmente para regiões alagadiças com detalhes como a escolha do material, construção da fossa, energia fotovoltaica, sistema de comunicação. Tudo para dar uma vida digna ao morador de regiões ribeirinhas.

Olhando com mais atenção para as iniciativas estudadas, pode-se identificar soluções inovadoras para problemas vivenciados por cidades brasileiras, como é o caso da Cidade Sem Fome. Esta organização se deparou com altas taxas de desemprego, principalmente entre idosos, e desertos alimentares nas periferias da cidade de São Paulo. Estes são lugares onde o acesso a alimentação segura e com riqueza nutricional é limitado.

Somado a isto, tem-se uma grande contradição das cidades brasileiras, em que o plano de ocupação do solo, frequentemente, falha em ocupar plenamente os terrenos disponíveis em áreas urbanas. Estes tornam-se sinônimo de acúmulo de lixo, infestação de animais e produzem uma sensação de insegurança para quem passa por eles.

Diante deste cenário, a Cidades Sem Fome realiza acordos com proprietários de terrenos desocupados em áreas densamente ocupadas na periferia de São Paulo, contrata e treina moradores da região na produção de alimentos orgânicos e constroem hortas urbanas nestes terrenos. A experiência vem se mostrando eficiente. A venda dos produtos permite o acesso de moradores da região a alimentos saudáveis, salários dignos aos funcionários e a ocupação de terrenos.

Migrando para a ocupação dos espaços públicos, estudou-se a Urban Ideas. A organização atua na implantação de projetos de urbanismo tático. Esta metodologia propõe a realização de intervenções em espaços públicos de maneira participativa e rápida. Tem-se como objetivo realizar testes de novas configurações para estes espaços, incluindo ampliação de áreas para pedestres, criação de ciclovias, criação de espaços de lazer, intervenções artísticas, paisagismo, entre outras iniciativas que visem promover o melhoramento para a vida cotidiana da população local, atraindo pessoas a ocuparem a cidade.

Levando a discussão para a gestão urbana, foi estudada o Colab. Este trabalha com duas principais vertentes. Primeiro, promovendo a zeladoria urbana facilitada pelo seu aplicativo de celular, com o objetivo de promover uma população mais participativa, consciente e que assume a função em cuidar dos espaços públicos. Desta forma, o seu segundo foco é a administração pública, onde um sistema de gestão permite a gerir as demandas da população de maneira rápida e reduzindo burocracia.

Por trás do uso da tecnologia para facilitar o gerenciamento das cidades, o Colab defende uma gestão pública colaborativa e oferece cursos de formação nesta área através

da Colab University. O Colab trabalha com uma lógica de Inovação na Gestão Pública, o que demonstra uma forte influência da Escola de Inovação Social sobre sua criação.

A segunda GovTech estudada foi a Gove. Neste caso, a empresa tem como foco as contas públicas. Ela analisa de forma criteriosa dados fiscais e financeiros da administração pública, tendo como objetivo auxiliar os gestores a encontrar soluções mais eficientes. Esta estabelece parcerias entre os setores privado e público afim de melhorar o funcionamento da máquina pública.

A alta taxa de pessoas vivendo em assentamentos precários ou em habitações irregulares no Brasil vulnerabiliza parcela considerável da população. A Terra Nova se estrutura como uma equipe multidisciplinar que atua na mediação de conflitos humanos objetivando a regularização fundiária. Esta se propõe a promover o diálogo entre moradores de áreas ilegalmente ocupadas e os proprietários de terra, tendo como meta final a conquista do título de propriedade do lote pelos moradores e o recebimento de indenização pelo proprietário.

Na área de energia, apresentou-se a Coopsolar, uma cooperativa de produção de energia solar. Ela torna possível o acesso de pessoas, que não tenham disponibilidade de cobertura, aos benefícios da energia solar. Desta forma, o pagamento de uma cota pelo cooperativado irá equivaler a uma parcela da energia gerada numa usina fotovoltaica e se converterá em desconto equivalente na conta de energia. A dinâmica de busca por resolução de problemas de forma coletiva é algo característico da Escola Europeia de empreendedorismo social.

Na sequência temos a Enguia, a empresa conta com uma plataforma que elabora diagnóstico e prognóstico energético apresentando os potenciais de redução de consumo. Além de oferecer serviços de planejamento para economia de energia por empresas de pequeno e médio porte. Para empresas de distribuição de energia oferece auxílio no planejamento estratégico, *marketing*, vendas, entre outras áreas. Desta forma, a empresa passa a atuar em todo o setor de distribuição e consumo de energia elétrica.

Ainda no segmento de energia, mas tendo meta atender assentamentos precários sem acesso a rede formal de distribuição de luz, estudou-se a Litro de Luz. Ela utiliza uma tecnologia simples, econômica e ecologicamente sustentável, composta por garrafas plásticas, painéis solares e lâmpadas LED para levar energia a casas sem acesso a luz. A ideia foi criada em 2002, pelo mecânico brasileiro Alfredo Moser, para manter a luz de

sua casa durante um apagão. A ideia foi inicialmente adotada por seus vizinhos, ganhou notoriedade e recebeu financiamento estrangeiro. Quando os dados desta pesquisa foram levantados, a organização já atuava em 20 países.

A última organização estuada que atua na área de energia é a HomeBiogas. Esta é uma organização internacional que oferece sistemas autônomos que geram energia limpa a partir da compostagem de rejeitos orgânicos. Seu equipamento pode gerar até 7h de gás de cozinha por dia. Desta maneira, além da produção de gás natural e adubo, dá-se ao lixo orgânico, um destino apropriado.

Seguindo para a gestão de resíduos sólidos, tem-se na Triciclos uma referência. Organização Chilena e certificada como empresa B, atua em toda a cadeia de produção de bens de consumo, desde o design de embalagens até a implantação de logística reversa de resíduos. A Triciclos é conhecida pelas máquinas de deposição de resíduos alocadas em lugares públicos, onde o consumidor pode converter seu lixo em crédito em serviços parceiros. Os galpões de triagem, classificam e destinam o resíduo para cooperativas e recicladoras, retornando o material para dar origem a um novo ciclo de vida do produto.

Outro sistema urbano que recebe muita atenção de empreendimentos sociais é a mobilidade urbana. Nesta pesquisa foi estudada a organização OnBoard, que se estrutura como uma plataforma digital que integra de maneira global os sistemas de transporte urbano de passageiros, incluindo o transporte local e rodoviário. A empresa pretende transformar digitalmente a mobilidade, para isso oferece hardware até 4x mais barato e utiliza sistema operacional livre para a implantação de sistemas de bilhetagem digital.

A crise climática representa para as cidades uma tendência de aumento de desastres naturais, o que eleva a necessidade de acesso a dados confiáveis sobre o clima para que as ações de contingenciamento de danos sejam executadas. Nesta linha, apresentou-se a PluviOn, sistema de monitoramento climático que oferece informações precisas levantadas por uma rede de estações meteorológicas proprietárias, de baixo custo e de fabricação e manutenção brasileira. A organização oferece serviços de configuração variável para pessoas, empresas e para prefeituras.

Para finalizar, foram analisadas organizações que atuam no setor de edificações. Primeiramente, vê-se a Cuko Condomínios Inteligentes, plataforma que se propõe a promover práticas sustentáveis em condomínios. Para tal, a empresa pretende auxiliar o síndico a evitar desperdício, reduzir custos e impactar menos o planeta. Além de

promover neste espaço a incorporação de uma cultura de conscientização ambiental e mudanças de hábitos dessa comunidade. A plataforma trabalha com metas em 4 áreas: eficiência hídrica, eficiência energética, reciclagem e emissão de CO₂.

Em relação a construção das edificações, apresentou-se a Ecomat Soluções em Sistemas Construtivos, que utiliza resíduos termoplásticos como matéria-prima para a construção civil. Dado ao alto consumo de recursos naturais feito pelo setor da construção civil, a Ecomat se dispôs a tomar parte no movimento de inovação nos processos construtivos e busca por soluções sustentáveis para a área. Desta forma, a organização reutiliza e recicla resíduos da indústria e construção transformando-os em materiais bases para construção.

Para finalizar, apresenta-se a Várzea Engenharia com uma solução inovadora e de grande relevância para as populações ribeirinhas. Criada por um grupo de engenheiros, a empresa formulou edificações com elevação hidráulica, permitindo que se reduzam os danos das cheias do rio.

A organização pensou em edificações que funcionem como casa, escolas, postos de saúde, entre outros. As mesmas são construídas com biomadeira sintética tratada com repelente de andiroba, produzindo impactos na disseminação de doenças transmitidas por mosquitos. O principal diferencial destas edificações é a elevação hidráulica, que permite que ela se adeque ao nível d'água.

Além disso, foram pensados diferenciais a fim de identificar soluções para problemas específicos dessas regiões, como fossa séptica e biológica com filtragem natural tendo em vista a impossibilidade de ligação ao sistema urbano de esgoto, o que frequentemente representa o despejo direto no rio. Apresentam, também, a presença de placas fotovoltaicas para a produção independente de energia e um sistema de comunicação em internet por sistema de interligação "Ad Hoc".

Tendo sido feita a apresentação dos empreendimentos pesquisados, buscou-se no Quadro 10 compilar a relação entre os dois agentes do ecossistema de empreendedorismo social. Ao longo do levantamento feito, ficou claro como os Atores de suporte são importantes para a criação destas iniciativas, assim como a sua influência sobre a forma como o ecossistema evolui.

Das quinze iniciativas pesquisadas, apenas duas não apresentam nos seus *websites* a realização de formações, acelerações, conquista de prêmio que financiam seu crescimento. Como pode ser visto a seguir:

Quadro 10 – Atores de suporte que apoiaram as Iniciativas pesquisadas

Iniciativas	Ator de suporte
Cidade Sem Fome	<p>Certificado pela Ashoka</p> <p>Prêmio FINEP de Inovação</p> <p><i>Dubai International Award for Best Practice to Improve the Living Environment (DIABP) 2010, concedido pela UN Habitat</i></p> <p>Financiamento: Rotary Club, Fundação Cargill e biotecnologia Biogen</p> <p>Cooperação: Projeto Brasil em Metzingen, Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura de São Paulo, Horizonte Fértil e Roof Water Farm da Universidade Técnica de Berlim</p>
Colab	<p>Parceria com a UN Habitat</p> <p>Aceleração: parceria da Artemísia e Estação Hack São Paulo from Facebook</p> <p>Prêmios: BID, World Summit Awards, New Cities Foundation, Pitch Gov do Governo do estado de São Paulo e Departamento de estado Americano</p>
Coopsolar	Não informado
Cuko Condomínios Inteligentes	<p>Aceleração: BNDS Garagem e Liga Ventures</p> <p>Prêmio: SAP Innomarathon</p>
Ecomat Soluções em Sistemas Construtivos	Não informado
Enguia	<p>Formação: Shell Iniciativa Jovem, Startup Rio</p> <p>Aceleração: Lab Habitação: Inovação Moradia (parceria Artemisia e Gerdau)</p> <p>Tração e escalada: NTT Data – Open Innovation</p> <p>Prêmio: Enel Energy Start, Smart Cities, Engie Prêmio Innovation Week, Smart City Business America</p>
Gove	<p>Acelerada pela parceria da Artemísia e Estação Hack São Paulo from Facebook</p> <p>Premio: <i>Massachusetts Institute of Technology (MIT)</i></p>

HomeBiogas	Prêmio: finalista do <i>Postcode Lottery Green Challenge</i> Doação: Horizonte 2020, o maior programa de Pesquisa e Inovação da União Europeia
Litro de Luz	Parceria: Instituto Nissan Patrocínio: NeoSolar, Unipower, SS Solar, LED Planet Prêmio: <i>Zayed Future Energy prize, The ST Andrews prize for the environment</i> , Tecnologia Social – Fundação Banco do Brasil
OnBoard	Prêmios: Coletivo – inovação em mobilidade urbana, <i>Connected Smart Cities – Cidades do Futuro no Brasil, Smart City Business Brazil e Bots Brasil Awards</i> . Parceria: Toyota Mobility Foundation, Governo do Estado de Minas Gerais. Aceleração: Ford Fund Lab – Inovação em mobilidade em parceria com a Artemisia, Ahead - parceria da Visa com a Starup farm.
PliviOn	Parceria: United 4 Smart Sustainable Cities (ONU), Incubadora: Google for Startups residency, Redbull Basement Aceleração: parceria da Artemísia e Estação Hack São Paulo from Facebook, Programa ScaleUp Endeavor Financeiro: Din4mo
Terra Nova	Investidor: Move Investimentos Redes: Schwab Foudation for Social Entrepreneurship, Ashoka e Rede Folha de Empreendedores Socioambientais
Triciclos Gestão sustentável de resíduos	Prêmios e reconhecimento: Certificado B, Ashoka, Schwab Foudation for Social Entrepreneurship e World Economic Forum. Aceleração: Circular Economy 100 da Ellen Macarthur Foudation.
Urban Ideas	Incubação: Mackenzie Incubadora
Várzea Engenharia	Incubação: Parque Científico de Tecnologia Guamá – PCT GUAMÁ

Em sua grande maioria, os empreendimentos crescem nos espaços oferecidos pelos atores de suporte, auxiliados por incubadoras, aceleradoras e pelas redes de relacionamento. O financiamento destas ideias, também, pode ser feito por estes agentes.

Corroborando com o apresentado no capítulo 3, pontua-se a presença de entidades governamentais nesta lista. Como foi dito, o governo pode atuar como comprador,

regulador e fomentador destes empreendimentos e isto vem ocorrendo. Exemplos disto são o auxílio da Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura de São Paulo para o Cidades Sem fome; do Pitch Gov do Governo do estado de São Paulo para o Colab; do BNDS Garagem para a Cuko e do Parque Científico de Tecnologia Guamá – PCT GUAMÁ para Várzea Engenharia.

Diversos modelos vêm sendo testados por diferentes entes da administração pública direta ou indireta com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento do setor, desde a formação, incubação e financiamento. O que se apresenta como um ponto passível de pesquisas futuras. Tendo em vista a relevância que os atores de suporte têm para a geração de um ambiente de incentivo ao empreendedorismo social e sabendo a escala que ações governamentais podem alcançar, vê-se no governo um ator de suporte de grande relevância.

O quadro acima apresenta, não apenas atores de suporte de origem governamental, mas atores de origem pública e privada auxiliando 13 das 15 organizações estudadas. Isto demonstra que o entendimento destes sobre o conceito do empreendedorismo social tende, facilmente, a moldar o campo no mesmo sentido.

Ou seja, a construção conceitual feita na prática no ecossistema de empreendedorismo social, se dá pelos atores de suporte. Estes são os agentes multiplicadores do movimento. É a falta de alinhamento teórico destes agentes, que reproduz o estado de confusão conceitual do campo. Isto se agrava com a influência das escolas de pensamento internacionais sobre estes agentes, sem que os mesmos estejam conscientes disto. Fazendo com que ocorra uma reprodução do discurso, principalmente da Escola de Empreendedorismo Social americana, que já é em si, uma escola frágil na perspectiva teórica.

Vê-se necessário para que o campo avance de forma mais uníssona, que os agentes de formação no setor tenham acesso a mais produções acadêmicas. Isto se dá, para que estes tenham como possibilidade se compreender inseridos em uma das linhas teóricas que sustentam em si o próprio campo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado se propôs a compreender o ecossistema composto pelas iniciativas e pelos atores de suporte de empreendedorismo social brasileiro, buscando identificar possíveis soluções para se lidar com a gama de problemas vivenciados pelas cidades.

Compreendeu-se que se fazia necessário para o entendimento do ecossistema a sua análise teórica e prática. Por essa razão, o trabalho partiu de uma pesquisa bibliográfica, que traçou a estrutura de diversas escolas de pensamento, tendo como origem os Estados Unidos e a Europa.

Uma vez que a origem deste movimento se deu em outros países, a maior parte da construção teórica ainda não ocorreu no Brasil. Dessa forma, os agentes que vêm encabeçando a discussão sobre o tema são os Atores de Suporte. Por esta razão, a pesquisa acadêmica sobre a temática se mostra incipiente, porém apresenta potencial de evolução. Este trabalho buscou contribuir com a oferta de material acadêmico para a área.

Após concluída a apresentação das principais Escolas de Pensamento, utilizando-se de teóricos do campo, foram realizados dois levantamentos de agentes atuantes no ecossistema. Primeiramente, identificou-se como os Atores de Suporte vinham atuando, como definiam estes negócios para quem trabalham e quais seriam.

Foram analisadas 59 organizações que utilizam os conceitos: “empreendedorismo social”, “empreendedor social” ou “empreendimento social”. Para isso, buscou-se informações a respeito da missão, sua conexão com a atividade principal, relevância dada ao indivíduo ou à organização, qual seria a forma legal indicada para a iniciativa e se é permitido o dividendo de lucros.

Com a análise, percebeu-se que a Escola de Empreendedorismo Social é a que mais influenciou o mercado brasileiro. No entanto, é comum identificar a correlação entre empreendedorismo e inovação. Dessa forma, conclui-se que as Escolas Americanas parecem produzir maiores impactos no país.

Na sequência, voltou-se o olhar para as Iniciativas, por serem o segundo componente do ecossistema de empreendedorismo social, a fim de alcançar o objetivo principal da pesquisa. Para isso, utilizou-se o Mapa de Negócios de Impacto da Pipe

Social, que permitiu a percepção de que este é um campo fértil e que existem centenas de iniciativas em diversos níveis de implementação, atuando especificamente nas cidades.

O levantamento das iniciativas focadas nas cidades brasileiras se justificou pela compreensão de que ao incorporar novos atores a busca por soluções inovadoras para questões como: habitação, transporte, saneamento, poluição, gestão pública, governança, ocupação de espaços públicos, entre outras questões a serem melhoradas na estrutura das cidades; é ampliado o número de soluções criadas. Além disso, as soluções tendem a se adequar ainda mais a realidade, uma vez que se originam na vivência dos cidadãos sobre a cidade.

Acredita-se ser relevante, como sequência deste trabalho, realizar a mensuração do impacto destas iniciativas sobre o local de atuação destes negócios, tendo como objetivo avaliar a viabilidade das soluções propostas para a resolução de problemas urbanos.

Referências Bibliográficas

ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO. **Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil**. 2015.

ASHOKA. *Defining characteristics of a leading social entrepreneur*. Disponível em <<https://fdocuments.us/document/defining-characteristics-of-a-leading-social-entrepreneur.html>>. Acesso em março de 2019.

BACQ, Sophie; JANSSEN, Frank. *The Multiple Faces of Social Entrepreneurship: A Review of Definitional Issues Based on Geographical and Thematic Criteria*. *Entrepreneurship & Regional Development*, v. 23, n. 5-6, pp. 373-403, 2011.

BORNSTEIN, David. **Como mudar o mundo: os empreendedores sociais e o poder de novas ideias**. Estrela Polar Editora, 2007.

BOSCHEE, Jerr; McCLURG, Jim. *Towards a better understanding of Social Entrepreneurship*. 2003. Disponível em: <<https://www.law.berkeley.edu/php-programs/courses/fileDL.php?fID=7289>>. Acesso em março de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 2019.

_____. Decreto nº 9.977, de 20 de agosto de 2019. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 160, p. 2, 2019.

BULL, Mike. Reconceptualising social enterprise in the UK through an appreciation of legal identities. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, v. 24 n. 3, pp. 587-605, 2008.

CAMPOS et al. Produção científica brasileira sobre empreendedorismo social entre 2000 e 2012. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, v.1, n.2, 2012. Disponível em <<https://regepe.org.br/regepe/article/view/29/23>>. Acesso em junho de 2019.

CAVALCANTE, Pedro; CUNHA, Bruno Queiroz. É preciso inovar no governo, mas por quê? In: CAVALCANTE, Pedro; et. al. **Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil**. Brasília: Enap, Ipea, 2017. Cap. 1, p. 15-32.

COMINI, Graziella; BARKI, Edgard; AGUIAR, Luciana Trindade de. **Uma abordagem em três frentes para os negócios sociais: uma análise brasileira de casos múltiplos**. *Rev. Adm. (São Paulo)*, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 385-397, setembro de 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072012000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em agosto de 2019.

DEES, J. Gregory. *The meaning of social entrepreneurship*. Center for de Advancement of Entrepreneurship, 2001.

DEES, J. Gregory; ANDERSON, Beth Battle. *Framing a theory of social entrepreneurship: building on two schools of practice and thought*. Arnova, pp. 39-65 2006.

DEFOURNY, Jacques; NYSSSENS, Marthe. *Social enterprise in Europe: recent trends and developments*. EMES, 2008.

_____. Conceptions of Social Enterprise and Social Entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and Divergences. Second EMES International Conference on Social Enterprise University of Trento. Italy, 2009.

_____. Social enterprise in Europe: At the crossroads of market, public policies and third sector. *Policy and Society*, 2010.

_____. *The EMES approach of social enterprise in a comparative perspective*. EMES, 2012.

DRAYTON, William. The Citizen Sector: becoming as entrepreneurial and competitive as business. *California management review*. v 44, n. 3, 2002

ENAP. **Módulo 1: Inovação Social, Políticas Públicas e Sustentabilidade. Curso Inovação Social para aperfeiçoamento de Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2019

ENIMPACTO. **Negócios que resolvem problemas socioambientais. Texto-base da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto**. 2018.

FERRARINI, Adriane Vieira. **Trecho do artigo do Seminário Internacional de Inovação Social**. Brasília, 2018.

FTFS. **Gestores municipais compram soluções de negócios de impacto**. 2017.

GARTNER, William. A conceptual framework for describing the phenomenon of new venture creation. *Academy of Management Review*. v. 10, n. 4, pp. 696–706, 1985

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Editora Atlas. 2002

ITELVINO, et al. Formação empreendedora para geração de inovações sociais. **Gestão & Regionalidade**, v. 34, n. 101, maio-ago, 2018.

LEADBEATER, Charles. *The rise of the Social Entrepreneur*. 1ª ed. London: Demos, 1997.

MARINS, James. O empreendedorismo social como movimento transformador massivo. In: ANASTACIO, Mari Regina; et. al. **Empreendedorismo social e inovação no contexto brasileiro**. Curitiba: PUCPRESS, 2018.

NICHOLLS, Alex. *Social Entrepreneurship: new models of sustainable social chance*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

PARENTE, Cristina et al. **Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição**. In: Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho Emprego e Coesão Social: da crise da regulação à hegemonia da globalização, XIV, Lisboa, 2011.

PETRINI, Maira; SCHERER, Patrícia; BACK, Léa. Modelo de negócios com impacto social. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 209-225, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902016000200209&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em outubro de 2019.

PESTOFF, Victor Alexis. **Beyond the market and state: civil democracy and social enterprises in a welfare society**. Aldershot: Ashgate, 1998.

PIPE SOCIAL. **2º Mapa de negócios de impacto: social + ambiental**. 2019. Disponível em <<https://www.pipe.social/produtos/mapa2019>>

ROSOLEN, Talita; TISCOSKI, Gabriela Pelegrini; COMINI, Graziella Maria. Empreendedorismo Social e Negócios Sociais: Um Estudo Bibliométrico da Publicação Nacional e Internacional. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. V 3. N 1. April 2014, p. 86

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 454 p.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997. 237 p.

SHARRA, Roméo; NYSSSENS, Marthe. *Social Innovation: an Interdisciplinary and Critical Review of the Concept*. Université Catholique de Louvain, Belgium, 2010. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/b46a/2f4e83789220bda416fcb8ac01964156e73d.pdf?_ga=2.1826097.1467860405.1595303816-1072789137.1595303816>. Acesso em setembro de 2019.

SOUZA, Thiago Aguiar. **Programa inovatcu: discussão sobre indutores e barreiras à implantação de um programa de inovação sob a ótica de atores envolvidos**. Trabalho de conclusão de curso em Especialista em administração pública - ENAP, Brasília, 2018

THALHUBER, Jim. *The definition of social entrepreneur*. National Center for Social Empreendedores, 1998.

Conteúdo online

YUNUS NEGÓCIOS SOCIAIS BRASIL, 2018. Site oficial Yunus negócios sociais Brasil. Disponível em <<https://www.yunusnegociossociais.com/>>. Acesso em novembro de 2018.

GSG, 2019. Site oficial do GSG. Disponível em <<https://gsgii.org/about-us/#aboutgsg>>. Acesso em novembro de 2019.

TERRA NOVA, 2020. Site oficial da Terra Nova. Disponível em <<https://grupoterranova.com.br/>>. Acesso em junho de 2020.

COLAB, 2020. Site oficial do Colab. Disponível em <<https://www.colab.re/>>. Acesso em junho de 2020.

TRICICLO, 2020. Sites oficiais da Triciclo. Disponível em <<https://triciclo.eco.br/>> , <<https://tricyclos.net/pt-br/>>. Acesso em junho de 2020.

URBAN IDEAS, 2020. Site oficial de Urban Ideas. Disponível em <<https://www.urb-i.com/>>. Acesso em junho de 2020.

GOVE, 2020. Site oficial de Gove. Disponível em <<https://www.gove.digital/sobre-nos/>>. Acesso em junho de 2020.

PLUVION, 2020. Site oficial de PluviOn. Disponível em <<https://pluvion.com.br/sobre/>>. Acesso em junho de 2020.

VÁRZEA ENGENHARIA, 2020. Site oficial de Várzea Engenharia. Disponível em <<https://prosas.com.br/empreendedores/22289>>. Acesso em junho de 2020.

COOPSOLAR, 2020. Site oficial de Coopsolar. Disponível em <<https://nossaenergiasolar.com.br/sobre-nos/>>. Acesso em junho de 2020.

ECOMAT, 2020. Site oficial Ecomat. Disponível em <<https://www.ecomatbrasil.com.br/>>. Acesso em junho de 2020.

ONBOARD, 2020. Site oficial de OnBoard Mobility. Disponível em <<https://www.onboardmobility.com/index.html>>. Acesso em junho de 2020.

HOME BIOGAS, 2020. Site oficial de Home Biogás. Disponível em <<https://homebiogas.com.br/>>. Acesso em julho de 2020.

CUKO, 2020. Site oficial de Cuko Condomínios Inteligentes. Disponível em <<https://www.cukoci.com/>>. Acesso em julho de 2020.

LITRO DE LUZ, 2020. Site oficial de Litro de Luz. Disponível em <<https://www.litrodeluz.com/>>. Acesso em julho de 2020.

ENGUIA, 2020. Site oficial de Engia. Disponível em <<https://enguia.eco.br/#/>>. Acesso em julho de 2020.

CIDADES SEM FOME, 2020. Site oficial de Cidade sem fome. Disponível em <<https://cidadessemfome.org/pt-br/>>. Acesso em julho de 2020.

ANEXO A

ANEXO B

Cidade Sem Fome.....	94
Colab.....	96
Coopsolar.....	97
Cuko Condomínios Inteligentes.....	98
Ecomat Soluções em Sistemas Construtivos.....	99
Enguia.....	100
Gove.....	102
HomeBiogas.....	103
Litro de Luz.....	104
OnBoard.....	106
PliviOn.....	108
Terra Nova.....	110
Triciclos Gestão sustentável de resíduos.....	112
Urban Ideas.....	114
Várzea Engenharia.....	115

1. Nome: Cidade Sem Fome

Síntese: A CIDADES SEM FOME é uma organização não governamental (ONG) que desenvolve projetos de agricultura sustentável em áreas urbanas e rurais, baseados nos princípios da produção orgânica.

Fundação: 2004

Propósito: Seu objetivo é levar a autosuficiência financeira e de gestão para os beneficiários dos projetos.

Apresentação:

Desenvolve projetos de Hortas Comunitárias, Hortas Escolares e Estufas Agrícolas utilizando espaços, áreas públicas e particulares precárias que não possuem uma destinação específica, para criar oportunidades de trabalho para pessoas em vulnerabilidade social e melhorar a situação alimentar e nutricional de crianças e adultos.

A CIDADES SEM FOME foi criada em São Paulo em 2004 por Hans Dieter Temp, formado em Administração de Empresas e Técnico em Agropecuária e Políticas Ambientais. Em 2013 Hans Dieter Temp foi selecionado e agraciado com o título de Empreendedor Social “Changemaker” pela Ashoka. A organização recebeu vários prêmios nacionais e internacionais como o Prêmio Milton Santos em 2014 concedido a entidades e pessoas que contribuíram com a cidade de São Paulo. Em 2012, a CIDADES SEM FOME foi selecionada pela Caixa Econômica Federal por ter cumprido as metas estabelecidas pelos Objetivos do Milênio da ONU. Recebeu também o Dubai International Award for Best Practices 2010 (UN-HABITAT).

Presença da Cidade sem Fome no Brasil:

A CIDADES SEM FOME transforma terrenos públicos e particulares da Zona Leste, periferia da megacidade, em hortas comunitárias. O projeto HORTAS COMUNITÁRIAS nesta região, conhecida pela vulnerabilidade e pela carência de suas comunidades, visa melhorar a precária situação dos habitantes através de projetos sustentáveis de agricultura urbana, baseados em processos de produção orgânica.

→ 25 hortas comunitárias foram criadas pela CIDADES SEM FOME.

→ Através deste projeto, 115 pessoas trabalham como agricultores urbanos em hortas comunitárias, o que beneficia não só eles mesmos, mas também suas famílias. Com isso, a subsistência de 650 pessoas está sendo garantida.

→ 48 cursos de capacitação profissional foram organizados pela CIDADES SEM FOME. Quase 1.000 pessoas já participaram e foram capacitadas em técnicas de produção de alimentos orgânicos em áreas urbanas e receberam também instruções para buscar meios para a comercialização de seus produtos.

Projeto HORTAS ESCOLARES: tem como objetivo facilitar o acesso a alimentos saudáveis, prevenir a desnutrição e a deficiência alimentar de crianças em regiões com vulnerabilidade social para lhes garantir a boa saúde. O projeto, que envolve tanto estudantes, pais de alunos e professores, aborda ao mesmo tempo assuntos como alimentação saudável, a relação homem-natureza e o meio ambiente.

→ 38 hortas foram implantadas e desenvolvidas em escolas públicas pela CIDADES SEM FOME.

→ 14.506 alunos participaram das atividades do projeto Hortas Escolares.

→ Resultados mensurados demonstram que o projeto Hortas Escolares melhorou a situação nutricional de milhares de crianças.

Site: <https://cidadessemfome.org/pt-br/>

2. Nome: Colab

Síntese: Colab App é um aplicativo gratuito em formato de rede social focada para cidadania.

O Colab.gov é um monitor de gestão de demandas e suporte ao cidadão. Uma gestão baseada em dados aumenta o nível de eficiência, eficácia e responsabilidade com as quais as decisões são tomadas.

Fundação: 2013

Propósito: Aproximar cidadãos de seus governos através de uma ferramenta de tecnologia, disponibilizada em canal virtual (website e aplicativo para smartphones).

Apresentação: Pretende dar à população o poder de colaborar com questões do setor público através de publicações de zeladoria urbana, participação em tomadas de decisões e em consultas de avaliação de serviços públicos.

Além da ferramenta de participação social, o Colab atua diretamente com os gestores públicos no incentivo e promoção de melhorias para gestões mais eficientes e inovadoras na administração pública.

Presença da Colab no Brasil: A tecnologia e metodologia da empresa foram construídas em conjunto com mais de 2.500 servidores públicos ao longo dos últimos 6 anos e, atualmente, temos mais de 250.000 cidadãos colaborando através da ferramenta. A nossa missão é auxiliar as entidades públicas a se tornarem mais eficientes e responsivas às demandas da sociedade.

Site: <https://www.colab.re/>

3. Nome: Coopsolar

Síntese: Cooperativa trabalhando para difundir e viabilizar a energia solar fotovoltaica no nosso país.

Propósito: Construir mutuamente com os cooperados, unindo os diversos interessados na geração de energia no modelo de geração compartilhada.

Apresentação:

A COOPSOLAR é uma Cooperativa de Infraestrutura, criada com o objetivo de proporcionar a seus cooperados acesso à Energia Solar Fotovoltaica, a custos menores do que a energia elétrica convencional paga à concessionária local.

Através da COOPSOLAR, qualquer cidadão, em qualquer lugar na Paraíba, seja casa alugada ou não, condomínios, empresas ou indústrias, vai poder usufruir dos benefícios da energia solar, e reduzir seus gastos com energia elétrica convencional.

Possibilita que consumidores comuns, entre eles os que não tem área para instalar os equipamentos de geração de energia como moradores de edifícios ou os que não possuem imóvel próprio, possam cooperar para produzir sua própria energia. Garantido as possibilidades para que todos os consumidores possam gerar sua própria energia, mesmo sem telhado ou imóvel próprio, na perspectiva de economia de escala.

Coopsolar coopera para geração própria de energia (geração compartilhada, resolução 687 ANEEL) e gestão do consumo, com sistemas fotovoltaicos instalados em locais de interesse público/coletivo.

Presença da Coopsolar no Brasil:

Atua na Paraíba

Site: <https://nossaenergiasolar.com.br/sobre-nos/>

4. Nome: Cuko Condomínios Inteligentes

Síntese: A Cuko é uma plataforma que traz para as cidades uma nova forma de se relacionar com o ambiente, transformando condomínios em espaços eficientes com comunidades conscientes que evitam desperdício, reduzem custos e os impactos no planeta.

Propósito: Plataforma que ajuda síndicos a desenvolverem uma cultura ambiental em seus condomínios, introduzindo tecnologia para diminuir desperdícios e conscientizar moradores.

Apresentação:

A falta de cultura ambiental em condomínios contribui para degradação do meio-ambiente e má gestão do empreendimento que gasta cerca de 30% dos custos apenas com desperdícios.

O programa é desenvolvido com base em 4 metas: eficiência hídrica, eficiência energética, reciclagem e emissão de CO₂.

Monitore a performance do seu condomínio na tela do celular.

A Cuko acompanha o consumo mensal e a performance das metas sustentáveis, analisando o resultado das ações realizadas e o impacto do processo de conscientização da população. Os resultados são acompanhados mensalmente através de relatórios.

Transforme seu condomínio em um ambiente de aprendizagem ambiental.

A Cuko pretende contribuir para a mudança de cultura das cidades trazendo conteúdo e métricas de engajamento que transformem condomínios em pólos de aprendizado ambiental. Um lugar onde crianças e adultos desenvolvam uma nova consciência, adotem novos hábitos e vivam melhor em harmonia com o planeta.

A Cuko é comprometida com a agenda 2030 da ONU, contribuindo para a ODS 11, que tem como meta tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Site: <https://www.cukoci.com/>

5. Nome: Ecomat Soluções em Sistemas Construtivos

Síntese: Empresa de construção civil que tem como objetivo a redução de entulhos de construção e resíduos do tipo termoplásticos, utilizado como matéria prima de artefatos na construção civil.

Apresentação:

A indústria da construção civil é uma das maiores consumidoras de recursos naturais do planeta.

Neste novo cenário, a adoção de programas e ações para construção sustentáveis, que buscam melhorias e inovação de processo e de componentes construtivos, contribuem de maneira efetiva para maior agilidade nas construções.

Por esse motivo, a ECOMAT Brasil em Soluções Ambientais busca nesse desafio, utilizar materiais descartáveis de outros setores industriais e da própria construção civil reaproveitando esses como matéria prima para seus produtos, tendo a qualidade e confiabilidade como qualquer produto de origem natural obtidos por testes e ensaios que são exigidos pelas normas e especificações vigentes.

Por meio de reutilização e reciclagem de resíduos termoplásticos e resíduos de construção, fabricamos materiais de base para construções sustentáveis.

Presença da Ecomat no Brasil:

Atua no Ceará.

Site: <https://www.ecomatbrasil.com.br/>

6. Nome: Enguia

Síntese: A primeira ferramenta de relacionamento B2B2C, B2B e B2C para alimentação de repositório de dados através de consultoria eletrônica em eficiência energética.

Fundação: 2018

Apresentação:

Ferramenta online que simula cenários personalizados de consumo de energia atendendo imóveis de pequeno, médio e grande porte. A partir de informações dadas pelo cliente a plataforma elabora um diagnóstico e um prognóstico energético apresentando os potenciais de redução de consumo.

Também, oferece soluções para empresas de soluções de eficiência energética provendo *leads*. Para empresas de distribuição, inseguras com o futuro do mercado, apresenta análises de mercado, informações e estratégias de marketing. Para empresas de serviços ou produtos ligados a imóveis o Enguia possibilita que estas ofereçam soluções energéticas para os seus clientes. E os dados coletados de pessoas físicas e jurídicas são disponibilizados para instituições governamentais, agências reguladoras, seguradoras, bancos, entre outros.

Para pessoas físicas: oferece informações visando a compreensão da conta de energia, além de ensinar como priorizar investimentos em eficiência energética e economizar até 35% na conta de energia.

Empresas de energia: promete aumentar os níveis de satisfação de cartela de clientes, promovendo programas de eficiência energética que dão resultados.

Pequenas e Médias Empresas: busca verificar soluções e equipamentos para negócios, obtendo grandes economias e aumentando lucros.

Para TODOS: pretende reduzir as emissões e impactos ambientais, promover crescimento econômico, conforto e bem estar.

Presença da Enguia no Brasil:

Paris – Innovation Week Engie

Prêmio Enery Start

Parceria Enel Brasil

Aceleração Artemísia Lab Habitação

Prêmio Eco Brasil 2018 Amcham/Estadão

Aceleração e Selo Shell Iniciativa Jovem - Energia

Site: <https://enguia.eco.br/#/>

7. Nome: Gove

Síntese: A Gove é um negócio de impacto social que existe para auxiliar prefeitos, secretários e técnicos a transformarem as administrações públicas municipais em organizações mais eficientes

Fundação: 2016

Apresentação: A Gove acredita que gestores públicos comprometidos podem utilizar nossa tecnologia e metodologia para aumentar a eficiência das administrações públicas e obter mais recursos, melhorando a qualidade dos serviços públicos oferecidos ao cidadão

Por meio de uma plataforma desenvolvida para melhoria da eficiência operacional de finanças públicas municipais, a GOVE ajuda gestores públicos a implementar políticas públicas de qualidade. A ferramenta identifica problemas de ordem fiscal do município por meio da coleta de dados públicos e entrevistas e já sugere soluções para mitigar esse quesito.

Presença da Gove no Brasil:

Disponibilização da Plataforma Cidades aos 645 municípios paulistas em 2018

Prêmio de uma das 35 iniciativas mais inovadoras da América Latina concedido pelo MIT, em 2018.

Listada na “100 startups to watch” da revista Pequenas Empresas, Grandes Negócios da Abril, em 2019.

Ficou entre as 5 organizações brasileiras selecionadas no mapa das 100 melhores GovTechs da Ibero-América presentes no mapa realizado pela Public Tech, instituição espanhola ligada à IE Business School.

Site: <https://www.gove.digital/sobre-nos/>

8. Nome: HomeBiogas

Síntese: HomeBiogas é um sistema autônomo que gera energia limpa, renovável e sustentável, sem o uso de eletricidade, que permite que você trate o seu lixo doméstico adequadamente! O sistema produz até 7 horas de gás de cozinha todos os dias usando apenas restos de comida e esterco animal!

Fundação: 2011

Apresentação:

DA GESTÃO DE RESÍDUOS AO HOMEBIOGAS

O cofundador do HomeBiogas, Yair Teller, descobriu a chama de biogás renovável em uma comunidade sem energia elétrica na Índia. Estarrecido pelo impacto e potencial desse combustível sustentável feito de lixo, ele mergulhou no mundo do biogás, estudando gestão de resíduos e construindo sistemas tradicionais. No entanto, logo ficou bastante claro para Teller que os sistemas tradicionais de biogás tinham limitações e deficiências significativas.

Determinado a transformar o biogás doméstico em uma tecnologia durável e moderna, Teller contatou seu amigo e desenvolvedor de produtos, Oshik Efrati. Juntos, eles trabalharam viajando pelo mundo para construir, testar e analisar todos os métodos possíveis e existentes. À medida que cada protótipo se tornava mais sofisticado e comercialmente aplicável, eles entraram em contato com Erez Lanzer, que trouxe sua experiência em gerenciamento de negócios e completou o trio fundador.

HomeBiogas é um sistema doméstico de biogás, que cabe no quintal, transformando restos de comida domésticos e esterco animal em gás de cozinha limpo e fertilizante líquido diariamente.

Presença da HomeBiogas no Mundo:

Presente mais de 70 países

Site: <https://homebiogas.com.br/>

9. Nome: Litro de Luz

Síntese: Leva luz até moradores de comunidades locais que não possuam acesso à energia elétrica ou que vivam sem luz em suas casas. Utiliza uma tecnologia simples, econômica e ecologicamente sustentável, composta por garrafas plásticas, painéis solares e lâmpadas LED.

Fundação: 2012

Propósito: Melhorar a qualidade de vida das pessoas por meio de soluções sustentáveis de iluminação e empoderar agentes de transformação.

Apresentação:

Origem brasileira

O mecânico brasileiro Alfredo Moser instalou a sua lâmpada artesanal em seu telhado em 2002 durante um apagão e logo seus vizinhos adotaram a ideia.

Litro de Luz: início

O filipino Illac Diaz, criador da My Shelter Foundation - que promove projetos sustentáveis de baixo-custo - viu na solução criada por Moser, a oportunidade de ajudar famílias carentes em seu país, criando projeto "Um Litro de Luz", em 2012.

Litro de Luz pelo mundo

Desde então, a ideia já foi aplicada em diversos países ao redor do mundo, como Quênia, Colômbia e Honduras.

Trabalha com iniciativas como workshops, voluntariado corporativo, ações específicas patrocinadas por parceiras. Tudo isso usando uma metodologia de Desenvolvimento Social que permite mapear comunidades, entender necessidades, capacitar moradores e mobilizar voluntários para as ações.

Presença da Litro de Luz no Brasil:

Organização internacional operando em mais de 20 países. No Brasil, está presente nas cinco regiões e já impactou diretamente mais de 10 mil pessoas.

16 mil impactados

3 mil soluções instaladas

130 embaixadores

Site: <https://www.litrodeluz.com/>

10. Nome: OnBoard

Síntese: Uma plataforma capaz de integrar, em escala global, os sistemas de transporte urbano de passageiros.

Propósito: A OnBoard Mobility tem o objetivo de transformar digitalmente o transporte urbano e rodoviário.

Apresentação:

A empresa busca solucionar o problema da falta de integração dos sistemas de transporte urbanos e seus múltiplos modais o que dificulta a mobilidade urbana nos grandes centros.

Baseada no ABT - Account Based Ticket, embarque via cartões legados ou QRCode, software aberto e canais de atendimento digitais a OnBoard Mobility desenvolveu o Hardware e o Software responsáveis pela transformação digital do setor de transportes. Conheça o DBD - Dispositivo de Bilhetagem Digital e o Bilhete Digital.

DBD - Dispositivo de Bilhetagem Digital

Hardware até 4x mais barato que a bilhetagem tradicional e sistema operacional livre.

Bilhete Digital:

O Bilhete Digital é digital de verdade: Múltiplos canais de relacionamento, processos automatizados, pagamentos online, desenvolvimento orientado a dados e serviços pensados para a experiência do consumidor.

Presença da OnBoard no Brasil:

A Sol foi desenvolvida pela OnBoard Mobility para digitalizar a recarga e o agendamento de atendimentos presenciais para pessoas idosas na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Bipay é o primeiro chatbot de recarga de cartões de transporte do mundo. Recarga do Bilhete Único em São Paulo, resposta a dúvidas, revalidação do benefício estudantil e compra de Bilhete Único Mensal e Diário.

O chatbot da Pássaro Marron foi criado no WhatsApp e Facebook, importantes aplicativos de comunicações. A Pássaro Marron optou pelo WhatsApp, aplicativo de mensageria mais usado no mundo para oferecer um novo canal de vendas e atendimento. novo canal de aquisição de bilhetes, envio de passagens compradas online e resposta a dúvidas sobre horários.

Site: <https://www.onboardmobility.com/index.html>

11. Nome: PliviOn

Síntese: Solução de monitoramento climático mais precisa, que usa rede de estações meteorológicas proprietárias de baixo custo e entrega alertas de risco antecipados para população e empresas

Fundação: 2016

Propósito: Quer ajudar seus clientes a não serem pegos de surpresa pelo tempo. Para isso, desenvolveu um sistema de monitoramento climático que entrega muito mais previsibilidade e segurança.

Apresentação: Utiliza super computadores para conseguir uma resolução de previsão de tempo até 4x maior que o mercado.

Estações precisas, conectadas e de baixo custo: sua solução tem propriedade intelectual 100% Pluvi.On e todo o desenvolvimento, fabricação e manutenção são feitos no Brasil.

O sistema permite a configuração de variáveis meteorológicas que fazem sentido para que cada negócio decida como receber os alertas em tempo real.

Uso para a agricultura: para planejar e produzir melhor, informações sobre o clima são indispensáveis. Acesso a dados pode, por exemplo, ajudar a escolher o melhor dia para colher e plantar.

Uso para a logística: os sensores instalados ao longo das ferrovias podem ajudar planejamentos e manutenções, além de alertas de situações de risco.

Uso para engenharia: uma nova inteligência para ajudar a manutenção de prazos em dia e orçamento sob controle.

Uso para prefeituras: redução de riscos de perdas relacionados a eventos climáticos extremos, sensorizando a cidade e alertando antecipadamente as pessoas certas.

Uso para pessoas: tem como meta que nenhuma pessoa do planeta sofra por falta de informação adequada sobre o clima. Para isso, conta com o São Pedro Bot, assistente virtual para consultas sobre o clima.

Presença do Pluvi.On no Brasil:

Foi residente do RedBull Basement em 2016. Neste ano, também assinou uma parceria com a Prefeitura Regional da Lapa em São Paulo para a instalação da primeira rede de sensores, expandindo posteriormente para 90 estações em toda São Paulo.

Em 2017, participou do Google Space, no campus São Paulo. Além de ganhar o prêmio Startup de Impacto do Ano, na Friends of tomorrow.

Em 2018, foi acelerada pela Facebook Hack em parceria com a Artemisia, que tinham como foco startups que se utilizam de dados para gerar impacto social.

Site: <https://pluvion.com.br/sobre/>

12. Nome: Terra Nova

Síntese: Empresa social que trabalha com a mediação de conflitos humanos para a Regularização Fundiária de Interesse Social em áreas urbanas ocupadas irregularmente.

Fundação: 2001

Propósito: Pacificar e melhorar a qualidade de vida de comunidades que vivem em assentamentos precários no Brasil e no mundo.

Apresentação: A Terra Nova é a primeira empresa social no Brasil especializada em mediação de conflitos humanos para a Regularização Fundiária de Interesse Social em áreas urbanas ocupadas irregularmente, garantindo que a propriedade cumpra a sua função social.

Respeitando o ordenamento jurídico, as diretrizes urbanísticas e ambientais ditadas pela legislação vigente e os órgãos públicos fiscalizadores, a Terra Nova faz a mediação entre proprietários e ocupantes nas questões envolvendo Regularização Fundiária, e resolve pacificamente conflitos relacionados à posse da terra, permitindo que as famílias moradoras do local obtenham por esforço próprio o título de propriedade dos lotes onde vivem, e os proprietários sejam indenizados pela perda da propriedade.

Para desenvolver as suas atividades, a Terra Nova conta com uma equipe técnica multidisciplinar formada por advogados, administradores, arquitetos-urbanistas, assistentes sociais, economistas, psicólogos, sociólogos e comunicadores comprometidos em fazer da Regularização Fundiária um instrumento de transformação social.

Presença da Terra Nova no Brasil:

4 Estados: Minas Gerais, Paraná, Rondônia e São Paulo.

11 Municípios: Araucária, Colombo, Curitiba, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Matinhos, Nova Lima, Paranaguá, Pinhais, Porto Velho e São Paulo.

30 Comunidades

+ de 38 mil pessoas beneficiadas

+ de 3 milhões de m² de áreas em regularização

Modelo de Negócio: Focada na geração de impacto social a partir do serviço ofertado, a Terra Nova faz parte do Setor 2.5 (Dois e Meio) da economia, destinado às empresas sociais. Ou seja, organizações que buscam sobreviver no mercado por meio da oferta de um produto ou serviço que resolva os problemas sociais de uma parcela da população que tem maior dificuldade de acesso a certas estruturas e serviços.

Site: <https://grupoterranova.com.br/>

13. Nome: Triciclos Gestão sustentável de resíduos

Síntese: Empresa de engenharia para uma economia circular que existe para eliminar o conceito de 'lixo'.

Fundação: 2009

Apresentação: Inspirados pela vontade de fazer mais pelo mundo e já com vasta experiência no setor privado, os amigos Gonzalo Muñoz e Joaquín Arnolds Reyes resolveram mudar a relação da sociedade com o lixo. Em 2009, Manuel Díaz entrou para o time e os três fundaram a TriCiclos no Chile. Como forma de ajudar o planeta a prosperar da maneira correta, a TriCiclos entendeu que era preciso estabelecer nova relação das pessoas com seus hábitos de consumo e descarte.

Para isso, criou os Pontos Limpos, estações de triagem de materiais recicláveis que se espalharam pelo Chile, alterando o mapa da reciclagem no país. Em 2011 a TriCiclos se tornou a primeira empresa B certificada fora da América do Norte, tendo Gonzalo Muñoz como co-fundador do Sistema B.

Em 2014, chegou ao Brasil com investimento do Fundo Mov. Já em 2018, foi a vez de fincar raízes na Colômbia e no Peru, além de abrir em mais de 5 países via consultorias, no Uruguai, Paraguai, Argentina, Bolívia e Equador, graças ao investimento dos fundos FCP, da Colômbia, e FIS Ameris, do Chile.

Tantas operações de Pontos Limpos levaram a TriCiclos a entender tão a fundo o negócio de seus clientes e a lógica do consumo que a empresa decidiu ampliar sua atuação, dessa vez interferindo diretamente no *design* de produtos, serviços e modelos de negócio.

Hoje, a TriCiclos é capaz de influenciar a cadeia de produção de bens de consumo antes mesmo dos produtos serem criados, promovendo uma lógica mais circular desde muito antes do consumo propriamente. Pra isso, tem inovado criando *softwares* próprios e inclusive maquinaria, pra transformar os materiais em recursos circulares. Desta forma, a Triciclo atende a todas as etapas da logística reversa de embalagens.

Recolhe as embalagens diretamente com o cidadão, convertendo-as em benefícios sociais (crédito no transporte público, desconto na conta de energia, desconto em

livraria, entre outros). Todo o material recolhido é enviado para o Galpão Triciclo, local no qual realizou-se a triagem, classificação e enfardamento. Posteriormente, esse material é destinado para cooperativas e recicladoras, gerando matéria prima, fonte de riqueza e de trabalho.

Presença da Triciclos no Brasil:

Embalagens recolhidas: 6.836.421

Usuários: 128.437

Materiais recolhidos: 74.621.300

Eco pontos: 42

Site: <https://triciclo.eco.br/> , <https://triciclos.net/pt-br/>

14. Nome: Urban Ideas

Síntese: Democratizar o acesso à informação sobre as cidades por meio de cursos e palestras.

Fundação: 2015

Propósito: Transformar as cidades e torná-las melhores para as pessoas

Apresentação: É uma start-up de soluções urbanas que propõe melhorar a vida nas cidades transformando pessoas e espaços. Faz projetos, presta consultoria e busca dialogar com todos os atores envolvidos no espaço público na criação de soluções inovadoras.

A Urb-i trabalha em algumas frentes como realização de estudos de transformações do espaço público e atuando em intervenções na cidade usando a metodologia de placemaking e urbanismo tático.

Faz consultoria, assessoria e realiza projetos urbanos com foco nas pessoas e a interação delas com o espaço público. Também, realiza eventos, estudos urbanos, palestras e oficinas com o objetivo de inspirar, provocar e engajar a sociedade na criação de lugares melhores para se viver.

Acredita-se que:

- as pessoas querem fazer parte das decisões de transformação de suas cidades e para isso precisam de direcionamento e inspiração
- as cidades hoje favorecem segregação e priorizam o uso do automóvel o que as torna insustentáveis, pouco caminháveis e inseguras
- a população está dando cada vez mais importância para a qualidade de vida
- novas formas de se "fazer cidade" de maneira mais participativa e compartilhada com orientação e motivação

Site: <https://www.urb-i.com/>

15. Nome: Várzea Engenharia

Síntese: Moradia, escolas e postos de saúde com elevação hidráulica natural, de madeira biossintética com repelente natural, fossa com biodigestores, energia renovável, comunicação Ad-Roc.

Fundação: 2017

Apresentação: O carro-chefe da empresa são as construções (casa, escolas, postos de saúde etc.), com fundações e fechamento de paredes em biomadeira sintética com tratamento à base de repelente de “andiroba” (como forma de repelir insetos e mosquitos, evitando doenças transmitidas por pernilongos), cobertura e telhamento em telhas termo acústicas plásticas recicláveis; flutuação natural por meio de elevação hidráulica (que acompanha o movimento de enchentes dos rios, evitando alagamentos); fossa séptica e biológica com sistema de filtro natural, permitindo tratamento e potabilidade da água a ser consumida ou devolvida ao meio ambiente; captação de energia fotovoltaica solar, através de placas na cobertura; sistema de comunicação em internet por sistema de interligação “Ad Hoc”.

Presença da várzea no Brasil:

Foi encubado no Parque Científico de Tecnologia Guamá – PCT GUAMÁ, há três anos, onde pode realizar todo o desenvolvimento tecnológico das casas. Com o andamento do pedido de patente, o projeto evoluiu para uma empresa de engenharia. E se encontra atualmente em processo de implantação da fábrica, no Pará.

Site: <https://prosas.com.br/empreendedores/22289>